

Defesa Nacional



10 DE ABRIL
1941

NÚMERO
323

Diretores responsáveis:
Gen Heitor Borges
Maj Djalma Dias Ribeiro
Maj Batista Gonçalves

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXVIII

Brasil - Rio de Janeiro, 10 de Março de 1941

N.º 322

S U M Á R I O

	Pág.
Editorial	617
A infantaria no combate à noite — Major Jair Dantas Ribeiro	621
A instrução da secção de morteiros — 1.º Ten. Hugo de Andrade Abreu	635
Organização do trabalho intelectual — 2.º Ten. Francisco Ruas Santos	643
O engenho blindado alemão — Tradução de revista alemã — T. A. A.	653
A moto-mecanização e a cavalaria — 1.º Ten. Moacir Potiguara	657
InSTRUÇÃO na Cavalaria — Cap. João de Deus Menna Barreto	661
O transferidor universal — 2.º Ten. Walter dos Santos Meyer	675
Transposição do Piave pelo 24.º Corpo de Exército Austriaco — A batalha de Montello — Cel. A. J. Pamphiro	691
Defesa contra aeronaves — Cap. José Campos de Aragão	707
Vigilância do Ar	721
Orações notáveis — Coronéis João Baptista Magalhães e Orozimbo Martins Pereira	741
O conceito jurídico do serviço militar obrigatório — Dr. Lindolpho Barbosa Lima	751
Algumas visitas no Japão — Ten.-Cel. José de Lima Figueirêdo	757
Tio Sam e a guerra relâmpago — Cap. Tacito de Freitas	775
O triângulo da vitória alemã no continente — Major Nilo Guerreiro Lima	785
Os operações militares sobre a frente ocidental. Trad. Livros do Exército. Autores Militares — 1.º Ten. Umberto Peregrino	791
Noticiário & Legislação	803
	811

Editorial

Quando, em 1796 - 1797, o jovem general **BONAPARTE** empreendeu o memorável campanha da **ITALIA** e, em um teatro de operações secundário, decidiu a sorte da guerra, impondo fágorosas derrotas aos **AUSTRO-SARDOS**, o Mundo ficou perplexo !

— Qual seria a causa de tantas e tão rápidas vitórias de um pequeno exército contra vários outros superiores em número ?

Breve, os técnicos militares compreenderam que nada mais havia sido feito que o emprêgo de uma nova tática, produto de profunda meditação das guerras do século XVIII, contra uma tática rotineira, baseada, não na experiência, mas na aplicação de antiquários processos de guerra !

E assim tem sido em todos os tempos e em todas as guerras.

Os exércitos novos de ideias, os que fazem com que seus processos de combate acompanhem a evolução do material, são sempre os triunfado-

res! Os que se amarram ao passado, que desprezam as lições do presente, tornam-se deficientes, incapazes de corresponder à confiança do próprio povo!

Assim, a guerra que ora se desenrola na EUROPA e ÁFRICA, tão rica na apresentação de uma nova técnica, tão fértil em ensinamentos, é o verdadeiro campo de experiência para as campanhas futuras.

Nosso Exército, pois, que desde 1914 vem seguindo a evolução do material e dos processos de combate, necessita acompanhar carinhosamente o novo laboratório experimental, que são os campos AFRO-EUROPEUS.

Esperar que a guerra termine e que de outros países venham missões instrutoras é, além do mais, pouco econômico. Parece ser muito menos dispendioso, mantermos junto às forças que se debatem, nossos observadores, imparciais e únicos interessados em adaptar os novos ensinamentos a nossos teatros.

As vantagens de ordem econômica, somam-se as de ordem moral. Com efeito, é muito mais honroso para o BRASIL, buscar êle próprio os ensinamentos da guerra, que relegar-se à situação de não possuir técnicos em condições de colher as observações úteis da presente campanha !

E, ainda mais, a presença de observadores militares brasileiros nos teatros da EUROPA e da AFRICA, não só elevaria nossa situação moral no estrangeiro, como também no seio mesmo do Exército e no da própria Nação !



A Infantaria no combate à noite

Pelo Major JAIR DANTAS RIBEIRO
Intr. de Inf. da E. E. M.

(Continuação)

Documento n.º 5

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

1.ª Parte

FUNDAMENTOS QUE CONDICIONAM A CONDUTA DAS OPERAÇÕES A NOITE (*)

Generalidades

A importância das operações à noite, longe de diminuir, ao contrário, aumenta cada vez mais. Tal circunstância é devida, particularmente:

- aos efetivos postos em ação;

(*) Les opérations de nuit — Lte. Colonel Hassler — Revue d'Infanterie; Le combat à la nuit — Cours d'emploi des armes — Ecole Spéciale Militaire; Opération de nuit — Cmt. Lavalle — Conférences d'Infanterie — Ecole Supérieure de Guerre; Operações à noite — 8.ª Conferência de Infantaria — 1936 — Escola de Estado Maior.

- à duração dos conflitos e à extensão dos campos de batalha, que exigem completa utilização das redes rodoviárias e ferroviárias, não só para fins táticos e estratégicos, como para os reabastecimentos dos exércitos;
- aos progressos da ciência, que permitem levar bastante longe os meios de investigação e destruição;
- ao segredo, que deve ser emprestado às operações de toda natureza.

Certas partes do terreno, em que é impossível efetuar de dia qualquer movimento de tropa, tornam-se à noite em campos de importantes atividades.

Agora, a batalha prossegue de dia como de noite, pode-se dizer, sem parar. E por batalha de noite deve-se entender os deslocamentos das tropas, os reabastecimentos, os combates mais ou menos generalizados, ou mais ou menos parciais em certas partes das frentes dos exércitos em contacto.

No decorrer da guerra de 1914-1918, quasi todas as noites foram utilizadas para a realização de operações as mais variadas. E' bem verdade que os movimentos de tropa tiveram sempre maior desenvolvimento do que propriamente os combates.

Entretanto, em toda parte, a ansiedade de ganhar terreno, de acabar a conquista de um objetivo, de procurar uma solução menos penosa e sangrenta para a crise, a vontade de vencer entre adversários igualmente resolutos, impunham às tropas mais esta fadiga, sem exemplo nas guerras do passado, de prolongar nas trevas o movimento para a frente ou de consolidar uma posição.

De dia, as tropas mais valorosas e melhor comandadas, têm muitas vezes conhecido o limite de esforço e do sacrifício inútil. Os poderosos meios de destruição atualmente em uso, opõem geralmente uma muralha de balas, que é impossível de transpôr. Por isso, quaisquer que sejam as precauções táticas e mais ousadas as opiniões em relação à superioridade do fogo pode-se afirmar, não fossem absolutamente indispensáveis, considerar-se-ia muitas vezes uma lamentável temeri-

dade empenhar de dia uma tropa sob o fogo, porque o movimento para a frente, através dessa barreira formidável de projéts de toda espécie, é em geral terrivelmente difícil.

Isto não significa que o combate de dia se torne impossível, nem que as dificuldades da ofensiva sejam insuperáveis, mesmo porque a criação de armamentos apropriados ao combate moderno constitue uma segura garantia das possibilidades de ser ele tentado com confiança no sucesso. Aliás, quer-se crer que o moral das tropas, hoje como ontem, não sucumbirá tão facilmente mesmo deante dos mais pesados sacrifícios.

Mas o Chefe tem o dever precípua, especialmente em certas circunstâncias, de se mostrar prudente. Ser prudente, porém, não quer dizer ser temeroso, é saber conduzir o combate com o menor número possível de baixas. O espírito de sacrifício que deve animar chefes e subordinados não deve ser levado até o limite do desprezo pela vida.

Não se deve ter, no entanto, o direito de restringir o esforço, de circunscrever o campo de nossas atividades, de nossos ataques. A ofensiva é ainda a única forma de combate que convém à guerra; todas as outras formas de guerra são apenas variantes ao seu serviço.

A parada da ofensiva constitue apenas o ato involuntário; tudo está por fazer, uma vez que o sucesso não correspondeu ainda aos nossos sacrifícios. O momento desta parada coincide com a noite, término de ingentes esforços sustentados durante penosas jornadas.

Na frente, uma faixa de terreno que constitue uma zona de morte, inviolada, intransponível; além, metralhadoras e canhões mascarados pelas trevas. Que fazer? Reconstituir as forças e aguardar o dia para renovar o ataque, ou prosseguir o movimento a favor da noite? É uma questão subordinada às necessidades táticas imprevistas, dependente do estado das forças físicas das tropas.

Mas, quando se tem de percorrer algumas centenas de metros, será mais razoável aproveitar a obscuridade para assegurar o benefício de um avanço pouco custoso, parti-

lamente se houver adiante uma posição de partida mais favorável à continuação do movimento ofensivo ulterior, observatórios de considerável importância para a retomada da progressão, no dia seguinte.

E' mistér, pois, montar ataques, aliás geralmente localizados, fazê-los partir no momento azado, para se encontrar de dia sobre melhores posições.

Por estas e outras circunstâncias, tanto na ofensiva como na defensiva, o Comando pode ser levado, muitas vezes, a operar à noite.

E' preciso, porém, tirar o máximo proveito de certas particularidades oriundas destas circunstâncias muito especiais. Importa, por isso, ter sempre em mente êstes axiomas:

a) A noite favorece consideravelmente o **efeito da surpresa**. Cada vez mais difícil de ser obtida de dia, devido ao progresso da observação aérea e da potência do fogo, eis porque, tanto os movimentos de aproximação das tropas, realização dos dispositivos de ataque, ruptura do combate, são hoje executados a favor da obscuridade.

Pelas mesmas razões, a noite permite executar pequenas operações ofensivas, que, de dia, seriam extremamente arriscadas, em vista da dificuldade de abordar os objetivos.

b) De noite, o fogo perde muito de importância, em face da precariedade da observação. A **manobra de fogos** torna-se, por isso, absolutamente irrealizável.

Todavia, a arma automática, apontada de dia e com o tiro convenientemente "amarrado", permite estabelecer planos de fogos muito eficazes de noite; devido às formações geralmente adotadas, quando a tropa atacante penetra na gerba da arma considerada, o efeito do fogo se torna considerável e as consequências são as mais funestas.

A Art. só pode atuar com tiros prèviamente ajustados, tanto mais eficazes quanto melhor preparados durante o dia.

- c) A questão da **orientação inicial** e, bem assim, a manutenção dessa orientação, constituem pontos de capital importância nas operações à noite.

A maioria dos insucessos de algumas ações noturnas foram quasi sempre ocasionadas pelos erros de direção, erros esses muito fáceis de ocorrer e que sancionam geralmente a menor falta de atenção dos executantes.

A ligação com as frações ou unidades vizinhas deve merecer igualmente o maior cuidado da parte dos chefes e executantes, porque sua perda, é obvio, mais do que durante o dia, pode acarretar facilmente as mais graves consequências.

- d) A **manobra** é geralmente impossível de realizar-se à noite. A ação do Chefe restringe-se à **preparação**. Assim, em se tratando de um ataque noturno, cabe-lhe em essência "montar" muito cuidadosamente sua operação, garantir sua base de partida e fazer partir o ataque.

O sucesso ou insucesso devem decorrer destas medidas, tomadas sempre com antecedência, e da energia de sua execução.

Nenhuma intervenção de **reservas** pode fazer-se para influir sobre o desenrolar do combate, porque isso viria apenas aumentar a confusão.

ATAQUE

Um ataque à noite tem sempre por fim:

- quer acabar uma operação não terminada na jornada;
- quer melhorar as condições de uma base de partida, para o prosseguimento da operação no dia seguinte.

Qualquer que seja o caso, o ataque à noite requer uma **preparação minuciosa**, orientada especialmente sobre:

- o conhecimento do terreno a percorrer;
- os itinerários e a direção a seguir;
- os sinais de reconhecimento a utilizar.

Todos os movimentos previstos devem ser tão simples quanto possível, pois qualquer complicação está necessariamente votada ao insucesso.

E' de tôda conveniência prever a **conduta** a manter no caso de bom ou mau êxito da operação.

A **concepção** da operação deve ser absolutamente simples e sua **execução** consistir apenas em marchar diretamente para o objetivo fixado, sem se deter e sem responder ao fogo do defensor; o sucesso será obtido pela abordagem.

Isto significa que o objetivo visado deve ter uma fraca profundidade e que nenhum aproveitamento importante do bom êxito deve ser encarado.

Após o ataque, a tropa limita-se a ocupar o terreno conquistado, porque geralmente nada mais poderá empreender antes do clarear do dia.

DEFESA

A eventualidade de um ataque à noite a uma parte da posição defensiva deve sempre ser encarada no plano de defesa.

Os defensores de uma posição necessitam conhecer a atitude a observar em semelhante caso, que aliás exige deles uma boa dose de "sangue frio".

O sucesso da defesa repousa, por isso, nas seguintes condições:

- **vigilância** cuidadosa das sentinelas (vigias e escutas);
- "**amarração**" minuciosa dos tiros das armas automáticas e dos engenhos, efetuada de dia e de molde a não deixar nenhuma lacuna na barragem de fogos;
- **ligações** com a Art. de apoio em perfeito funcionamento.

No decorrer da Grande Guerra fez-se largo emprêgo de artifícios de iluminação (foguetes com paraquedas iluminativos, bengalas, etc.) com o fim de permitir uma vigilância

mais eficaz das imediações da posição e descobrir, dessa forma, qualquer movimento suspeito. Compreende-se facilmente sua utilidade quando o inimigo ataca.

O plano de defesa deve prever, por outro lado, **contra-ataques imediatos** com o fim de retomar certos pontos importantes da posição, onde o adversário tiver conseguido "tomar pé". Esses contra-ataques ficam sujeitos às mesmas servidões dos ataques à noite e devem, como êles, merecer uma cuidadosa preparação, ser de concepção muito simples e enérgicamente conduzidos.

2.^a Parte

EXAME DE DOIS "CASOS VIVIDOS" NA GRANDE GUERRA

I — Exemplo de uma operação ofensiva, executada à noite

"ATAQUE A NOITE DE SAPIGNEUL"

(4/5 de Novembro de 1914)

Ver croquis 1, anexo

SITUAÇÃO

Em prosseguimento à batalha do MARNE, a frente se tinha estabilizado na região N.W. de REINS, sensivelmente ao longo do canal do MARNE ao AISNE, que deságua neste rio em BERRY-AU-BAC.

Vários combates desenrolados durante todo o mês de Outubro, tinham garantido aos franceses a posse da aldeia de SAPIGNEUL, situada no fundo de um vasto arco de circunferência que descreve o canal entre BERRY-AU-BAC e LA NEUVILLE.

A primeira linha francesa, disposta em cordão e com trincheiras precárias, bordava a margem sul do canal, entre

a barragem N.W. de SAPIGNEUL e a aldeia; ao sul, na região da outra repreza, ela passava na margem L. do canal.

Os alemães mantinham a margem N. do canal com elementos avançados e estavam sólidamente instalados na linha de alturas de COTA 108 — COTA 91 — COTA 100, que lhes garantia um completo comando sobre todo o terreno que se estende até a Estrada Nacional n. 44.

O canal estava quasi sem água.

A ponte de SAPIGNEUL se achava intacta, mas defendida com barricadas.

Atrás da primeira linha francesa não havia nenhuma organização em profundidade, estando os elementos de apoio colocados na região do cemitério de CORMICY.

Tal éra, nessa região, a situação no dia 31 de Outubro, quando o 28.^º R.I. veiu substituir os elementos do 1.^º Corpo de Exército que a ocupava.

De conformidade com o roteiro recebido, o 28.^º R.I. adota inicialmente as mesmas disposições de seus predecessores.

DISPOSITIVO DO III/28.^º R.I.

O III/28.^º R.I. ocupa o quarteirão de SAPIGNEUL, limitado entre as barragens acima mencionadas (a barragem N. inclusive).

O Btl. estava com duas companhias de fuzileiros em linha:

- 9.^a Cia.: da barragem S. até SAPIGNEUL (incl.);
- 11.^a Cia.: de SAPIGNEUL (excl.) até a barragem N. (incl.).

As demais companhias (10.^a e 12.^a), juntamente com o Cmt. o Btl., estavam em reserva do Regimento na orla N.E. de CORMICY.

Em vista do terreno ser absolutamente descoberto e desprovido de comunicações enterradas, era impossível qualquer movimento de dia entre CORMICY e as primeiras linhas francesas. A transmissão das ordens era dificilmente assegurada, isto mesmo com grande risco, por homens isolados.

O III/28.^º R.I. estava em ligação à direita com o II/28.^º R.I. e à esquerda, na barragem N., com o 148.^º R.I., que tinha se ligado ao Corpo de Exército vizinho.

A Art. de apoio estava em posição nos bosques a W. de CORMICY.

ATAQUE ALEMÃO DE 3 DE NOVEMBRO

As jornadas de 1 e 2 de Novembro foram consagradas à organização da posição. Reinava relativa calma na frente do III/28.^º R.I., limitando-se a ação do inimigo quasi exclusivamente a tiros de Art. (regulação e inquietação).

Depois do meio dia de 3 de Novembro, porém, um bombardeio de Art. de todos os calibres é bruscamente desencadeado sobre a frente do Btl., sendo especialmente visada a aldeia de SAPIGNEUL.

Em consequência dêsse bombardeio as organizações ficam revolvidas e os franceses sofrem perdas sensíveis.

Ao cair da noite, por volta das 17 hs. 15, os alemães transpõem o canal e, protegidos por uma barragem de Art. que "enjaula" completamente o setor atacado, ocupam a ponte e a aldeia de SAPIGNEUL.

O Cmt. do III/28.^º R.I., por seu turno, se esforça para retomar o terreno perdido, mediante ações laterais conduzidas pelas 9.^a e 11.^a Cias., apoiadas pela 10.^a Cia. mandada de CORMICY. Mas essas tentativas, além de improvisadas e mal coordenadas, tardam muito, pelo que se quebram ante a barreira de fogos das armas automáticas imediatamente dispostas pelos alemães.

COMBATE À NOITE DE 4 DE NOVEMBRO

Ordens recebidas

Em face do perigo que êste sucesso acarretava para as posições francesas de BERRY-AU-BAC, o Comando dá ordem ao 28.^º R.I. de retomar SAPIGNEUL. Como um ata-

que de dia parecesse muito difícil de ser conduzido, dada a forma do terreno e o apôio muito longínquo da Art., fica decidido que a operação se execute à noite.

O plano adotado foi o seguinte:

- Um bombardeio de Art. pesada seria bruscamente desencadeado sobre SAPIGNEUL e continuado durante dez minutos, de 17 hs. 50 às 18 hs.
- A tropa de ataque (2 1/2 Cias. do III/28.^º R.I.: a 10.^a, a 12.^a e a 9.^a Cias., menos 2 pels.) progridiria a favor da obscuridade até a distância de assalto da aldeia; logo que a Art. cessasse o tiro, lançar-se-ia ao ataque e reocuparia a localidade.
- As trincheiras perdidas na véspera deveriam ser reocupadas e um destacamento da Engenharia divisória faria saltar a ponte sobre o canal.
- A operação seria apoiada por ações laterais, conduzidas pela 11.^a Cia., à esquerda, e pelo II/28.^º R.I., à direita.

Disposições tomadas

Das duas Cias. que deveriam participar do ataque, uma — a 10.^a Cia. — foi mantida, desde as tentativas da noite precedente, na COTA 83, próxima da Estrada Nacional 44; a outra — a 12.^a Cia. — encontrava-se na região do Cemitério de CORMICY, juntamente com a 9.^a Cia. (menos 2 pelotões).

O Cmt. do Btl. e os Cmts. de Cia. não puderam, pelas razões indicadas quanto ao terreno, e que o avanço alemão tornavam agora mais efetivas, proceder o reconhecimento do terreno e do objetivo. Ajuizavam, no entanto, sobre o modo por que se apresentava a aldeia, pois haviam-n'a percorrido no decorrer dos reconhecimentos que precederam a entrada do Btl. em linha. Além disso, era sabido que entre a Estrada 44 e SAPIGNEUL, o terreno apresentava um suave e extenso declive e não continha nenhum obstáculo.

No que concerne ao **inimigo** no decorrer da jornada a observação não conseguiu assinalar nenhum pormenor sobre suas organizações. Nenhuma informação foi fornecida, nem pelo Comando, nem pelas unidades vizinhas.

Uma ligeira bruma, que persistiu durante toda a jornada, prejudicou grandemente a observação.

Em vista da operação a ser executada, o Cmt. do III/28.^º R.I. toma as seguintes disposições:

- Logo ao cair da noite, por volta das 17 hs., o destacamento de ataque se reunirá na COTA 83.
- Seus elementos adotarão o seguinte dispositivo:
 - **no centro**, de um e outro lado da Estrada CORMICY
 - SAPIGNEUL: a 10.^a Cia.;
 - **à esquerda**: a 12.^a Cia.;
 - **à direita**: a 9.^a Cia. (menos 2 pls.).
- As Cias. formadas por pelotões justapostos, marcharão sem ruído até à distância de um quilômetro além da Estrada 44.
- Neste sítio, far-se-á uma parada para reagrupar as sub-unidades e permitir às Cias. de ala tomarem o intervalo com a Cia. do centro de cem metros aproximadamente (a largura total do dispositivo pouco excedia de 300 ms.).
- A progressão será retomada com o início da preparação de Art., devendo o destacamento de ataque deter-se quando for possível distinguir as primeiras casas da aldeia. Ai aguardar-se-á o término da preparação de Art. e se armará baioneta.
- Findo o tiro de Art. e ao sinal de “**em frente**”, dado pelo Cmt. do Btl. e por todos repetido, o destacamento se lançará ao assalto.

Objetivos e missões

- 10.^a Cia.: entrada S. de SAPGNEUL;
- 12.^a Cia.: contornar a orla W. da aldeia, nela penetrando pelo caminho vindo de BERRY-AU-BAC;

— 9.^a Cia.: costear a orla L. da aldeia e ocupar as trincheiras próximas da Igreja.

As 10.^a e 12.^a Cia. deviam repelir os alemães em direção à ponte, que seria imediatamente barricada na previsão de se tornar impossível sua destruição; caberia à 9.^a Cia. cobrir o flanco direito do ataque.

Para o caso de insucesso, foi fixado como ponto de reunião o local em que havia uma máquina agrícola abandonada no campo, aproximadamente a 300 ms. ao S. de SAPIGNEUL.

O ataque e seus resultados

Os preliminares do ataque se desenrolaram perfeitamente de acordo com as previsões. Alguns minutos antes das 18 hs., enquanto a Art. francesa bombardeava a aldeia, as três Cias., já se achavam em seus lugares, prontas para o assalto.

A marcha de aproximação se efetuou no maior silêncio e na mais absoluta ordem, apesar da espessa cerração que havia.

Os alemães não manifestavam nenhuma atividade.

Cessado o último tiro de canhão, ao grito de "em frente", dado pelo Cmt. do Btl. e por todos repetido, as três Cias. se lançam sobre seus objetivos, de baioneta calada.

Cedo, porém, diante da 10.^a Cia., e de muito próximo, os alemães desencadeiam um intensíssimo fogo de armas automáticas, fogo esse que parte de uma trincheira construída na orla S. de SAPIGNEUL (a uns 50 ms. mais ou menos da aldeia), que a Art. francesa não havia neutralizado.

Os dois pelotões da 10.^a Cia., que progrediam muito próximo da Estrada, foram quasi inteiramente dizimados (*). O restante da Companhia, e bem assim a 9.^a Cia., é igualmente tomado sob um fogo mortífero; uma parte fica co-

(*) É interessante notar que à noite as estradas e caminhos devem ser batidos pelo fogo "amarrado" das armas automáticas.

lada ao solo e se mantém nessa situação, enquanto outra, rastejando, procura atingir o ponto de reunião fixado pelo Cmt. do Btl.

Felizmente, a 12.^a Cia. foi poupada e sua progressão pela orla W. da aldeia não é molestada. Esta Cia. pôde, assim, penetrar em SAPIGNEUL; enérgicamente comandada e mediante um combate aproximado, conduzido com rapidez, ela atinge e ocupa a ponte e as trincheiras situadas a W.

São feitos 25 prisioneiros, entre os quais se encontrava o Cmt. do Btl. inimigo que ocupava a localidade.

Mesmo assim, os alemães que ocupavam as trincheiras da orla S. e as casas das imediações da Igreja, continuavam a resistir. Daí resulta o prosseguimento do combate, extremamente confuso, do qual participam, com os elementos da direita do III/28.^º R.I., uma Cia. do II.^º Btl. e duas Cias. do 24.^º R.I. que, achando-se em reserva, foram mandadas de CORMICY para apoiar o ataque do 28.^º R.I.

Uma Cia. do 148.^º R.I. também fôra enviada de BERRY-AU-BAC para apoiar o ataque do lado de W.

Pela madrugada os últimos alemães já haviam abandonado SAPIGNEUL e transposto o canal entre a aldeia e a barragem S.

As 5 horas a ponte era destruída e a continuidade da frente francesa estava restabelecida.

Ensinamentos

Vimos de examinar uma operação realizada à noite, que em seu conjunto, podemos dizer, teve bom êxito. Procuremos agora discernir e realçar as razões deste sucesso e, bem assim, os ensinamentos que podem ser tirados deste exemplo.

1.^º — Observaremos, preliminarmente, que as pequenas tentativas fragmentárias da noite anterior não produziram nenhum resultado satisfatório, porque se ressentiram completamente da falta de preparação minu-

ciosa que caracteriza essencialmente toda operação à noite.

Ao contrário, vimos que, no ataque executado na noite de 4 de Novembro, tudo havia sido muito bem previsto e, graças a estas medidas, assim como à energia do ataque, a operação alcançou os resultados esperados.

"Seus chefes poderiam e deveriam guiar a opinião pública.

— Infelizmente tomaram o hábito de consultá-la e não o de guiá-la. Nós os viâmos, inclinados sobre a opinião pública, interrogando-a e procurando achar algum meio pelo qual pudessem, a um tempo agradá-la e convence-la respeitosamente que é melhor, para um país, viver do que morrer. Quanto aos chefes militares, dependiam dos chefes políticos e não ousavam nem os contradizer, nem os importunar. Por falta de ordens precisas e severas as repartições e os peritos não se apressavam. Ninguem no nosso país preparou o calendário das operações".

(Do livro "A Tragédia na França", de André Maurois)

A Instrução da Secção de Morteiros

1.º Tenente HUGO DE ANDRADE ABREU
(Escola da Peça)

A — MATERIAL CARREGADO

1 — Formações:

a) Coluna por um — Formação normal da Peça, empregada em todas as situações em combate, quando o material é levado nos cargueiros. A disposição dos homens e dos cargueiros é semelhante à da coluna por um da Ordem Unida (número 73 do R. 10).

b) Em linha, cargueiros à esquerda (direita) — Empregada para a ocupação de cobertas retilineas ou quando há necessidade de ser transposta, de surpresa, linhas muito visíveis do terreno (cristas, orlas, etc.) ou zonas batidas pela Artilharia inimiga. A colocação dos homens é semelhante à formação em linha em uma fileira da Ordem Unida (número 72 do R. 10), podendo os cargueiros serem colocados à direita ou à esquerda do cargueiro peça.

2 — Movimentos e mudanças de frente — Executados de acordo com os números 139, 145, 146 e 147 do R. E.C.I. (1.^a Parte). Nos movimentos em marche-marche os muares deslocar-se-ão ao trote.

3 — Mudanças de formações — Para a Peça passar de uma das formações acima indicadas, para a outra, será colocada em movimento (caso ainda não esteja) e dado um dos comandos abaixo:

a) "Peça, coluna por um" — Para tomar a formação indicada na letra **a** do n.^o 1.

b) "Peça, em linha, cargueiros à esquerda (direita)" — Para tomar a formação indicada na letra **b** do n.^o 1.

A voz de "Peça, reunir", em qualquer situação que esteja, a Peça, com o material carregado, esta reune-se, rápi-

damente, à retaguarda do Cabo, na formação indicada na letra a do n.º 1.

4 — As distâncias e intervalos entre os cargueiros podem ser variados nas condições previstas no 154 do R. E. C. I. (1.^a Parte), aos comandos:

"Peça, a tantos passos, abrir (cerrar) distâncias (intervalos) entre os cargueiros".

5 — **Preparar para o combate** — Ao comando de:

"Peça, preparar para o combate".

A Peça procede com está previsto no n.º 155 do R. E. C. I. (1.^a Parte): os serventes carregam e travam as suas armas, tiram as ferramentas das mochilas e colocam-nas em seus cinturões.

6 — **Movimentos sob as vistas e fogos do inimigo** — São executados por lanços (em marche-marche ou no passo sem cadênciia) de cargueiros ou de toda a Peça. Comandos:

a) "Peça até tal ponto, marche-marche (sem cadênciia, marche)" — A Peça desloca-se, na formação em que se achava, e faz alto no ponto indicado.

b) "Peça, marche-marche (sem cadênciia, marche)" — A Peça se desloca, na formação em que se achava, até o comando de "alto".

c) "Peça, até tal ponto, por cargueiro, marche-marche (marche)" — O 1.^º cargueiro se desloca, até atingir o ponto indicado, onde faz alto; os outros cargueiros vão se deslocando, à medida que o anterior faça alto no ponto indicado. O Cabo deslocar-se-á com qualquer um dos cargueiros.

d) "Peça, por cargueiro, marche-marche (marche)" — O 1.^º cargueiro se desloca e faz alto, ao comando do Cabo; os outros cargueiros se deslocam, à medida que o anterior tenha atingido o local de destino. O Cabo deslocar-se-á com o 1.^º cargueiro (para poder dar o comando de "alto").

e) "Peça, alto" — Os homens param, no local em que se encontram, procurando aproveitar o terreno contra as vistas terrestres e aéreas.

B — DESCARREGAMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL

7 — Ao comando (dado pelo Cmt. da Sec.):

"Descarregar para transportar, material a braço".

Os serventes armados de Fuzil colocam-no a tiracolo e todos descarregam o material, sem lançar mão do equipamento especial de transporte. Procedimento de cada homem:

a) Chefe de Peça:

— Repete o comando:

— Retira as duas placas-base do 1.^º muar, transportando-a do terreno duro, com o auxílio da respectiva correia de transporte;

— Desequipa e coloca a mochila sobre o suporte da placa-base normal;

— Vai colocar-se a cerca de 15 metros à frente da Peça, em uma posição o mais que possível abrigada das vistas terrestres e aéreas do inimigo (no local indicado pelo Cmt. da Sec.).

b) 1.^º Muniçador:

— Retira, da sua bolsa no 1.^º cargueiro, as luvas e a ombreira e recebe, do Atirador, o saco de acessórios;

— Retira, de seu suporte no lado direito do 1.^º muar, o tubo-canção;

— Desequipa e dependura a mochila no suporte do tubo-canção;

— Coloca o saco de acessórios em bandoleira, toma o tubo-canção e vai colocar-se a dois passos do Cabo, na formação que ele indicar;

c) Atirador:

— Retira, de sua bolsa de lona no lado direito do 1.^º cargueiro, a sua bolsa de couro e o saco de acessórios, e entrega, este, ao 1.^º Muniçador;

— Retira o reparo de seu suporte, no lado direito do 1.^º cargueiro;

— Desequipa e dependura a mochila no suporte do reparo;

— Coloca a sua bolsa de couro a tiracólo, toma o reparo e vai colocar-se a dois passos do 1.^º Muniçador, na formação indicada pelo Cabo;

d) 2.^º Muniçador:

— Retira dois cofres de munição do lado direito do 2.^º cargueiro, e dois sacos de terra, de sua bolsa, no mesmo lado;

— Entrega um saco de terra ao 3.^º Remuniçador (1) e vai colocar-se a dois passos do Atirador, na formação indicada pelo Cabo.

e) 1.^º Remuniçador:

— Retira dois cofres de munição, do lado esquerdo do 2.^º cargueiro, e dois sacos de terra, de sua bolsa, no mesmo lado;

— Entrega um saco de terra ao 2.^º Remuniçador e vai colocar-se a dois passos do 2.^º Muniçador, na formação indicada pelo Cabo..

f) 2.^º Remuniçador:

— Retira o cofre de munição de grande capacidade, de cima do 2.^º cargueiro, e recebe um saco de terra do 1.^º Remuniçador;

— Reune-se ao Grupo de Remuniçamento da Seção, ficando sob as ordens do Cmt. do mesmo.

g) 3.^º Remuniçador (+): recebe um saco de terra do 2.^º Remuniçador e reune-se ao Grupo de Remuniçamento da Seção, ficando sob as ordens do Cmt. do mesmo.

h) Armeiro: retira o material de tiro da Seção (balizas, plataformas, etc.) e reune-se ao Grupo de Remuniçamento;

i) Condutores e demais Remuniçadores (caso existirem outros na Peça): reunem-se ao Grupo de Remuniçamento da Seção, ficando sob as ordens do Cmt. do mesmo.

8 — Ao comando (dado pelo Cmt. da Sec.):

"Descarregar para transportar"

Os serventes colocam a arma em bandoleira e descarregam o material, para ser transportado com o auxílio do equipamento especial que, para esse fim, existe na Peça. Ação de cada servente:

a) Chefe de Peça:

— Repete o Comando;

— Retira do 1.º cargueiro, as duas placas-base e recebe do 1.º Municiador, a almofada e a bandoleira de transporte da placa-base normal;

— Desequipa e coloca a mochila sobre o suporte da placa;

— Prende a bandoleira e a almofada na placa-base normal e transporta a placa-base para o terreno duro com o auxílio da respectiva correia de transporte;

— Vai colocar-se a cerca de 15 metros da Peça, nas condições indicadas na letra a do n.º 7.

b) 1.º Municiador:

— Retira, de sua bolsa no lado direito do 1.º cargueiro, as bandoleiras de transporte da placa-base, do reparo e do tubo-canhão, a almofada de proteção da placa-base, as luvas e a ombreira;

— Entrega, ao Cabo, a bandoleira e a almofada para o transporte da placa-base, e ao Atirador, a bandoleira de transporte do reparo, recebendo, deste, o saco de acessórios;

— Retira o tubo-canhão de seu suporte, no lado direito do 1.º cargueiro;

— Desequipa e prende a mochila no suporte do tubo-canhão e prende a bandoleira de transporte ao tubo-canhão;

— Coloca o saco de acessórios em bandoleira, toma o tubo-canhão e vai colocar-se a dois passos do Cabo, na formação por ele indicada.

c) Atirador:

— Retira, de sua bolsa de lona no 1.º cargueiro, o saco de acessórios e sua bolsa de couro;

— Recebe, do 1.º Municiador, a bandoleira de transporte do reparo e entrega-lhe o saco de acessórios;

— Retira o reparo de seu suporte, no lado esquerdo do 1.º cargueiro;

— Desequipa, prende a mochila no suporte do reparo e prende a bandoleira no reparo;

— Coloca sua bolsa de couro a tiracolo, toma o reparo e vai colocar-se a dois passos do 1.^º Municiador, na formação indicada pelo Cabo.

d) 2.^º Municiador:

— Toma três cofres de munição de capacidade normal, sendo dois do lado direito e um do lado esquerdo do 2.^º cargueiro;

— Retira, da bolsa do lado direito do 2.^º cargueiro, dois cintos para o transporte de munição e dois sacos de terra, e entrega um cinto e um saco de terra ao 3.^º Remuniciador (ver nota referente à letra g do n.^º 7);

— Desequipa e coloca a mochila presa ao suporte dos cofres do lado direito do 2.^º cargueiro;

— Prende os seus três cofres de munição ao cinto de transporte e vai colocar-se a dois passos do Atirador, na formação indicada pelo Cabo.

e) 1.^º Remuniciador:

— Toma três cofres de munição de capacidade normal, sendo dois do lado direito e um do lado esquerdo do 3.^º cargueiro;

— Retira, da bolsa do lado esquerdo do 2.^º cargueiro, dois cintos para o transporte de munição e dois sacos de terra, e entrega um cinto e um saco de terra ao 2.^º Remuniciador;

— Desequipa e coloca a mochila presa ao suporte dos cofres do lado direito do 3.^º cargueiro;

— Prende seus três cofres de munição ao cinto de transporte e vai colocar-se a dois passos do 2.^º Municiador, na formação indicada pelo Cabo.

f) 2.^º Remuniciador:

— Retira um cofre de munição de capacidade normal e um de grande capacidade, ambos do 3.^º cargueiro;

— Recebe, do 1.^º Remuniciador, um cinto para transporte de munição e um saco de terra;

— Desequipa e coloca a mochila presa ao suporte dos cofres do lado esquerdo do 3.^º cargueiro;

— Ajusta o cinto de transporte ao corpo, toma seus dois cofres de munição e reune-se ao Grupo de Remuniciamento da Secção, ficando sob as ordens do Cmt. do mesmo.

g) 3.º Remuniciador (ver nota referente ao n.º 7, letra g):

— Retira um cofre de munição de capacidade normal e um de grande capacidade, ambos do 2.º cargueiro;

— Recebe, do 2.º Municiador um cinto para o transporte de munição e um saco de terra;

— Desequipa e coloca a mochila presa ao suporte dos cofres do lado esquerdo do 2.º cargueiro;

— Ajusta o cinto de transporte ao corpo, toma seus dois cofres de munição e vai reunir-se ao Grupo de Remuniciamento da Secção, ficando sob as ordens do Cmt. do mesmo.

h) Armeiro:

— Desequipa e coloca a mochila no 2.º cargueiro de sua Peça, sobre o suporte do cofre de munição de grande capacidade;

— Retira o material de tiro da Sec. (balizas, plataformas, etc.) e reune-se ao Grupo de Remuniciamento (normalmente assume o comando desse Grupo, visto tratar-se de um soldado mais antigo e não existir na Sec. Cabo Condutor).

i) Condutores e demais Remuniciadores (caso existam outros na Peça): procedem como está previsto na letra i do n.º 7, tendo, previamente, desequipado e colocado suas mochilas sobre seus cargueiros.

Observação — Caso a Peça possua mais de dois cargueiros de munição, os cofres dos mesmos serão descarregados e transportados pelos condutores disponíveis e demais remuniciadores (se existirem outros à disposição da Peça), de acordo com o que ficou exposto para a ação dos municiadores e remuniciadores (letras d, e, f e g).

9 — **Movimentos** — Depois de descarregado o material, a Peça fica reduzida ao seu grupo de tiro (Cabo, 1.º Municiador, Atirador, 2.º Municiador e 1.º Remuniciador), pois o pessoal restante acha-se reunido ao Grupo de Remuniciamento da Sec.. Em virtude do grande peso transportado pe-

los serventes, os deslocamentos da Peça serão feitos, normalmente, no passo sem cadência; excepcionalmente, poderão ser executados movimentos em marche-marche ou empregando cadência viva, para a transposição de pequenos trechos do terreno.

Os movimentos serão executados ao comando de:

"Peça, sem cadência marche (marche-marche)" e cessados ao comando de:

"Alto";

A este comando, os homens param no lugar em que se encontram, procurando aproveitar o terreno contra as vistas terrestres e aéreas (principalmente contra as vistas aéreas, pois os deslocamentos são, normalmente, feitos por caminhamentos desenfiados).

Quando o material fôr transportado a braço, os serventes levarão os fuzis a tiracolo; quando o transporte fôr feito com o auxílio dos equipamentos especiais, as armas serão levadas em bandoleira ou na mão.

10 — Quando a Peça estiver transportando o material com o auxílio dos equipamentos especiais, os comandos de "Sem cadência marche" ou "marche-marche" serão precedidos do comando:

"Preparar para partir"

A este comando:

a) Chefe de Peça: repete o comando e coloca a placa-base às costas ou a tiracolo, com o auxílio do 1.^º Municiador.

b) 1.^º Municiador e Atirador: colocam, respectivamente, o tubo-canhão e o reparo a tiracolo ou em bandoleira, auxiliando-se mútuamente.

c) Municiador e 1.^º Remuniciador: colocam no corpo, os seus cintos de transporte (com os respectivos cofres), auxiliando-se mútuamente.

11 — A formação normal do deslocamento da Peça, com o material descarregado, é em coluna por um; excepcionalmente, esta poderá tomar a formação em linha (para a ocupação de uma cobertura retilínea, por exemplo).

Organização do trabalho intelectual

Estudo de um catálogo de assuntos de instrução

(Continuação)

Pelo 2.º Ten. FRANCISCO RUAS SANTOS

82. — Ordem unida de metralhadoras (tanto para a tropa que dispõe do material Hotchkiss quanto para que dispõe do Madsen) e de morteiros. (R. 10).
821. — Escola do soldado.
- .1 — Instrução sem armas (como em 811, 1).
 - .2 — Instrução com arma (fuzil ordinário ou mosquetão) (como em 811, 2).
 - .3 — Instrução do condutor. (Anexo n.º 1).
 - .30 — Generalidades. (ns. 1 a 3 e 16).
 - .31 — Embridamento. (n.º 4).
 - .32 — Encilhar (ns. 5 e 6).
 - .321 — "Encilhar!" (n. 6).
 - .322 — "Tal muar!" — Pronto!" (n. 6).
 - .33 — "Desencilhar!" (n. 7).
 - .331 — "Desencilhar!" (n. 7).
 - .332 — "Tal muar! — Pronto!" (n. 7).
 - .34 — Desembrigar. (n. 7).
 - .35 — Posições (n. 9, além das prescritas em 811, 1).
 - .36 — Movimentos do cargueiro (ns. 11 e 12).
 - .360 — Chamar a atenção do animal (n. 10).
 - .361 — Marchar e parar (n. 11).
 - .361.1 — "Marche!" (n. 11).
 - .361.2 — "Alto!" (n.º 11).
 - .362 — "Recuar!" (n.º 12).
 - .362.1 — "Recuar!" (n.º 12).
 - .362.2 — "Alto!" (n.º 12).
 - .37 — Voltas a pé firme e em marcha (n.º 13).
 - .371 — "Direita — Volver!" (n.º 13).
 - .372 — "Esquerda — Volver!" (n.º 13).
 - .373 — "Meia volta — Volver!" (n.º 13).
 - .38 — Marchas (n.º 14).
 - .4 — Escola do soldado de metralhadoras quando em forma com os muares.
822. — Escola da peça (cap. II).
- .1 — Formações (art. I, n. 71).
 - .11 — Linha em uma fileira (n.º 72).
 - .12 — Coluna por um (n.º 73).
 - .13 — Formação para inspeção de material e pessoal (n.º 74).
 - .2 — Formaturas.
 - .21 — Coluna por um (n.º 73).
 - .23 — Formatura para inspeção de pessoal e material (n.º 74).
 - .331 — "Formação para inspeção — Marche!" (n. 74).

- .3 — Reunião (n.º 75).
- .31 — "Frente para (tal) ponto — Reunir!" (n.º 75).
- .4 — Movimentos (n.º 76).
- .41 — Movimento no passo ordinário (n.º 76).
- .411 — "Ordinário — Marche!" (n.º 76).
- .42 — Movimento no passo sem cadência (n.º 76).
- .421 — "Sem cadência — Marche!" (n.º 76).
- .43 — Movimento no passo acelerado (n.º 76).
- .431 — "Acelerado — Marche!" (n.º 76).
- .44 — Movimento em marcha — marcha (n.º 76).
- .441 — "Marche — marche!" (n.º 76).
- .5 — Mudanças de direção e de frente (n.º 77).
- .51 — Mudança de direção em marcha (como em 812.7).
- .52 — Mudanças de frente (n.º 77).
- .521 — Mudanças de frente a pé firme (como em 812.7).
- .522 — Mudanças de frente em marcha (como em 821.37).
- 822.6 — Cobertura (Não regulamentada). Alinhamento. (Como em 812.4).
 - .7 — Passagem de uma formação à outra. (ns. 79 e 80).
 - .71 — Passagem da formação em linha para a em coluna. (n.º 79).
 - .711 — Coluna por um — Marche! (n.º 79).
 - .712 — "Direita — Volver!" (n.º 79).
 - .713 — "Esquerda — Volver!" (n.º 79).
 - .72 — Passagem da formação em coluna para a em linha. (n.º 80).
 - .721 — "Linha em um fileira — Marche!" (n.º 80).
 - .722 — "Direita — Volver! (n.º 80).
 - .723 — "Esquerda — Volver! (n.º 80).
- .8 — Carregamento, descarregamento e transporte do material. (art.II).
- .81 — "Carregar o material!" (n.º 81).
- .82 — "Descarregar o material!" (Não existe este comando no Regulamento. É empregado porém, na prática, em situações que não sejam as da formatura para inspeção e do combate, procedendo-se como no primeiro caso, (n.º 74), colocando-se entretanto, o material, no local previsto ou indicado).
- 823. — Escola da seção. (Inst. III).
- 823.1 — Formações. (cap. II art. I).
 - .11 — Formações em fileira.
 - .111 — Linha em uma fileira. (n.º 142).
 - .112 — Linha em duas fileiras. (n.º 143).
 - .12 — Formações em coluna.
 - .121 — Coluna por um. (n.º 144).
 - .122 — Coluna por dois. (n.º 145).
 - .13 — Formação para inspeção do pessoal e material. (n.º 146).
- .2 — Formaturas. (Comandos em 21 e 22, não regulamentados) (Cap. II, art. I).
 - .21 — Formaturas em fileira.
 - .211 — "Linha em uma fileira — Em forma!".
 - .212 — "Linha em duas fileiras — Em forma!".
 - .22 — Formaturas em coluna.
 - .221 — "Coluna por um — Em forma!".
 - .222 — "Coluna por dois — Em forma!".
 - .23 — Formatura para inspeção do pessoal e material. (n.º 146).
 - .231 — "Formação para inspeção — Marche!" (n.º 146).
 - .3 — Reunião. (n.º 147).
 - .31 — "Frente para tal ponto — Reunir!".

- .4 — Movimentos.
- .41 — Movimento no passo ordinário.
- .411 — "Ordinário — Marche!".
- .42 — Movimento no passo sem cadência.
- .421 — "Sem cadência — Marche!".
- .43 — Movimento no passo acelerado.
- .431 — "Acelerado — Marche!".
- .44 — Movimento em marche-marche.
- .441 — "Marche-Marche!".
- .5 — Mudanças de direção e de frente. (Como em 822.5).
- .51 — Mudança de direção em marcha.
- .52 — Mudanças de frente a pé firme.
- .6 — Cobertura. Alinhamentos. (Como em 822.6).
- .7 — Passagem de uma formação à outra. (n.º 148 a 153).
- .71 — Passagem das formações em linha para as em coluna.
- .711 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em coluna por dois. (n.º 151).
- .711.1 — "Coluna por dois — Marche!" (n.º 151).
- .712 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em Coluna por um. (n.º 150).
- .712.1 — "Coluna por um — Marche!" (n.º 150).
- .712.2 — "Direita — Volver!".
- .712.3 — Esquerda — Volver!".
- .72 — Passagem das formações em coluna para outras em coluna.
- .721 — Passagem da formação em coluna por um para a em coluna por dois. (n.º 152).
- .721.1 — "Coluna por dois — Marche!" (n.º 152).
- .722 — Passagem da formação em coluna por dois para a em coluna por um. (n.º 153).
- 823.722.1 — "Coluna por um — Marche!" (n.º 153).
- .73 — Passagem das formações em fileira para outras em fileira.
- .731 — Passagem da formação de linha em uma fileira, para a em duas fileiras. (n.º 148).
- .731.1 — "Linha em duas fileiras — Marche!" (n.º 148).
- .732 — Passagem da formação de linha em duas fileiras para a em uma fileira. (n.º 149).
- .732.1 — "Linha em uma fileira — Marche!" (n.º 149).
- .74 — Outras mudanças de formação.
- .8 — Carregamento e descarregamento do material. (Comandos não regulamentados).
 - .81 — "Carregar o material!".
 - .82 — "Descarregar o material!".
- 824. — Escola do pelotão. (Subdivisão não regulamentada).
- 824.1 — Formações.
 - .11 — Formações em fileira.
 - .111 — Linha em uma fileira.
 - .112 — Linha em duas fileiras.
 - .12 — Formações em coluna.
 - .121 — Coluna por um.
 - .122 — Coluna por dois.
 - .123 — Coluna dupla.
 - .12 — Formação para inspeção de pessoal e material.
 - .2 — Formaturas.
 - .21 — Formaturas em fileira.
 - .211 — "Linha em uma fileira — Em forma!".

- .212 — "Linha em duas fileiras — Em forma!".
- .22 — Formaturas em coluna.
- .221 — "Coluna por um — forma!".
- .222 — "Coluna por dois — Em forma!".
- .223 — "Coluna dupla — Em forma!".
- .23 — Formatura para inspeção de pessoal e material.
- .231 — "Formação para inspeção — Marche!".
- .3 — Reunião.
- .31 — "Frente para tal ponto — Reunir".
- .4 — Movimentos. (Como em 823.4).
- .5 — Mudanças de direção e de frente. (Como em 823.5).
- .6 — Cobertura. Alinhamento. (Como em 823.6).
- .7 — Mudanças de formação.
- .71 — Passagem das formações em linha para as em coluna.
- .711 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em coluna dupla.
- .711.1 — "Coluna dupla — Marche!".
- .712 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em coluna por dois.
- .712.1 — "Coluna por dois — Marche!".
- .713 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em coluna por um.
- .713.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .713.2 — "Direita (esquerda) — Voltar!".
- .72 — Passagem das formações em coluna para outras em coluna.
- .721 — Passagem da formação em coluna por um para outras em coluna.
- .721.1 — "Coluna por dois — Marche!".
- .721.2 — "Coluna dupla — Marche!".
- .722 — Passagem da formação em coluna por dois para outras em coluna.
- .722.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .722.2 — "Coluna dupla — Marche!".
- .723 — Passagem da formação em coluna dupla para outras em coluna.
- .723.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .723.2 — "Coluna por dois — Marche!".
- 824.73 — Passagem das formações em fileira para outras em fileira.
- .731 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em duas fileiras.
- .731.1 — "Linha em duas fileiras — Marche!".
- .732 — Passagem da formação de linha em duas fileiras para a em uma fileira.
- .732.1 — "Linha em uma fileira — Marche!".
- .74 — Outras mudanças de formação.
- .75 — Carregamento e descarregamento do material. (Como em 823.8).
- 825. — Escola da companhia (Tit. IV).
- 825.1 — Formações. (Art. 1).
- .13 — Formações em fileira. (ns. 161 e 162).
- .111 — Linha em uma fileira. (n. 161).
- .112 — Linha em duas fileiras (n. 162).
- .12 — Formações em coluna. (n. 163 a 165).
- .121 — Coluna por um. (n. 163).
- .122 — Coluna por dois. (n. 164).
- .123 — Coluna dupla. (n. 165).
- .13 — Formação para inspeção de pessoal e material. (n. 166).

- .2 — Formaturas.
- .21 — Formaturas em fileira.
- .211 — Linha em uma fileira.
- .212 — Linha em duas fileiras.
- .22 — Formaturas em coluna.
- .221 — Coluna por um.
- .222 — Coluna por dois.
- .223 — Coluna dupla.
- .23 — Formatura para inspeção de pessoal e material. (n. 166).
- .231 — "Formação para inspeção — Marche!". (n. 166).
- .3 — Reunião. (n. 166).
- .31 — "Frente para tal ponto — Reunir!" (n. 166).
- .4 — Mudanças de formação. (Art. II). (V. o n. 169).
- .41 — Passagem das formações em coluna para outras em coluna.
- .411 — Da coluna por dois para a coluna dupla. (n. 167).
- .411.1 — "Coluna dupla — Marche!". (n. 167).
- .412 — Da coluna dupla para a coluna por dois. (n. 168).
- .412.1 — "Coluna por dois — Marche!" (n. 168).
- .413 — Da coluna por dois para a coluna por um.
- .413.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .414 — Da coluna dupla para a coluna por um.
- .414.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .42 — Passagem das formações em linha para a em coluna.
- .421 — Da linha em uma fileira para a em coluna.
- .421.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .421.2 — "Coluna por dois — Marche!".
- .421.3 — "Coluna dupla — Marche!".
- .422 — Da linha em duas fileiras para a em coluna.
- .422.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .422.2 — "Coluna por dois — Marche!".
- .422.3 — "Coluna dupla — Marche!".
- .43 — Passagem das formações em fileira para outras em fileira.
- .431 — Da linha em uma fileira para a em duas fileiras.
- .431.1 — "Linha em duas fileiras — Marche!".
- .432 — Da linha em duas fileiras para a em uma fileira.
- .432.1 — "Linha em uma fileira — Marche!".
- .5 — Carregamento e descarregamento do material.
- .6 — Desfiles.
- .84 — MANEABILIDADE.
- .840 — Questões diversas relativas à maneabilidade.
- .841 — Maneabilidade de fuzileiros. (R.E.C.I., 1^a parte).
- .840.0 — Generalidades.
- .841.01 — Sinais e gestos de comando. (cap. III, ns. 36, 37 e 40).
- .841.1 — Instrução individual.
- .71 — Exercícios de vivacidade. (cap. III, art. I, n. 136).
- .12 — Mecanismo de marcha rastejante. (art. VI, n. 172).
- .121 — Primeiro processo da marcha rastejante. (n. 172).
- .122 — Segundo processo da marcha rastejante. (n. 172).
- .13 — Mecanismo do lançô. (art. VI, n. 173).
- .131 — Mecanismo do lançô de amplitude normal, estando o homem em posição. (ns. 173 e 177).
 - .131.1 — "Preparar para partir!". (n. 177).
 - .131.2 — "Por lançô!" (ns. 173 e 177).
 - .131.3 — "Marche!" ("Marche-Marche!"). (n. 173).
 - .131.4 — "Alto!". (n. 173).

- .132 — Mecanismo do lango de pequena amplitude, estando o homem em posição; comandos em sua sequência. (n. 177).
- .132.1 — "Mochilas na mão!" (n. 177).
- .132.2 — "Preparar para partir!". (n. 177).
- .132.3 — "Por lango!" (n. 177).
- .132.4 — "Marche!" ("Marche-Marche!"). (n. 177).
- .132.5 — "Alto!" (n. 173).
- .2 — Escola do grupo de combate. (Tit. II, art. III).
- .20 — Generalidades. (art. I).
- .21 — Formações. (art. II, ns. 140 a 144).
- .211 — Coluna por um. (n. 140, § 1º).
- .212 — Esquadras sucessivas. (§ 2º).
- .212.1 — Esquadras sucessivas, em coluna. (letra a).
- .212.2 — Esquadras sucessivas, a da testa desenvolvida. (letra b).
- .213 — Esquadras juxtapostas. (§ 3º).
- .213.1 — Esquadras juxtapostas, em coluna. (letra a).
- .213.2 — Esquadras juxtapostas, desenvolvidas. (letra b).
- .214 — Em linha para o assalto. (§ 4º).
- .22 — Movimentos: execução e cessação. (art. III, n. 145).
- .221 — Movimento no passo sem cadências. (n. 145).
- .221.1 — "Sem cadências — Marche!" (n. 145).
- .221.2 — "Alto!" (n. 145).
- .222 — Movimento em Marche-Marche. (n. 145).
- .222.1 — "Marche-Marche!" (n. 145).
- .222.2 — "Alto!" (n. 145).
- .23 — Mudanças de frente. (art. III, n. 146).
- .231 — Mudanças de frente a pé firme. (n. 146).
- .231.1 — "Frente para (tal) ponto!" (n. 146).
- .231.2 — "Frente para a direita!" (n. 146).
- .231.3 — "Frente para a esquerda!" (n. 146).
- .231.4 — "Frente para a retaguarda!" (n. 146).
- .232 — Mudanças de frente em marcha. (n. 146).
- .232.1 — "Frente para (tal) ponto!" (n. 146).
- .232.2 — "Frente para a direita!" (n. 146).
- .232.3 — "Frente para a esquerda!" (n. 146).
- .232.4 — "Frente para a retaguarda!" (n. 146).
- .24 — Mudanças de direção. (n. 146).
- .241 — Mudanças de direção a pé firme. (n. 146).
- .241.1 — "Direção à direita!" (n. 146).
- .241.2 — "Direção à esquerda!" (n. 146).
- .242 — Mudanças de direção em marcha. (n. 146).
- .242.1 — "Direção à direita!" (n. 146).
- .242.2 — "Direção à esquerda!" (n. 146).
- 841.25 — Passagem de uma formação à outra. (art. IV).
- .251 — Passagem da coluna por um à formação por esquadras sucessivas. (n. 150).
- .251.1 — "Base (tal) esquadra — Por esquadras sucessivas — a (tantos) passos!" (n. 150).
- .251.11 — "Esquadra (tal) — Em coluna!" (n. 150).
- .251.12 — "Esquadra (tal) — Desenvolvida!" (n. 150).
- .252 — Passagem da coluna por um à esquadra juxtaposta (n. 151).
- .252.1 — "Base (tal) — Esquadra — Por esquadras juxtapostas — a (tantos) passos — Esquadra (tal) à direita (Esquerda)!"
- .252.11 — "Esquadra (tal) — em coluna!" (n. 151).
- .252.12 — "Esquadra (tal) — Desenvolvida!" (n. 151).

- .252.13 — "Esquadra desenvolvida!" (n. 151).
 .253 — Passagem de coluna por um à formação em linha para o assalto. (n. 152).
 .253.1 — "Para o assalto!" (n. 152).
 .254 — Passagem da formação por esquadras sucessivas à formação por esquadras juxtapostas. (n. 151).
 .254.1 — "Base (tal) esquadra — por esquadras juxtapostas — a (tanto) passos — Esquadra (ta) à direita (esquerda)!" (n. 151).
 .254.11 — "Esquadra (tal) em coluna!" (n. 150).
 .254.12 — "Esquadra (tal) desenvolvida!" (n. 150).
 .254.13 — "Esquadras desenvolvidas!"
 .255 — Passagem da formação por esquadras sucessivas à formação em linha para o assalto. (n. 152).
 .255.1 — "Para o assalto!" (n. 150).
 .256 — "Passagem da formação por esquadras juxtapostas à formação em linha para o assalto!" (n. 152).
 .256.1 — "Para o assalto!" (n. 152).
 .257 — Passagem de qualquer formação à coluna por um. (n. 153).
 .257.1 — "Base (tal) esquadra — coluna por um!" (n. 153).
 .258 — Modificação das distâncias e intervalos. (n. 154).
 .258.1 — Modificação das distâncias. (n. 154).
 .258.11 — "A (tantos) passos abrir (cerrar) distâncias entre as esquadras (entre os soldados)" (n. 154).
 .258.2 — Modificação dos intervalos (n. 154).
 .258.21 — "A (tantos) passos abrir (cerrar) intervalos entre as esquadras (entre os soldados)!" (n. 154).
 .26 — Mecanismos para execução dos fogos. (art. V.).
 .261 — Mecanismo preparatório para execução dos fogos. (n. 155).
 .261.1 — Disposições para o combate. (n. 153).
 .261.11 — "Preparar para o combate!" (n. 153).
 .261.2 — Em posição. (n. 156 e 157).
 .261.21 — "Frente para (tal) ponto — em posição (n. 158).
 .261.22 — Em posição quando não há necessidade de abrir fogo imediatamente. (n. 158).
 .261.221 — "Frente para (tal) ponto — preparar a posição! "Em posição!"
 .261.3 — Reunião. (n. 159).
 .261.31 — "Grupo — Reunir!" (ns. 159 e 160).
 .262 — Mecanismo para execução do fogo do fuzil-metralhador como 862.117. (ns. 163 e 164).
 .262.1 — "Tiro contínuo (intermitente)!"
 .262.2 — "Rajadas de (tantos a tantos) tiros!" (apenas no caso de tiro contínuo).
 .262.3 — "Alça (tantos)!"
 .262.4 — "Sobre (tal) ponto!"
 .262.5 — "Fogo!"
 .262.6 — "Suspender (cessar) — Fogo!"
 .263 — Mecanismo para execução do fogo dos volteadores ou de todo o grupo, como em 861.118. (n. 156).
 .263.1 — No fogo à vontade (Comandos em uma sequência). (n. 166).
 .263.11 — "Esquadra de volteadores (Esquadra)!"
 .263.12 — "Fogo à vontade!"
 .263.13 — "Alça (tanto)!"
 .263.14 — "Sobre (tal)!"
 .263.15 — "Começar o fogo!"

- .263.16 — "Suspender (cessar) fogo!"
 .263.2 — No fogo de salva — Como em 361.118 — (n. 166).
 .263.21 — "Esquadra de volteadores (Esquadras)!"
 .263.22 — "Fogo de salva!"
 .263.23 — "Alça (tanto)!"
 .263.24 — "Sobre (tal) ponto!"
 .263.25 — "Começar o fogo!"
 .263.26 — "Apontar — fogo!"
 .263.27 — "Suspender (cessar) fogo!"
 .264 — Mecanismo para execução do tiro da granada de mão e do fuzil. (n. 163).
 .264.1 — No tiro da granada de mão. (n. 163).
 .264.2 — No tiro da granada de fuzil. (n. 163).
 .27 — Mecanismo dos movimentos sob as vistas e fogos do inimigo. (art. VI).
 .271 — Mecanismo dos movimentos em marcha rastejante. (n. 172).
 .271.1 — De todo o grupo simultâneamente. (n. 172).
 .271.11 — "Todo o grupo — de rastros!" (n. 172).
 .271.2 — Homem a homem. (n. 172).
 .271.21 — "Homem a homem — de rastros!" (n. 172).
 .272 — Mecanismos dos movimentos por lanços. (n. 173).
 .272.1 — Execução dos lanços por todo o grupo qualquer que seja a amplitude do lance. (n. 173).
 .272.11 — "Todo o grupo — por lance!" (n. 173).
 .272.12 — "Marche (marche-marche)!" (n. 173).
 .272.13 — "Alto!" (n. 173).
 .272.2 — Execução do lance esquadra por esquadra. (ns. 174 e 175).
 .272.21 — "Quando a amplitude do lance é normal!" (n. 174).
 .272.211 — "Esquadra (tal) por lance!" (n. 174).
 .272.212 — "Marche (marche-marche)!" (n. 174).
 .272.213 — "Alto!" (n. 174).
 .272.22 — Quando a amplitude do lance for muito grande. (n. 175).
 .272.221 — "Por lanços sucessivos de esquadra — esquadra (tal)!" (n. 175).
 .272.222 — "Marche (marche-marche)!" (n. 175).
 .272.223 — "Alto!" (n. 175).
 .272.3 — Execução do lance homem a homem. (n. 176).
 .272.31 — "Esquadra (tal) — homem a homem. — Por lanços!" (n. 176).
 .272.32 — "Marche (marche-marche)!" (n. 176).
 .3 — Escola do Pelotão. (tit. III, cap. III).
 .30 — Generalidades sobre a manejabilidade do Pelotão. (art. I).
 .31 — Form. (art. II).
 .310 — Questões diversas sobre as formações. (ns. 216 e 217).
 .311 — Coluna por três. (n. 215, 1^a).
 .312 — Por grupos juxtapostos. (n. 215, 2^a).
 .313 — Por grupos sucessivos. (n. 215, 3^a).
 .314 — Escalão com a direita (esquerda) avançada. (n. 215, 4^a).
 .315 — Em triângulo. (n. 215, 5^a).
 .32 — Movimentos. Execução e cessação (como em 841.22 — art. III).
 .33 — Mudança de frente. (Como em 841.23). (Art. III).
 .34 — Mudanças de direção. (Como em 841.34). (Art. III).
 .35 — Passagem de uma formação à outra. (Art. IV).
 .351 — Passagem de qualquer formação para a formação em grupos juxtapostos. (n. 220).

- .351.1 — "Base (tal) grupo — (tal) grupo à direita a (tantos) passos (tal) grupo à esquerda a (tantos) passos — marche!" (n. 220).
 - .352 — Passagem de qualquer formação para a formação em escala com a direita avançada. (n. 220).
 - .352.1 — "Base (tal) grupo (tal) à direita a (tantos) passos de intervalo e (tantos) de distância (tal). Grupo à esquerda, à retaguarda, (tantos) passos de intervalo e (tantos) de distância — Marche!" (n. 220).
 - .36 — Mecanismo para execução dos fogos. (arts. V e VI).
 - .361 — Mecanismo preparatório para execução dos fogos. (n. 222).
-

Geografia da Produção do Ferro

Sem uma noção clara de geografia econômica, especialmente no que diga respeito à geografia das grandes indústrias, de que são principais a do carvão e a do ferro, será impossível compreender-se o prestígio relativo das nações modernas, a ordem de sua importância política.

Eis a razão pela qual o "Jornal do Brasil" frequentemente publica informações estatísticas bem organizadas, quadros de algarismos que valem por uma lição de economia.

Ha tempos, publicavamos o quadro da produção mundial de carvão de pedra; hoje publicamos o da produção mundial de ferro. Aos que fixarem de memória êsses quadros, será fácil o entendimento dos fatos da vida internacional.

Quem conheça a capacidade industrial das grandes nações, baseada na produção de carvão e de ferro, não terá surpresas com os fatos da guerra passada e com os da conflagração atual. Valem os milhões de toneladas de carvão e de ferro por milhões de soldados bem armados. São grandes potências as nações que produzem centenas de milhões de toneladas de carvão de pedra e dezenas de milhões de toneladas de ferro guza.

Em primeiro lugar, os Estados Unidos da América do Norte. Depois, a Alemanha, a Inglaterra, a Russia, a França, no Continente europeu. Na Ásia, o Japão, isolado, vale pelos milhões de toneladas de carvão e de ferro que produz numa região do globo em que ele fica sem rivais. O quadro

que temos à vista é fotografia da pagina 304 do último número do "The Mineral Industry". Nele a produção é expressa em milhares de toneladas o que significa que os grandes produtores fundem dezenas de milhões de toneladas.

WORLD'S PRODUCTION OF IRON
(In thousands of gross tons)
Pig Iron

	1913	1929	1931	1933	1935	1937	1938	1939
United States....	30,966	42,614	18,426	13,346	21,873	87,127	19,161	31,604
Canadá	1,015	1,080	420	229	900	898	758	831
Great Britain	10,260	7,580	3,773	4,124	6,426	8,497	6,763	8,130
France	5,126	10,439	8,217	6,327	5,799	7,917	5,956	7,829
Belgium	2,445	3,970	3,231	2,744	3,060	3,843	2,426	3,010
Luxemburg	2,906	2,058	1,888	1,872	2,513	1,527	1,812
Italy	424	678	509	517	622	790	914
Spain	418	709	476	347	350	108	950
Sweden	782	490	389	319	566	646	397
Germany	19,000	13,401	6,063	5,267	12,539	15,957	18,226	19,828
Austria	2,344	450	145	88	193	389	+	+
Czecho-Slovakia	1,643	1,165	499	811	1,675	1,215	900
Poland	704	347	316	394	724	952	810
Hungary	850	200	76	85	362	345	350
Russia	4,563	4,018	4,900	7,250	12,493	14,520	14,479	15,374
Japan	236	1,750	1,408	2,032	2,716	3,261	3,050	3,320
China	150	259	252	200	250	200	200	200
India	204	1,318	820	913	1,056	1,598	1,628	(c) 1,800
Australia	47	333	129	350	572	664	0,072	(c) 1,285
Saar Territory	1,371	2,088	1,515	1,592	+	+	+	+
Netherlands	256	257	253	234	307	295	272
Varios	200	100	100	100	697*	500
Total mundial....	77,813	96,263	54,795	48,781	72,111	102,848	80,452	104,490

Esse quadro merece a atenção diturna dos estudantes de geografia econômica, matéria fundamental do estudo de economia política.

(Do "Jornal do Brasil", de 7-3-941)

Casa Souza Baptista Ltda.
Moveis, Tapeçarias e Ornamentações

Largo da Carioca, 9 e 11
Fones: 22-0640 e 22-4611
Rio de Janeiro

O Engenho Blindado Alemão

(Tradução de revista alemã)

FORMAÇÕES DE ATAQUE EM TERRENO LIVRE

A quantidade de carros empregados varia de um só, isolado, até unidades completas.



O CARRO BLINDADO MODERNO

Tendo uma velocidade de cerca de 40 kms. por hora, em terreno livre e grande raio de ação, o moderno engenho de combate da cavalaria é uma arma que pode operar independentemente a grandes distâncias.

Pondo de parte a atuação da aviação, os carros desempenharam papel decisivo na rápida conquista da Holanda, da Belgica e dos distritos industriais do Norte da França. Certamente, possuam as Potências Ocidentais, grande quantidade de carros, porem os acontecimentos provaram que êstes não eram da mesma qualidade dos engenhos alemães. O próprio carro pesado francês, em que o seu exército depositava grandes esperanças, não confirmou o seu papel na batalha de destruição. A superioridade alemã resultou de esclarecido e oportuno emprêgo dos carros em formações acen-tuadamente largas e em manobras que foram controladas rigorosamente durante todo tempo, do comêço ao fim da operação.



MUDANÇA DA COLUNA DUPLA PARA A COLUNA POR UM

Durante o avanço em terreno livre os carros procuram diminuir a profundidade de coluna deslocando-se a dois de frente (coluna dupla). Graças à sua mobilidade, podem passar rapidamente à coluna por um, em fácil manobra, se o espaço limitado o exigir.

Além disso, cuidou-se do perfeito adestramento das guarnições e de tornarem-se fáceis e suaves as operações de abastecimento, o que previne qualquer demora na progressão. Esses fatores, — excelente regra de emprêgo, melhor material, adestramento individual dos homens e ininterrupto desembarço no ataque, mantidos sempre em ótimas condições

e, particularmente, a ideal cooperação com todos os outros organismos militares, — alcançaram um êxito que os mais experimentados profissionais julgavam muito difícil ser alcançado.



Para atacar resistência isolada, como por exemplo, engenho anti-carros e ninho de metralhadora, passa-se da coluna de marcha para a formação em cunha. Os carros se colocam à direita e à esquerda do guia. O ataque se processa em escalaõ, tendo cada carro grande campo de tiro e apresentando a cunha um alvo diminuto.

Os atuais carros alemães vingaram-se dos clássicos carros de batalha dos campos de Cambrai.



FOGO COM O CARRO PARADO

Os carros dispõem-se bem intervalados por trás da ondulação do terreno, a qual lhes proporciona boa coberta e grande campo de tiro. Abrem fogo simultaneamente, concentrando-o tanto quanto possível. A pesada armação do carro constitue reparo ideal para as armas e garante boa precisão e justeza. Fazem o tiro em rajadas curtas, em tiro direto. A grande velocidade do projétil dá-lhe grande força de penetração. Essa formação se assemelha à de bateria de artilharia de campanha em posição.

E' impossível dar nos limites d'este artigo um comprehensível esboço sobre o emprêgo das modernas formações dos carros. Aqui fazemos apenas uma tentativa para dar ao leitor uma idéia aproximada de como se emprega essa arma, por meio de ilustrações sobre as manobras das pequenas unidades.



ATAQUE CONTRA FORTIFICAÇÕES DE CAMPANHA

Em frente reduzida, a formação de carros progride por escalões sucessivos e ataca a posição da infantaria utilizando todas as cobertas que ofereça o terreno. Os carros partem em coluna dupla de posições de partida bem disfarçadas e cobertas. Ao se aproximar do inimigo tomam a formação de batalha e o avanço prossegue por frações sucessivas, penetrando as formações em cunha na posição inimiga, que deve ter sido submetida aos tiros de artilharia, durante a preparação e o inicio do ataque.



LIGAÇÃO COM OS AVIÕES DE OBSERVAÇÃO

A observação aérea mantém-se em constante ligação com os carros que estão na posição de espera. Pode-se aproveitar as situações favoráveis a uma estreita cooperação. Por meio do rádio o observador orienta os carros sobre as posições inimigas e sobre as colunas em marcha. Informa-lhes também sobre os melhores itinerários e sobre a chegada de reforços inimigos.

A moto-mecanização e a cavalaria

1.º Ten. MOACIR POTIGUARA

O problema da Motorização e da mecanização, para nós de CAVALARIA, se apresenta sob um prisma diferente do que para as outras armas, porquanto, não raro suscita comentários desagradáveis e profundas discordâncias de opinião.

Penso que, bem analisado o problema, não restarão dúvidas que permitam tais discordâncias. Procuraremos, abaixo, analisar alguns pontos que nos parecem interessantes e que podem trazer algum auxílio na solução do problema.

P — Quais as missões da CAVALARIA.

P — Será que a adoção de elementos Moto-Mecanizados, veio prejudicar a execução dessas missões ou fez-nos perder a oportunidade de servir?

P — Quais as características da nossa arma?

P — O emprégo de elementos Moto-Mecanizados veiu modificar as características da arma?

R — Informar, Cobrir e Combater.

R — Não. Ao contrário, colocou nossa arma em plano superior, dando-lhe outros meios que permitem a execução das missões, vencendo o desequilíbrio criado com a aparição de meios cada vez mais potentes.

R — Mobilidade aliada à Potência do Fogo

R — Não; continuam as mesmas, isto é: o princípio da Potência de Fogo aliada à mobilidade, "permanecem como condição essencial de rendimento da CAVALARIA".

P — Será que as qualidades exigidas para o bom desempenho das missões, diminuiram de valor para os Cavaleiros Motorizados?

R — Não; continuam as mesmas: "audácia, desprezo ao perigo, disciplina, espírito de dever e de sacrifício, solidariedade — VIRTUDES de CAVALARIA", e "um espírito de decisão ainda mais aguçado do que outrora" devido à rapidez cada vez mais crescente com que se podem apresentar e modificar as situações de combate.

Um saudoso Mestre em assuntos referentes à nossa arma, disse: "O Cavaleiro de hoje ,deverá ser dextro na prática de todos êsses gestos novos, e fiel ao seu **espírito de arma** possuirá o mesmo espírito esportivo e mordaz, a mesma alegria ,elegância e disciplina que seus antepassados testemunharam outrora em gestos agora fora de moda".

P — Qual é, então, o motivo para tal grita sóbre êsse assunto, se até agora só temos mais encargo que nos enobrecem e benefícios para o fiel desempenho de nossas missões?

R — Esse é o ponto crítico. Geralmente à voz de motorização, pensa-se logo que a adoção dêsses modernos meios de combate traria como consequência, o abandono completo, por nós oficiais de CAVALARIA, da "mais bela conquista" do homem. Se isso em verdade se dêsse, creio, seria fato digno de lástima, pois é sabido a formidável soma de qualidades morais que o trato do cavalo e a prática de uma equitação ousada, criam e aprimoram.

P — Qual seria a solução para as unidades moto-mecanizadas?

R — Impõe-se, a meu ver, nas unidades dêsse tipo, a existência de um certo número de cavalos para que os oficiais se conservem "em forma" e cheios dêsse "élan" e dessa alegria sadia que se nota em todo o quartel de CAVALARIA.

P — Como poderão, os soldados e graduados, adquirir esse "espírito de arma" tão necessário à própria existência da CAVALARIA?

R — A Educação Moral seria um auxiliar valioso para a consecução dêsse fim. O relato de feitos dignificantes de Cavaleiros de todos os tempos, far-lhes-ia compreender o modo uno de sentir e agir dos de nossa arma; além disso o exemplo dado pelos oficiais e uma série de pequeninos nada surgidos ou criados na vida do quartel e na instrução, completarão o todo da obra.

Conforme acabamos de ver, essa última parte pertence inteiramente ao oficial e de sua maior ou menor habilidade dependerá o vermos uma **Cavalaria Moto-Mecanizada** ou então, simplesmente, uma tropa que se utiliza de engenhos mecânicos mas sem nada de comum com a nossa Cavalaria, ou-sada, forte, alegre, e sempre disposta a enfrentar e atacar o inimigo com todos os meios de que disponha.

Para concluir essa série de observações, submeto à apreciação dos colegas, as qualidades que, conhecido chefe militar e ex-oficial de nossa arma, deixou expressas em livro, como exigências para um oficial de Cavalaria:

"completo como infante, habil no manejo e no emprêgo das armas, perfeito como ciclista e motociclista, prático na condução de automóvel e no conhecimento do motor, senhor dos meios de comunicação, calmo e operoso como observador aéreo, topógrafo expedito... e sempre e cada vez mais, impecável como CAVALEIRO".



InSTRUÇÃO na Cavalaria

(Continuação)

Pelo Cap. JOÃO DE DEUS MENNA BARRETO

I

No número anterior deixamos demonstrado a necessidade da adoção de um programa único, geral ou básico (de período) para todas as unidades da mesma arma, forma prática de apresentação das determinações regulamentares atinentes à instrução nos corpos de tropa. Conquanto intuitivo, deixamos expresso que não se trata absolutamente de aplicar num corpo qualquer, o programa organizado especialmente para uma determinada unidade, o que constituiria absurdo, revelaria completa ignorância do assunto em causa. O que se impõe é justamente adaptar o programa único, geral ou básico a cada unidade da mesma arma, levando em conta os fatores gerais e locais que se lhe impõem à consideração. Portanto, não se trata do contrassenso de "copiar" um programa, e por "puro comodismo", aplicá-lo indistintamente, por aí a fóra, a todas as unidades.

Não, o que se visa é, em vez de perder tempo, todos os anos, em "copiar" os mesmos objetivos, assuntos, métodos, processos, etc., cuidar de cumprir o que se acha estabelecido no "programa único" levando em conta, para execução, "apenas", as possibilidades do corpo em cada ano.

Essas "restrições", ao "programa único", é que serão publicadas em boletim do Regimento, o qual, assim, ficará aliviado de toda a massa das disposições regulamentares, permanentes, terminantes, invariáveis, que não podem deixar de ser volumosas, "verdadeiros tratados de instrução".

Baldado é procurar outro meio, tem que ser assim mesmo, pois se trata de trabalho complexo e não "problema de fácil formulação e solução, que se possa fabricar sobre a perna, em meia hora ou uma hora".

E' como assinala o R.I.Q.T. (vêr ns. 12 e 14), um problema de comando e de pedagogia. Como poderá o Cmt. do Regimento "regular" a instrução de sua unidade, consultando o R.I.Q.T., o R.E.C.C., o R.I.S.G. e as "Diretrizes" dos generais, tendo em vista os diversos elementos heterogêneos a instruir, o estabelecimento do horário geral onde todos os tempos e trabalhos se engrenam para o funcionamento da máquina, e a justa repartição dos meios materiais, etc. etc., se não existir o correspondente "tratado" oficial, permanente? terá êle que dar-se irremissivelmente ao trabalho de organizar êsse "verdadeiro tratado", todos os anos, e em todos os corpos que êle for comandar. E' necessário que o "programa" seja uma resenha de tudo que a respeito de instrução dispõem os diferentes regulamentos em vigor no Exército, mas côordenado, seriado, ajustado, sob o ponto de vista da aptidão para acionar a máquina. Assim sendo, serve para todos como um verdadeiro "guia" a-fim de seguir-se "com harmonia e unidade dentro do Regimento as pégadas regulamentares, tantas vezes antes emaranhadas que praticamente côordenadas", permitindo "apreender de comêço, em conjunto a seriação a seguir no esforço para alcançar com seguridade um objetivo prático no labôr durante o ano".

O Cel. T. A. Araripe, em trabalho publicado em número anterior desta revista, sob o título: **Organização da Instrução nos corpos de Infantaria**, quadro anexo n. 31, dá uma idéia de como devem ser organizados os "programas de instrução" nas unidades; evidentemente por mais que se reduza a exposição dos pormenores de tais assuntos, sempre surgirá "ver-

dadeiro tratado de instrução". Agora pergunto eu: será que esse "compêndio", uma vez posto em prática não terá "nenhuma objetividade" ou só dará resultado para uma determinada unidade, em determinado ano? Por que não aproveitá-lo também para todas as unidades da arma, a-fim de poupar aos Cmts. o trabalho de "copiá-lo" todos os anos ou fazê-lo semelhante?

O Cel. João Pereira de Oliveira, publicou — "Um ano de Instrução no 13.^º R.I. em Ponta Grossa — Paraná (1936-937), também "verdadeiro tratado", de 212 páginas, trabalho objetivo e praticamente realizado sob sua orientação.

Mas retrucarão muitos: esse programa foi organizado especialmente para esse regimento! Estou de pleno acôrdo, mas é porque ainda não existe "programa único" e como diz o autor, em seu prefácio, "tantos e tão insistentes, porém, foram os pedidos que, desde então, recebi, de cópia, desses documentos, que acabei por acreditar na utilidade de sua divulgação pela forma como é feita agora".

Ora, naturalmente os que se interessavam por esse trabalho, eram também Cmts. de outras unidades da arma, localizadas em regiões diferentes, lutando com dificuldades outras, mas que sentiam necessidade de uniformização na organização da instrução em sua arma, no mesmo Exército; certamente não desejavam aplicar a "cópia" desses diversos documentos aos seus regimentos, mas sim adaptá-la de acordo com suas necessidades e possibilidades.

Voltando à Cavalaria, além do trabalho por mim publicado (de 349 páginas), encontramos também sob a forma de "poligrafos" mimiografados, o "conhecido" programa do Cap. Lélio Ribeiro de Miranda, outro "tratado" no assunto e que tem servido de "modelo" a muitos programas ainda existentes hoje em dia...

Se olharmos época mais remota, 1922-1923, encontraremos também condensado em "compêndio" de 204 páginas — "Um ano de Instrução dos quadros e da tropa no 4.^º R.A.M., Itú — S. Paulo, do insigne mestre, então Major Bertoldo

Klinger, brilhante figura de militar que deixou fama no Exército pelo valor de seus conhecimentos profissionais aliados a uma inteligência privilegiada e sólida cultura geral; a edição de 2.000 exemplares de seu trabalho foi rapidamente esgotada naquela época!

Este é outro exemplo frisante de que os artilheiros também de velha data reconheceram a necessidade da adoção de um "programa único" para todas as suas unidades, adaptando-o naturalmente à diversidade de suas condições.

Por fim, em escalão mais alto, abrangendo o conjunto das armas, justamente em nossos dias, os mais operosos Cmts. de Região e de Divisão, baixando as suas "diretrizes" de instrução, apresentam vastos "compêndios" que revelam a irreprimível necessidade da **unificação** dos programas, e que só poderão ser aliviados de tamanho volume quando tal volume existir permanente, em separado.

Mas o que é de ressaltar é que todos êsses "tratados" são muito "simples e de fácil manuseio, com sua matéria bem distribuída", pois documentos dessa natureza vêm quasi sempre acompanhados de "índices", "sumários" e "calendários", onde qualquer, que não seja leigo no assunto, poderá com a maior **facilidade e presteza** "achar a parte da instrução" que lhe interessar.

Em geral, o que se observa na tropa, é que uns copiam o programa dos outros, e são justamente os bem intencionados, não com o intuito de empregá-lo tal qual, mas adaptá-lo sob medida à sua unidade. Nada mais espontâneo e racional; é a "**unidade de doutrina**" que surge automaticamente entre aqueles que cursaram as mesmas escolas, estudaram com os mesmos mestres e pelos mesmos livros. Desde que exista o programa único, oficial, cessará êsse recurso precário ao trabalho correspondente de lavras individuais; a fonte será uma única, a jorrar para todos. E só êsse documento ou tratado permanente, espécie de fator comum posto em evidência, é que socegará o justificado pavor ante os tratados que — sem êle — nunca poderá deixar de ser o programa de cada Regimento.

Quanto à forma de exposição da matéria em "quadros" ou não é problema ainda discutível e que deverá ser resolvido com a adoção do aludido programa. Parece de bons resultados, à primeira vista, o "modelo" de "quadros", quando êstes deixados **em branco**, mas quando se tiver que encher-los e juntar os inúmeros "quadros" relativos às várias categorias de instruendos do regimento, bem como os relativos à fiscalização da instrução e exames, e nesse "**álbum**" tivermos de procurar uma particularidade referente a determinado assunto, creio que não será tão leve, tão magro o volume e não será "fácil" ao interessado, como parecia, "achar o que se deseja".

Não há, pois, motivos para alarme com o número de páginas do programa, o que é preciso sim, é que ele seja, na realidade, cumprido de fato e à "risca", a-fim de evitar que, pela falta de fiscalização dos órgãos dirigentes — "os órgãos executantes, por sua vez, divorciem-se dêle e sigam a rotina dos anos anteriores na direção da instrução" ou aquela que acharem mais conveniente, "ferindo todos os princípios pedagógicos" e "improvisando suas sessões de instrução". Aliás, semelhantes males, muito mais facilmente se verificam com programas "leves", deficientes, apenas constituídos por algumas diretivas, pois êstes é que dão margem a "improvisações" de toda espécie, por deixarem ao critério dos executantes a sua interpretação e desenvolvimento.

Precisamos convencer-nos que só há um exército e êsse é nacional; as unidades da mesma arma têm organização idêntica; a doutrina, os métodos, os processos, os objetivos e a matéria da instrução consignada nos regulamentos, tudo é constante para as unidades de cada arma; os "quadros", cujo efetivo está geralmente fixado sobre a base da necessidade mínima e bastante, vêm de recrutamento idêntico e uma vez "formados" devem estar em condições de difundir seus conhecimentos adquiridos em escolas oficiais, pois, que por efeito mesmo da seleção inicial e subsequente preparação, ficam praticamente homogênicos, mormente por postos e funções, não devendo, portanto, haver preferências por êstes ou

aqueles instrutores, as quais no fim de contas sempre trazem desharmonia e os detestáveis "grupos" dentro do Regimento.

O "recrutamento" dos soldados é o mesmo para todas as regiões do país: voluntariado, sorteio, e algumas vezes en-gajamento (principalmente para especialistas e artífices); e o tempo de serviço dos elementos incorporados é de igual duração para todos.

Pouco importa que as "características" do instruendo sejam diferentes, segundo sua "habitação na montanha, na planície, no interior ou no litoral"; desde que sua saúde seja perfeita, comprovada pela inspeção médica, ao ser incorporado às fileiras, ele terá que receber **a mesma preparação, para a mesma guerra**. Caberá aos órgãos competentes fazer selecionamento por armas e serviços, e feito isso, o seu valor como instruendo deverá ser tomado, em média, como constante para a confecção do programa. A falta de homogeneidade física, moral e intelectual dos incorporados é, sem dúvida, um fator fixo a dificultar o complexo problema da instrução e diante do qual o Exército, a Nação, só podem contar com a perseverança, boa vontade e habilidade dos instrutores.

Tal falta é uma questão de dilatada envergadura, pois, é realmente nacional e para isso os regulamentos mencionam os "métodos" e "processos" que devem ser seguidos na execução da instrução, levando em conta tais elementos a instruir. Como se vê é questão puramente de "execução" de instrução e não de "preparação".

Naturalmente que os mais "aptos" e "letrados" serão aproveitados, na distribuição dos recrutas, tendo em vista o princípio da especialização que deve ser levado em conta desde a incorporação, para que as diversas sub-unidades sejam desde logo equitativamente contempladas de acordo com as necessidades correspondentes.

O Cavalo que por sua vez é elemento essencial para instrução dos homens na nossa arma, com a falta também de homogeneidade, dificulta o curso normal de preparo deles mes-

mos, bem como dos cavaleiros e o rendimento da arma. A Di-
retoria de Remonta do Exército encara a questão, procura
fixar tipos de cavalos que pelas suas condições anatômicas
assegurem rendimento uniforme. O que se observa, entre-
tanto, é que em geral, com raras exceções, a cavalhada da
cavalaria é bem "parelha". . . .

Resta, apenas, abordarmos a parte "material" de que
dispõem os corpos, porque quanto "às condições climatéri-
cas da região", sua influência não é considerada na elabora-
ção do programa, é mera questão de adaptação de "horá-
rio" e nada mais, e só tem repercussão sobre os "planos se-
manais de trabalho" do cap.. . .

As diferenças de meios materiais de que dispõem os
corpos, é que obrigam os mesmos a adaptarem dessa ou da-
quela forma o programa único, tendo em vista executar aquilo
que realmente é possível em tais ou quais circunstâncias.

II

Igualmente deixamos esclarecida a confusão reinante
acérea dos diversos documentos regulamentares básicos da
instrução dos quadros e da tropa, que realizam praticamente
a unidade de instrução.

Por isso mostramos quais os documentos em que tem
ação decisiva os "fatores" gerais e locais, a que a instrução
deve atender; e finalmente dissemos ser de toda convenien-
cia o estabelecimento, também, de "modelos" desses diversos
documentos (plano semanal, seção e ficha), a-fim de que
reine uniformidade e por conseguinte mais facilidade na fis-
calização e execução da instrução.

III

Quanto ao "programa — progressão" de fase, tão fa-
lado entre nós, mas infelizmente raramente organizado e
mais raramente executado na prática, apesar do nosso R. E.
C. C. prescrever a sua confecção pelos Cmts. Esq., conti-

nuamos a pensar que é ... muito mais racional, prático e real que êsse documento venha taxativo, preciso, com todas as determinações a respeito necessárias e bastantes, no próprio programa geral do Regimento; está êle por extenso nas disposições essenciais referentes à distribuição das matérias de ensino, selecionadas e seriadas através das fases e fases intermediárias. E isso é que representa o recurso decisivo para assentar a uniformidade do ensino e de sua progressão dentro do Regimento. Daí é que devem sair os "planos semanais" de trabalho do cap., que especialmente leva em conta, para cada semana, o grau de instrução atingida (ponto de partida), a aquisição de conhecimentos objetivada para a semana" (etapa a vencer)". Se assim não se fizer, o "selecionamento" e a "seriação" da matéria a ser ministrada no Regimento ficarão ao critério de cada Cmt. Esq. que terá a liberdade de interpretar desta ou daquela forma (e o assunto se presta bem para divergência de interpretações), com repercussão na uniformidade da orientação da instrução que deve existir dentro da unidade, onde o Cmt. é o único responsável pela sua execução.

Mas, alegarão muitos, tais programas uma vez organizados pelos Cmts. Esq. serão submetidos à consideração do Cmd. do Regimento, com 15 dias de antecedência, conforme preceitua o regulamento, para a devida "aprovação" prévia.

Ora, o tempo que o Cmt. do Regimento terá de gastar para uniformizar tais programas, de acordo com sua "orientação" ou com a de um dos programas que escolher por base, seria muito mais bem empregado se êle mesmo confeccionasse tal programa e distribuisse aos Esqs., aos quais seria por essa forma poupado o correspondente trabalho e o dissabor de verem alterado, o programa de sua lavra, ou ainda de fazerm combinações prévias uns com os outros ou de advinhar o pensamento do Coronel.

No trabalho por mim publicado "**A Instrução na Cavalaria**" — "**Programa do 1.º período**" encontrarão os leitores os "assuntos" detalhados por fases e ainda fases intermediárias, (recurso de que dispõem os Cmts. de Regimento baseado no

regulamento, para alcançar objetivos intermediários aos de fim de fase), isto é, o “**programa — progressão**” do **Regimento**, com todas as matérias a serem ministradas, sem necessidade de “quadro”, nem de maiores dificuldades, pois, esse “**programa**” nada tem a ver com “fatores” gerais e locais a que a instrução está subordinada, porque a origem de tal documento é não só a abundância e complexidade da matéria a ensinar e à brevidade do tempo de que se dispõe para ministrar a instrução, como também a necessidade de atender ao 3.^º grande objetivo geral a que a instrução está subordinada. — Necessidade de ter no mais breve prazo possível os recrutas em condições de fazer campanha, pois que a mobilização pode sobrevir a qualquer momento.

E’ irracional, é ineficiência do sistema de trabalho, que o Cmt. do Regimento peça em seu programa os “**objetivos**” a serem atingidos em determinadas épocas, pelos Esqs. (idêntico para todos) e não distribua também a matéria “**selecionada**” e “**seriada**” para atingir a êsses objetivos. Uma cousa é função da outra.

Além disso, a organização de um “**programa — progressão**” por fases (4 meses e 2 meses) é um documento traçado em linhas gerais, contendo toda a instrução que deve receber o homem e as unidades elementares; basta mencionar os assuntos detalhadamente, do princípio ao fim, mesmo porque todos os ramos da instrução devem ser tratados paralelamente, são todos importantes para o apresto da mobilização.

No “plano semanal” de trabalho do cap. é que haverá praticamente “**selecionamento**” e “**seriação**” das matérias, levando em conta os “**fatores**” gerais e locais de cada corpo, em cada ano, bem como o 3.^º objetivo geral da instrução — **Mobilização no prazo mínimo**. De que serve por exemplo, o Cmt. Esq. riscar o “seu” quadro de “**programa — progressão**” por fase, enchê-lo por semanas, de maneira que no fim da 16.^a semana (fim da 1.^a fase) apresente toda a matéria que deve ser dada, se esta “**progressão**” não representa exequibilidade, não traça de fato a realidade do ensino a ser

ministrado? E' como se costuma dizer na "gíria", uma verdadeira "tapeação", unicamente para entrar "com tal documento exigido no E. M. no determinado dia D, fixado pela autoridade fiscalizadora" (de documentos).

Bastará por exemplo, que haja mau tempo numa semana, para "degringolar" toda a progressão das semanas seguintes; ou mesmo uma visita de autoridade, das que não estejam consignadas no calendário para a competente inspeção.

O "**programa — progressão**" por fases pode ser considerado documento fixo e serve, por conseguinte, para todos os anos, pois nele deve vir consignada a matéria necessária e mínima que pelos regulamentos importa dar ao homem e às unidades elementares; nada tem a ver com "fatores" que intervêm na execução da instrução, nem tão pouco com pontos de vista diferentes dos órgãos de direção, ou com afastamentos temporários ou não destes órgãos.

Justamente para evitar êsses inconvenientes e que não haja solução de continuidade na orientação da instrução, apesar da endêmica descontinuidade dos comandos, é que êsse documento deve ser elaborado pelo próprio Regimento, cabendo então ao cap. "**grifar**" por ordem de **urgência** e **importância**, as partes que devem ser subdivididas pelas 16 semanas.

Esse trabalho particular, sim, é que é obra do cap., e ele o faz para si, com o fim de facilitar a organização de seus sucessivos "planos semanais", "planos" êsses que representam na realidade a verdadeira "progressão" na execução. Essa "progressão" gradual e sucessiva, por semanas, essa, sim, é que está sujeita aos diversos "fatores" gerais e locais de cada corpo e por isso ao contrário do "**programa — progressão**" da fase, não pode ser fixo, tem de ser documento parcelado, sucessivo, variável.

Nada, pois, de confusões e de trabalhos redundantes de fazer "uma progressão por semana da matéria a ensinar, além dos quadros semanais de trabalho". Ao Cmt. Esq. não sobra tempo a desperdiçar, o tempo é pouco para que ele "seja como quer o R.I.Q.T. — o instrutor da sua sub-unidade, e não apenas o seu Cmt.".

IV

Abordaremos agora a particularidade de “verificações”, “exames” e “inspeções”, terminologia em que reina obscuridade, malgrado pretensos lampejos com vistas a iluminar o que a respeito dispõe o R.I.Q.T. e o “quadro” de “verificação da instrução” contido no R.E.C.C. 1.^a parte, 1.^º volume.

Começa por faltar ordem no “pelotão” de termos: “inspeções”, “exames”, “verificações”, “visitas”, “concursos”, “provas”, “revistas”, “apuração”, “apreciação”. Como se vê, é matéria que pede “padronização”.

A nosso vêr o termo genérico, que gramaticalmente define — o de que se trata — é “verificação”.

Ensina a velha experiência que, em todos os ramos da atividade humana, toda autoridade que baixa uma ordem, uma diretriz, que prescreve um regulamento, um programa, tem o dever de “verificar” o respectivo cumprimento.

No caso da instrução militar, se a autoridade “verifica” a instrução no fim de período é o “exame”; se “verifica” em outra época, no decorrer de um período, é uma “inspeção”, é uma “revista”, é mesmo uma “verificação” momentânea, preestabelecida ou inopinada. De qualquer de tais atos é que resulta apuração, apreciação, ensinamento.

Não se comprehende que o Cmt. Esq. não faça também “verificações”: se o mencionado “quadro” da “verificação da instrução” (do R.E.C.C.), só lhe consigna “apreciações”, fatalmente isso implica que para chegar às mesmas ele tenha feito “verificação”, pois só dela é que pode resultar aquele ensinamento.

Eis porque incluímos no nosso livro, pág. 255 e 226, “verificações” pelo cap., pelo menos no fim da 1.^a e 2.^a fases intermediárias, no fim da própria 1.^a fase e no meio da 2.^a fase. E mais, — prevemos para o fim da 1.^a fase (17^a semana), e para o meio da 2.^a fase (4.^a ou 5.^a semana da fase), plano de trabalho especial na respectiva semana. Outras “ve-

rificações", a critério do cap., não exigem nem justificam plano especial; serão mencionados no respectivo "plano semanal" corrente, declarado nele quais as "sessões" em que, em vez de matéria nova, terá lugar a "verificação" do ponto atingido. Para as "verificações" por parte dos escalões superiores, regularão as ordens por êles emanadas (programa do Cel., programa de fiscalização da instrução dos escalões superiores ao Regimento).

E' intuitivo que tais "verificações" quando não coincidirem com as regulamentares de fim de período (exames de período), não deverão fixar, inventar objetivos que queiram vér atingidos em datas esporádicas: saberão enquadrar-se, cingir-se a "verificar" se está realizado aquilo que pelo programa deve na data da verificação em causa estar atingido.

Quando às fases intermediárias, que espontâneamente se impõem para verificações pelo cap., em tempo útil, de maneira a poder determinar providências para que no exame se chegue ao objetivo, também o programa define perfeitamente os objetivos que devem estar atingidos nas respectivas datas, e que importa justamente "verificar".

V

As idéias por mim expendidas no Trabalho — "a Instrução na Cavalaria" — bem como nos artigos desta Revista, que ao mesmo se filiam, são baseados nos regulamentos e estão dentro da doutrina do E.M.E. Mas combinando-as com resultado de meditação e experiência, de esforço e bôa vontade, apresento ao leitor pontos de vista pessoais, no legítimo uso da liberdade de pensamento que os regulamentos proporcionam, principalmente quando não estabelecem prescrições a respeito.

Dai o E.M.E. o mais alto órgão de fiscalização da "doutrina", dos "métodos" e dos "processos" de guerra e de instrução, permitir a publicação desses modos de vér, a fim de que sejam livremente ventilados, para melhor espírito de colaboração e de unidade de opiniões, sem entretanto opinar

ou associar sua responsabilidade. Fóra disso, o E. M. E. cairia em ominosa, retrograda centralização, estagnaria a circulação de idéia no Exército, mataria os estímulos, os esforços.

Estou bem certo de que minhas idéias pessoais não hão de pôr em perigo os novos regulamentos em vigor no Exército nem dispersar a Cavalaria...

Ao finalizar o presente artigo nutrimos a esperança de ser-nos concedido noutra ocasião o espaço para também oferecermos exemplo ou modelo de "plano semanal", "sessão" e de "ficha" "para que nossos camaradas possam ter uma idéia de como quer o R.E.C.C. que se façam".

Esses três problemas são abordados no 2.º volume do nosso livro, a sair brevemente.

O molejo dos carros de 1941

Poucas coisas há que valorizem tanto um carro, no conceito dos automobilistas, quanto o seu molejo. Detalhe oculto à primeira vista, ele se faz sentir, entretanto, em toda a sua importância, mal o carro inicia a sua marcha... Daí a justa preocupação dos fabricantes com este característico básico. Ford, por exemplo, para 1941, oferece um novo tipo de molejo que tem merecido os mais favoráveis conceitos. Para isto, seus fabricantes introduziram nêste novos modelos, novas molas, mais macias e sincronizadas, de ação lenta; estabilizador de marcha com gumes oscilatórios e grandes amortecedores hidráulicos, de dupla ação, ajustáveis, obtendo, em consequência, um conforto de marcha digno de menção. E a preferência que o público tem dispensado ao novo Ford é bem um índice de que tanto aperfeiçoamento não foi à toa...

O Transferidor Universal

Pelo 2.^º Ten. Walter dos Santos Meyer

GENERALIDADES

O transferidor universal é um aparelho destinado a efetuar transformações de coordenadas polares.

Isto quer dizer que se conhecermos as coordenadas α e d de um ponto P no sistema de polo O e eixo polar OV , o transferidor universal permite determinarmos as coordenadas α' e d' de P em relação a um outro sistema de polo, O' e eixo polar $O'V'$, desde que conheçamos a posição relativa dos dois polos e o ângulo dos eixos polares. (fig. 1).

Vemos imediatamente a utilidade de sua aplicação na Artilharia. Basta supôr que P é um objetivo qualquer, O o observatório de uma bateria O' e que OV e $O'V'$ são duas direções definidas (ou por lançamentos ou em relação à vigilância). Consequentemente o problema passará a ter o seguinte enunciado:

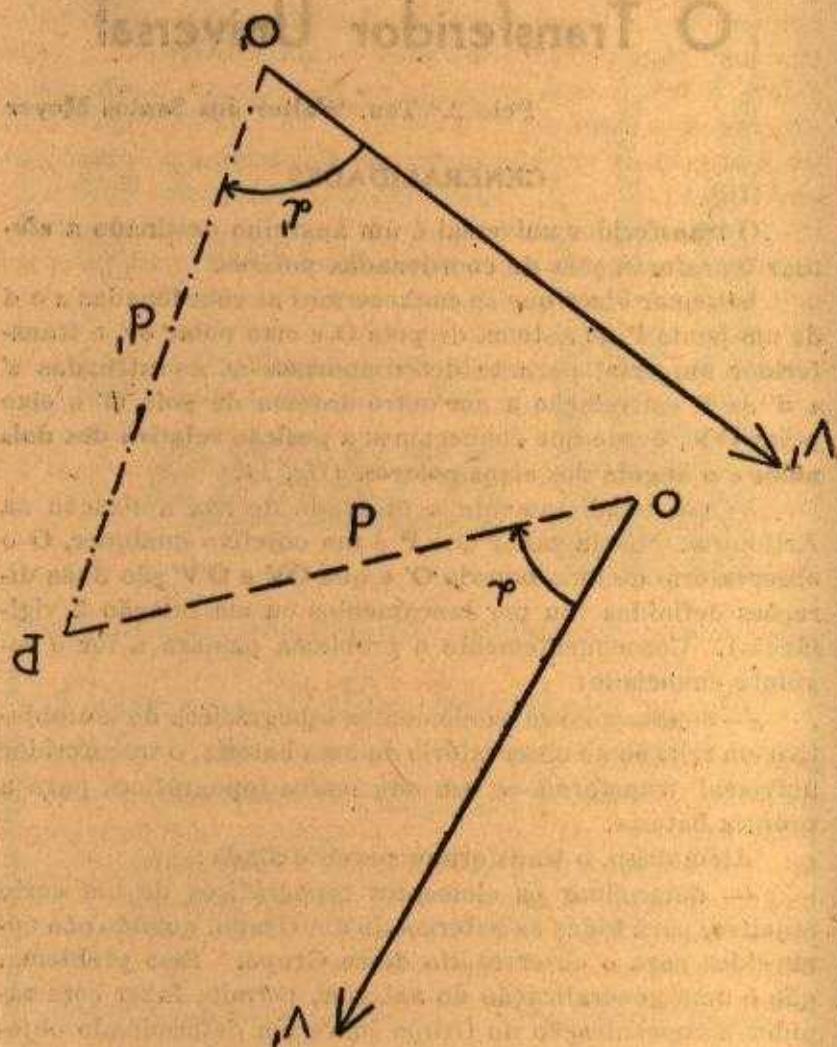
— conhecendo-se os elementos topográficos de um objetivo em relação ao observatório de uma bateria, o transferidor universal transforma-os em elementos topográficos para a própria bateria.

Além disso, o transferidor permite ainda:

— determinar os elementos topográficos de um certo objetivo, para todas as baterias de um Grupo, quando são conhecidos para o observatório desse Grupo. Esse problema, que é uma generalização do anterior, permite fazer com rapidez a concentração do Grupo sobre um determinado objetivo;

— designar, por suas coordenadas polares, para um observatório O_1 , um objetivo visto de outro observatório O_2 , resolvendo assim o difícil e delicado problema da designação de objetivos.

Pode ser utilizado com sucesso no tiro contra objetivos fugazes.



E' evidente que poderíamos obter todos os elementos desejados, locando o objetivo, os polos e os eixos polares sobre uma prancheta, porém o transferidor simplifica as construções gráficas.

CONSTRUÇÃO

O aparelho compõe-se de um retângulo graduado lateralmente em milésimos. No centro, que materializa o polo, gira uma régua graduada numa escala convencional. Ela é de 1:20.000 para a Artilharia de 75 (no outro bordo pode-se graduá-la na escala de 1:50.000). A reta que liga o centro à origem da graduação milesimal materializa o eixo polar. (fig. 2).

O retângulo pode ser uma folha de papel milimetrado de 30x20 cm. A graduação comportando 1000" para cada lado é suficiente. Pode-se fazê-la de 10 em 10" até 700" e de 20 em 20" de 700 a 1000". A régua será de cartolina ou celuloide, graduada de 50 em 50 m, quando a escala fôr de 1:20.000. Depois de graduado o papel milimetrado, cola-se-o em papelão e, sendo possível, cobre-se-o com celuloide para evitar sujar e permitir apagar com facilidade os traços de lapis.

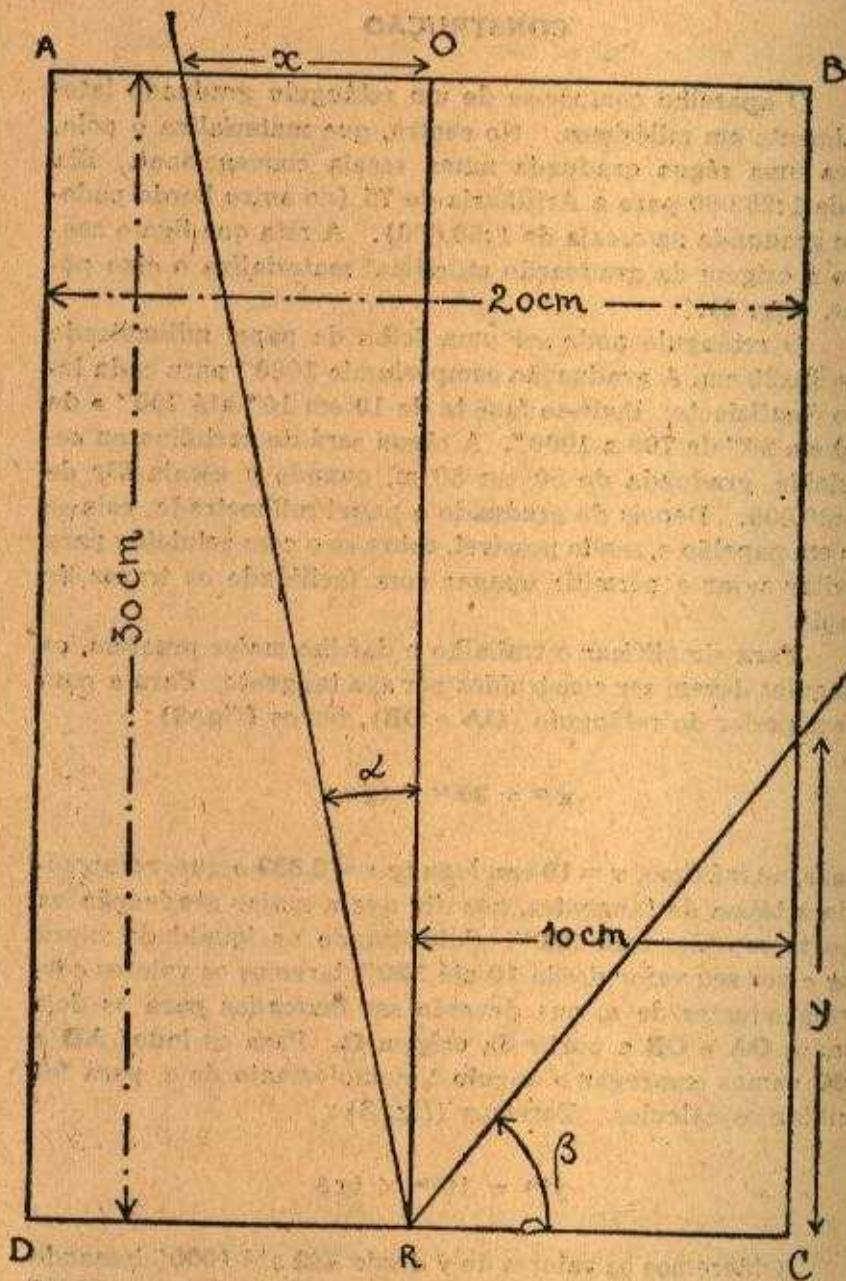
Para simplificar o trabalho e dar-lhe maior precisão, os ângulos devem ser construídos por sua tangente. Para a parte superior do retângulo (**OA** e **OB**), temos (fig. 3) :

$$x^{0m} = 30^{0m} \times \operatorname{tg} \alpha;$$

mas, no máximo, $x = 10$ cm, logo $\operatorname{tg} \alpha = 0,333$ o que, recorrendo à táboa de tangentes, nos diz que a maior graduação na parte superior será 320". Substituindo na igualdade supra $\operatorname{tg} \alpha$ por seu valor desde 10 até 320", teremos os valores correspondentes de x , que deverão ser marcados para os dois lados **OA** e **OB** a partir da origem O. Para os lados **AD** e **BC** vamos empregar o ângulo β , complemento de α , para facilitar os cálculos. Teremos (fig. 3) :

$$y^{0m} = 10^{0m} \times \operatorname{tg} \beta$$

Obteremos os valores de y desde 330 até 1000" tomindo os valores de $\operatorname{tg} \beta$ para β compreendido entre 1270"



(1600 — 330) e 600" (1600 — 1000). E' claro que os valores de y serão marcados sobre os lados **AD** e **BC** a partir de **D** e **C**.

O quadro abaixo fornece os valores de x e y em cm. desde 10 até 1000".

Nota — Hoje já se encontra à venda um transferidor universal feito em metal, marca "Songadir".

EMPRÉGO

O emprêgo do transferidor universal é facilímo. Para melhor comprehendê-lo, vamos estudar a solução teórica do problema.

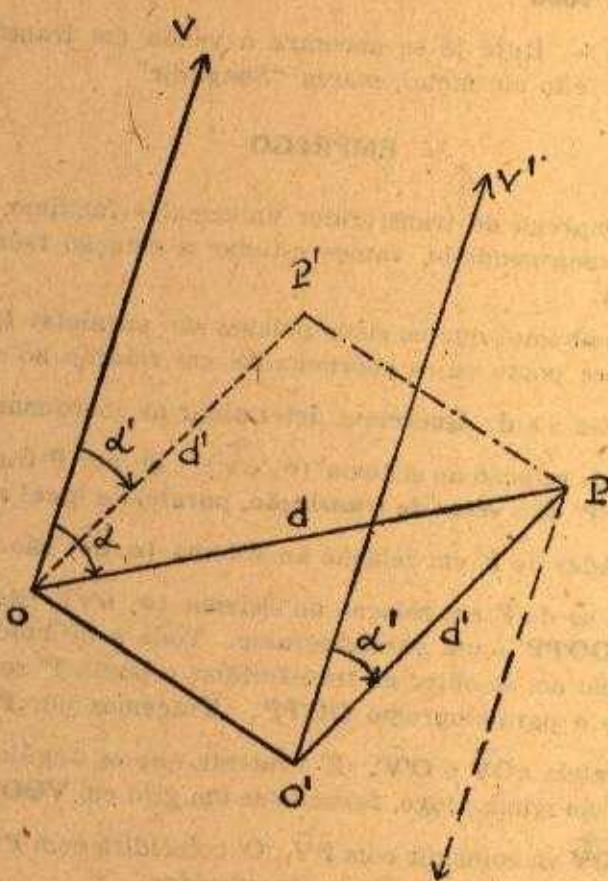
Suponhamos que os eixos polares são paralelos (fig. 4). Seja **P** um ponto cujas coordenadas em relação ao sistema (o, \overrightarrow{ov}) são a e d . Queremos determinar as coordenadas a' e d' de **P** em relação ao sistema ($o', \overrightarrow{o'v'}$). Se por **P** traçarmos o vetor **PP'** dito vetor de translação, paralelo e igual a **oo'**, as coordenadas de **P'** em relação ao sistema (o, \overrightarrow{ov}) são as mesmas que as de **P** em relação ao sistema ($o', \overrightarrow{o'v'}$), isto é, a' e d' , pois **OO'PP'** é um paralelogramo. Toda a dificuldade estará então em se obter no transferidor, o ponto **P'** sem construirmos o paralelogramo **OO'PP'**. Tracemos por **P** a reta $\overrightarrow{PV_1}$ paralela a \overrightarrow{OV} e $\overrightarrow{O'V'}$. E' evidente que os ângulos $\angle PPV_1$ e $\angle VOO'$ são iguais; logo, fazendo-se um giro em V de modo que \overrightarrow{OV} vá coincidir com $\overrightarrow{PV_1}$, O' coincidirá com **P'** e desse modo obtém-se o ponto **P'** no transferidor.

Na prática procedemos do seguinte modo:

1.^o — sobre um papel calco loca-se a figura **VOO'** na mesma escala do transferidor (escala da régua) (fig. 5);

2.^o — loca-se no transferidor, o ponto **P** por suas coordenadas a e d (a na graduação milesimal e d na régua) (fig. 6);

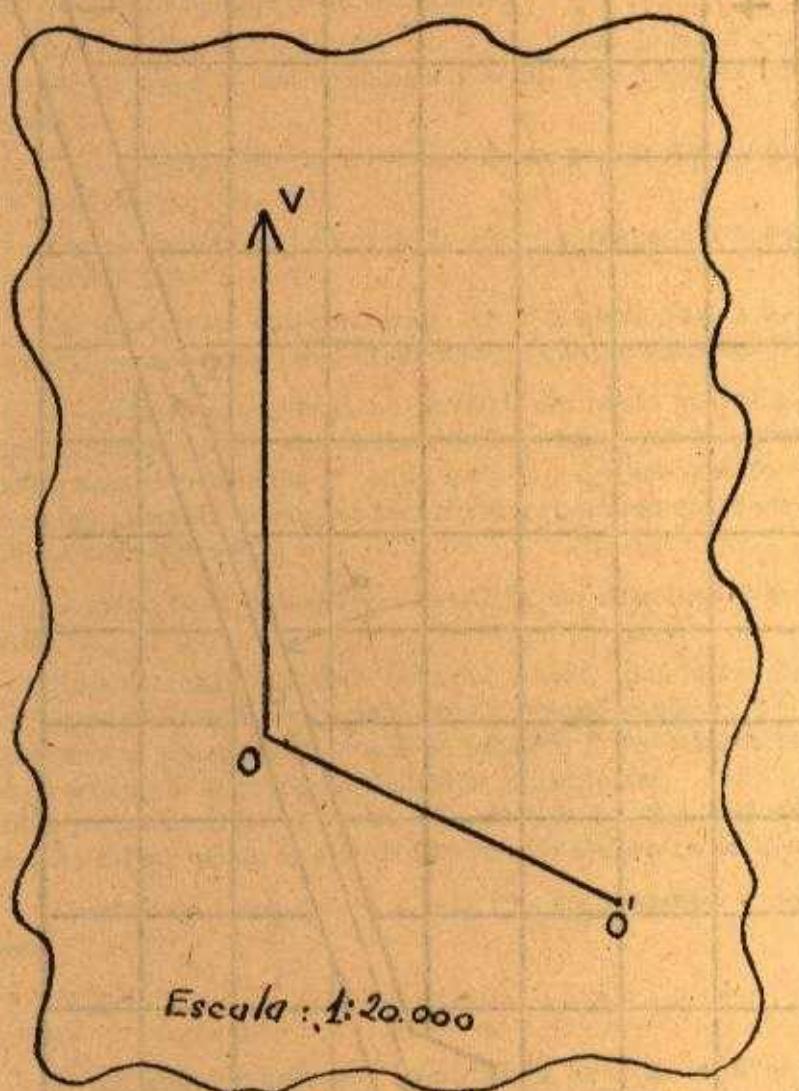
3.^o — sobre o ponto **P** coloquemos o calco de **VOO'** de modo que \overrightarrow{OV} fique paralelo ao eixo polar e em sentido contrário (fig. 7);



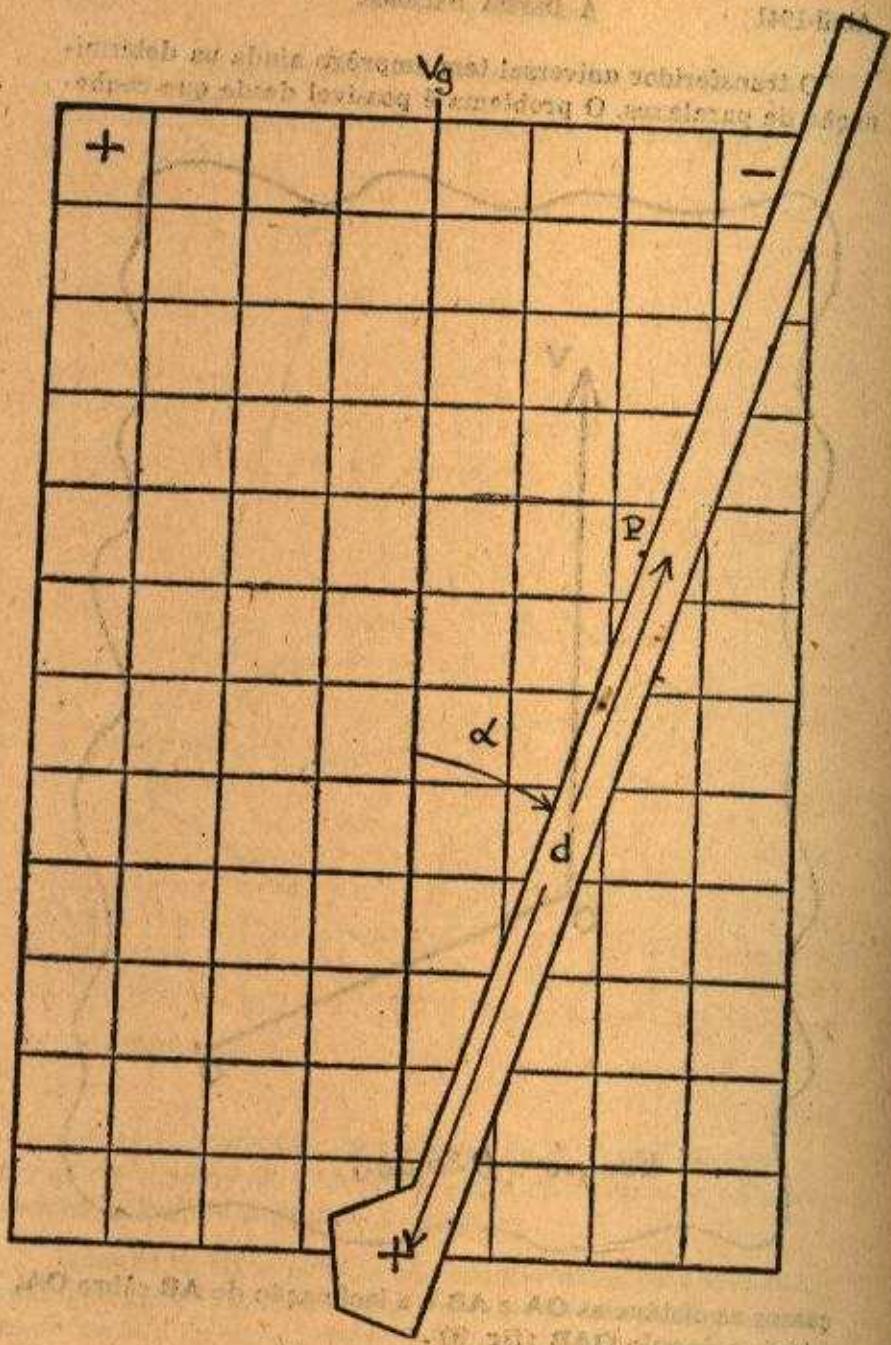
4.^o — O ponto **O'** está no lugar de **P'**; basta deslocar a régua até o ponto **O'** e lêr sobre ela a distância d' e na graduação milesimal o ângulo α' . (fig. 7).

Quando os eixos polares não são paralelos proceder-se-á anàlogamente, bastando corrigir o valor de α' do ângulo formado pelos dois eixos polares. (fig. 8).

O transferidor universal tem emprêgo ainda na determinação de paralaxes. O problema é possível desde que conhe-



çamos as distâncias **OA** e **AB** e a inclinação de **AB** sobre **OA**, isto é, o ângulo **OAB** (fig. 9).



Na prática a ordem de operações é:

1.º — num papel calco traça-se a figura **OAB** de modo que **AB** esteja na escala do transferidor;

2.º — faz-se **OA** coincidir com o eixo polar de modo que o ponto **A** fique a uma distância **OA** do polo (medida na régua);

3.º — basta deslocar a régua e lêr na graduação milesimal a paralaxe. (fig. 10).

Em particular, a leitura feita sobre a régua dar-nos-á a distância **OB**.

O transferidor universal pode servir também para a determinação da constante de observação (vetor de translação).

E' necessário que haja no terreno, um ponto visível ao mesmo tempo da Bia. e do observatório, para que se possa medir suas coordenadas **P** (α , d) e **P₁** (α_1 , d_1) em relação a cada um. Loca-se depois, no transferidor, por suas coordenadas os pontos **P** e **P₁**.

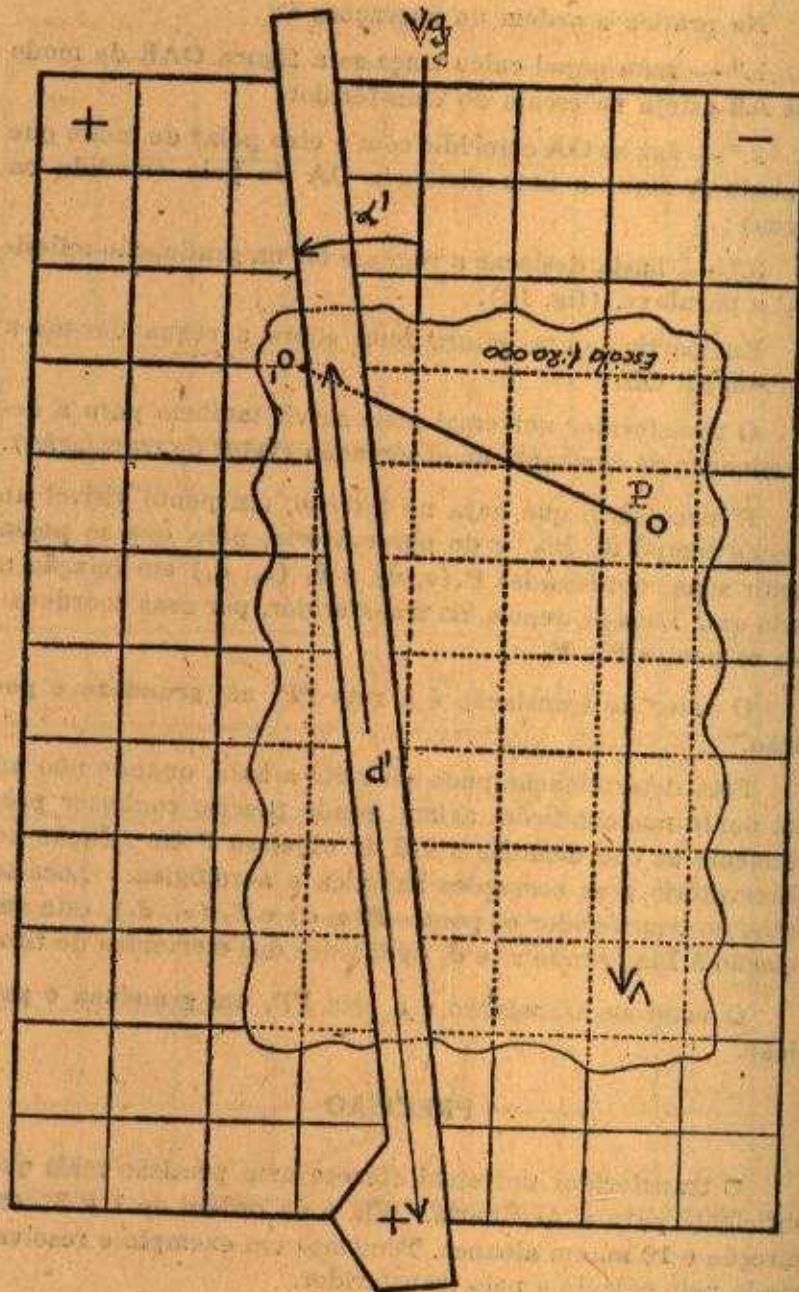
O vetor de translação é a reta **PP₁**, em grandeza e posição.

Essa determinação pode ser feita à bala, quando não há um ponto nas condições acima, sendo preciso conhecer previamente as coordenadas α e d do objetivo **P** em relação ao observatório e as correções balística e aerológica. Loca-se então no transferidor os pontos **P** (α , d) e **P₁** (α_1 , d_1), este em relação à Bia., sendo α_1 e d_1 deduzidos dos elementos de tiro.

O vetor de translação é a reta **PP₁**, em grandeza e posição.

PRECISÃO

O transferidor universal oferece uma precisão mais que suficiente para a Artilharia. Ela é da ordem de 1 a 3" em direção e 10 m. em alcance. Tomemos um exemplo e resolvamo-lo pelo cálculo e pelo transferidor.



— “As coordenadas polares da Pd em relação ao observatório da Bia são:

$$\left\{ \begin{array}{l} \alpha = + 2377'' \\ d = 720 \text{ m.} \end{array} \right.$$

Dado o objetivo:

$$\left\{ \begin{array}{l} \alpha = + 150'' \\ d = 3750 \text{ m.} \end{array} \right.$$

determinar os elementos para a Pd batê-lo”.

Resolvendo pela geometria analítica, encontramos para elementos topográficos da Pd:

$$\left\{ \begin{array}{l} \alpha' = + 7'' \\ d' = 4207 \text{ m.} \end{array} \right.$$

Com o transferidor universal “Songadir” obtemos:

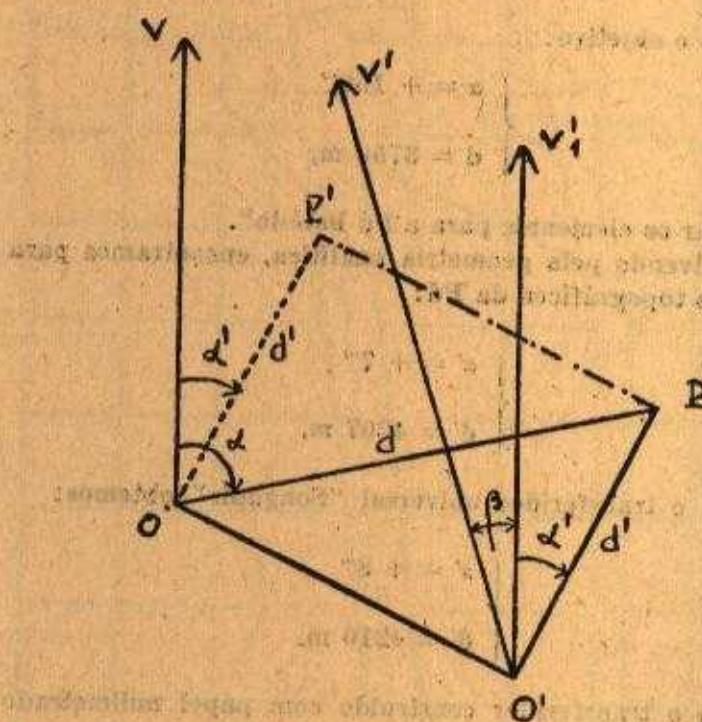
$$\left\{ \begin{array}{l} \alpha' = + 8'' \\ d' = 4210 \text{ m.} \end{array} \right.$$

Com o transferidor construído com papel milimetrado achamos:

$$\left\{ \begin{array}{l} \alpha' = + 6'' \\ d' = 4200 \text{ m.} \end{array} \right.$$

Como vemos, os erros absolutos em direção e alcance são de 1'' e 3m — (para o transferidor “Songadir”) — o que nos dá um erro relativo em alcance de aproximadamente $\frac{1}{1.400}$.

tres e meia vezes menor que o desvio provável teórico, que é de cerca de $\frac{1}{400}$ do alcance. Quanto à direção é suficiente lembrar que só a direção pode ocasionar desvios da ordem de 2".



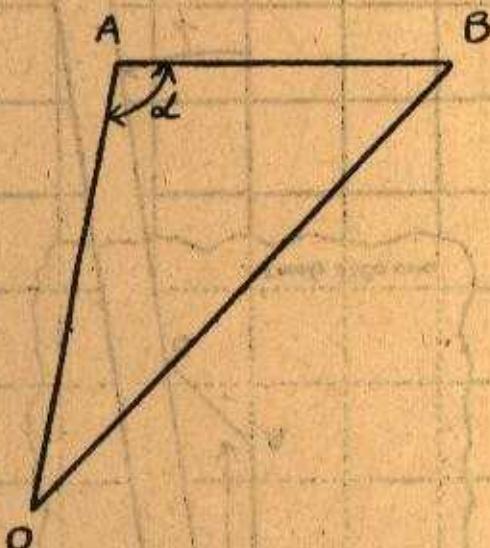
A seguir, dois exemplos com as respectivas respostas.

1.º — "De um observatório O_1 localizou-se um objetivo em

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} = 430'' \\ d = 2300 \text{ m.} \end{array} \right.$$

Com que elementos será designado para um observatório O_2 , se as coordenadas de O_1 em relação a O_1 são

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} + 1800'' \\ d = 2600 \text{ m.} \end{array} \right.$$



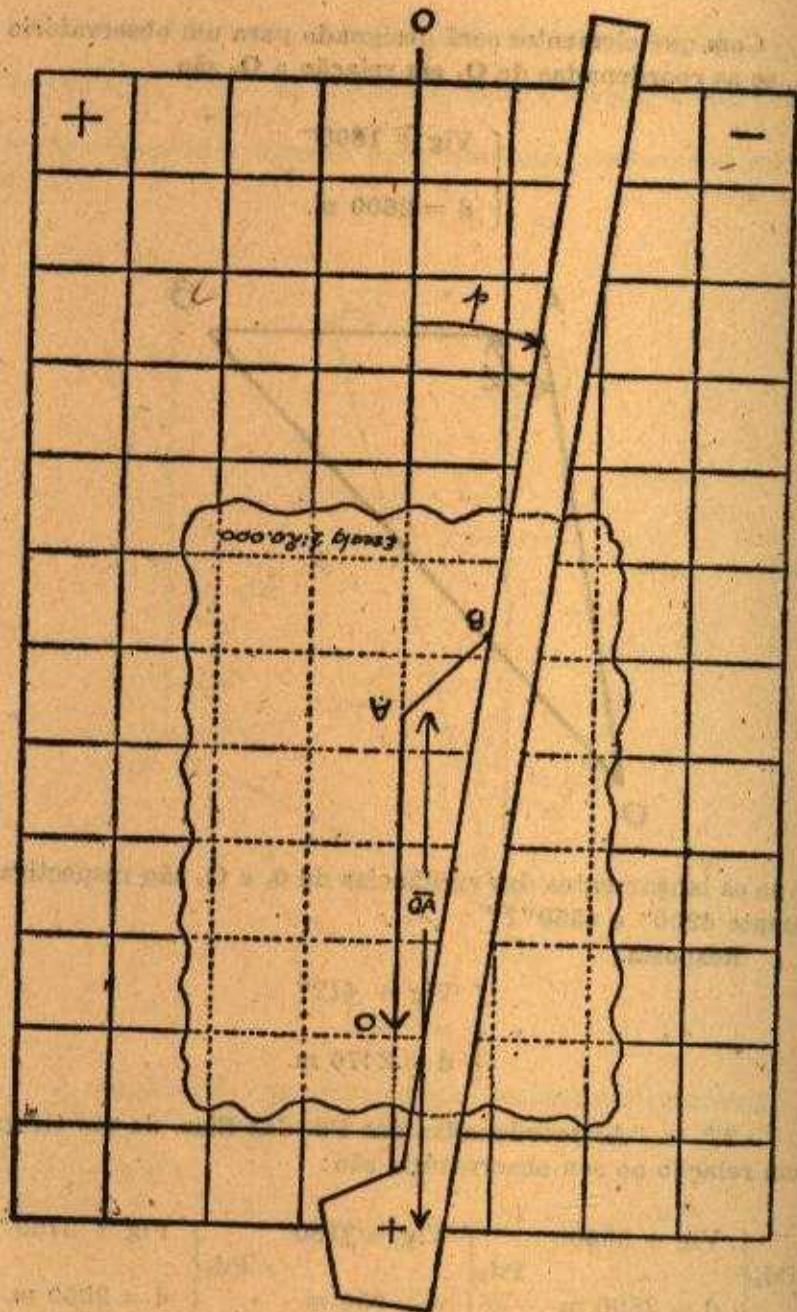
e se os lançamentos das vigilâncias de O_1 e O_2 são respectivamente 4900'' e 4550''?"

Resposta:

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} + 412'' \\ d = 2470 \text{ m.} \end{array} \right.$$

2.º — "As coordenadas das Pd. das Bias. de um Grupo em relação ao seu observatório são:

$$\left. \begin{array}{lll} Pd_1 & \left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} + 3550'' \\ d = 2800 \text{ m} \end{array} \right. & Pd_2 & \left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} + 3180'' \\ d = 950 \text{ m} \end{array} \right. & Pd_3 & \left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} + 2760'' \\ d = 2550 \text{ m.} \end{array} \right. \end{array} \right.$$



Querendo o Cmt. de Grupo realizar a concentração de suas Bias. sobre um objetivo localizado em

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} = 125'' \\ d = 1800 \text{ m} \end{array} \right.$$

quais os elementos a comandar para as Pd.?

O Gr. e as Bias possuem a mesma Vigilância.

Resposta:

$$\begin{aligned} Pd_1 & \left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} = 165'' \\ d = 4480 \text{ m} \end{array} \right. & Pd_2 & \left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} = 125'' \\ d = 2250 \text{ m} \end{array} \right. & Pd_3 & \left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} = 312'' \\ d = 4300 \text{ m} \end{array} \right. \end{aligned}$$

RODRIGUES SÁ & CIA.

Fabricantes dos cofres a prova de fogo, "Couraceados Americanos New York", "Couraceados Progr. sa" e "Couraceados Villa Nova de Gaya" (marcas registradas), Fogões, Marquesas, Portas de aço, Caixas para água e Serraria em geral.

E CRIPOTÓRIO GERAL E DEPÓSITO DE COFRES

EMPREZA UNIVERSAL DE COFRES

Rua Buenos Ayres, 184 — Telephone 43-4566
Fábrica

A METALÚRGICA PROGRESSO DE SÃO FRANCISCO XAVIER
Rua Anna Nery, 311 - Telephone 48-1223 - End. Telegrapho o: RODRIGUE SA
RIO DE JANEIRO



CASA TUPAN

"DEVOE" tintas, esmaltes,
vernizes e pincéis.

Pistolas e material "BINKS"
da General Motores do
Brasil S. A.

(Distribuidores exclusivos)

Araujo, Barbosa & Cia. Ltda.

Rua Buenos Aires, 212 - Telephone 43-6944

Rio de Janeiro



Transposição do Piave pelo 24.^º Corpo do Exército Austríaco — A batalha de Montello (1918)

General BAILLS

Tradução do Ten. Cel. A. J. PAMPHIRO

Instrutor da E.E.M.

B) — PONTO DE VISTA TÉCNICO

ATAQUE

a) Setor da 17^a. D.I.

15 de Junho às 5 h. 40 min. — Os pontões deixam os depósitos para serem lançados náqua.

O fogo inimigo de Nervesa cedo mostra-se muito eficaz; todos os pontões e botes atravessam o rio. As tentativas de lançamento da ponte são frustradas.

11 h. 30 min. — Cessa a passagem por navegação; todos os pontões e a maioria dos botes foram destruidos. Renuncia-se ao lançamento da ponte.

A essa hora, nesse ponto, conseguiu-se passar apenas 1 btl. e meio do 46.^º R. I., que perdeu 230 homens dos quais 80 afogados e teve 300 feridos. A Cia. Sap. 1/17 perdeu 70 % do efetivo. Resolve-se lançar a ponte na praia de embarque n.^º 1 em Mercadelli.

Nesse ponto a passagem por navegação se faz sob o fogo da artilharia, mas em melhores condições, pois às 9 horas a D.I. tinha 5 batalhões na margem direita.

12 horas — A tentativa de lançamento da ponte em Mercadelli se frustra, pela ineficiência da cia. sap. 3/4, à qual falta capacidade profissional.

Ao cair da noite a 17.^a D.I. tem apenas 6 batalhões na outra margem, quando entretanto às 9 horas já tinha 5, o que parece indicar que a partir de 9 horas a navegação em Mercadelli sob o fogo da artilharia deu pouco resultado, prova certa de que quando a artilharia inimiga não está dominada, a passagem por navegação dá pouco resultado.

A notar que a essa hora os Italianos perderam os observatórios de vista direta sobre o rio.

Linha atingida na tarde de 15: **Collesel della Madonna — Parochia di Nervesa.**

Noite 15/16: E' retomado o lançamento da ponte de Mercatelli. No momento em que ia ficar terminada um pontão à deriva destruiu-a. E' recomeçada de novo, mas de madrugada ainda não estava pronta.

Jornada de 16: — Os aviões italianos e aliados mostrando-se ativos e os sapadores austriacos estando esgotados, abandona-se o lançamento da ponte. Posto ao abrigo o material continua-se a passagem por navegação (meios descontínuos).

Como entretanto quasi todas as fôrças e meios foram aplicados no lançamento da ponte, **nesse dia apenas poude passar um batalhão.**

Resultado a guardar porque mostra bem que a passagem por navegação sob o fogo só dá resultado com o emprego de vultosos meios, não só de pessoal como de material.

Noite 16/17 — Reinicia-se a construção da ponte. O esgotamento dos sapadores é tal que ela não poude ficar pronta antes do dia. Chega como reforço uma cia. sap. do 11.^º C. Ex.

Jornada de 17 — Graças à esse reforço e apesar das paradas incessantes do trabalho impostas pela aviação inimiga, a ponte fica pronta à tarde.

Entretanto, pela manhã cai a chuva que se prolonga durante todo o dia.

Breve a cheia faz sentir seus efeitos; a ponte, pouco depois de pronta é carregada por madeiras e corpos flutuantes de pontes destruídas, vindas de montante. Com a maior abnegação os sapadores conseguem salvar a maior parte do material e a passagem por meios descontínuos continua.

Noite de 17/18 — A meia noite a velocidade do rio atinge 4 metros por segundo.

Uma viagem redonda de pontão dura 2 horas e meia. Os pontos de passagem são batidos por artilharia de grosso calibre. Apesar disso, os sapadores, durante a noite, embora extenuados, conseguem fazer passar um regimento da 41.^a D. I.

Jornada de 18 de Junho — A cheia torna o lançamento de uma ponte quasi impossível e a passagem por navegação se efetua com grandes dificuldades. Além disso os caminhos para Montello estão intransitáveis.

Não se pode pensar em continuar o ataque pela impossibilidade de levar para a margem oeste os reaprovisionamentos necessários para a continuação da progressão.

As águas do Piave continuaram a crescer até às 18 horas, quando principiaram a baixar.

Noite 18/19 e dia 19 — As mesmas dificuldades do dia 18.

Noite 19/20 — Reinicia-se o lançamento da ponte que fica pronta pouco depois de meia noite.

No dia 20, às 2 horas, ela foi destruída por **um pontão**, que estando ancorado a montante, tocado por um obuz, desceu à deriva. Salvo a maior parte do material, foi entretanto impossível reconstruir a ponte.

Dia 20 — Nada de novo. A tarde é ordenada a retirada.

Das operações técnicas realizadas se conclui o seguinte:

1.º) Devido à reação da artilharia e aviação inimigas o lançamento das pontes de dia com uma cabeça de ponte de 2 a 3 kms. foi impossível, embora os Italianos tivessem perdido os observatórios de vista direta sobre o rio;

2.º) Pela mesma reação, a passagem por navegação teve um rendimento insuficiente; a cheia do rio ainda influiu;

3.º) As pontes foram destruídas à noite por corpos flutuantes;

4.º) Essa Divisão só dispôz de ponte durante 2 horas no decurso de um ataque de 6 dias.

b) Setor da 13.^a D.I.

Jornada de 15 de Junho — Às 5 horas começa a passagem e logo são construídas pistas sobre as duas ilhas com material de circunstância; prontas às 12 horas.

12 h. 45 min. — Ponte terminada; passagem assegurada entre as 2 margens. Batida pela artilharia de longo alcance. Durante a construção o encontro da margem de partida é destruído e reconstruído.

14 h. 40 min. — A I.D. e 3 bias de montanha passaram. A partir, porém, das 14 horas a artilharia italiana bate com mais intensidade. Seu fogo, combinado com o das metralhadoras de avião, impede que passem 6 bias. de campanha (13.^a R.A.) e 3 bias. de obuzes que aguardavam a hora de passar. Essa hora é transferida para o cair da tarde.

16 h. 30 min. — A ponte é destruída por uma portada, que, sem guarnição, desce à deriva, cortada a ancoragem por um obuz.

Linha atingida na tarde de 15: **Busa della Runa** e segunda posição ao N. de **Giavéra**, dista em média 4 kms. da margem do rio.

Noite de 15/16 — A ponte é reconstruída.

Jornada de 16 — 10 horas — a ponte, próxima à margem de partida, é cortada por uma bomba de avião. Devido

ao fogo quasi ininterrupto dos aviões e artilharia ela não pôde ser reparada. A passagem por meios descontínuos é consideravelmente prejudicada pelas mesmas razões. As concentrações de fogos inimigos são facilitadas pela pequena extensão das praias de embarque. As bays italianas mais prejudiciais são as situadas ao Sul de Vidor e a S. W. de Nervesa; a artilharia austriaca só consegue neutralizar esse fogo de um modo intermitente e restrito. A-pesar-de tudo continua a passagem por navegação.

Noite 16/17 — Nada de novo.

Dia 17 — Nas primeiras horas da manhã, com auxílio de uma cia. de sapadores, vindas também do 11.^º C. Ex., consegue-se construir uma ponte volante.

A tarde, apesar da chuva e da cheia inicia-se a construção de uma ponte 90 metros a jusante; não foi terminada devido ao fogo da artilharia inimiga.

Noite de 17/18 — Apesar da cheia os sapadores austriacos conseguem lançar a ponte, terminada às 3 horas de 18, embora à meia noite a velocidade da corrente atingisse 4 metros por segundo.

Dia 18 — Pouco antes das 6 horas, a ponte do lado direito, apesar do serviço de proteção é carregada por madeiras e partes de pontes vindas à deriva. A maior parte do material perdeu-se.

A cheia, crescendo cada vez mais, obriga a desmontar a parte da ponte da margem esquerda. Nesse local a velocidade atinge 4,20 metros por segundo.

Noite 18/19, dia 19 — Nada de novo.

Noite 19/20 — Recomeça-se o lançamento da ponte, pronta às 4 horas.

Dia 20 — Às 12 horas dois lances da margem esquerda são destruídos por uma granada; às 15 horas a ponte está reparada.

A notar que foram necessárias três horas para reparar 2 lances (cerca de 12 metros) no Thalweg.

Às 19 horas uma granada destrói um lance da margem direita, reparado aliás em pouco tempo.

Embora a ponte estivesse batida constantemente pelo fogo inimigo foi grandemente utilizada nos dois sentidos.

Na tarde de 20, foi ordenada a retirada. A 13.^a D.I., menos exposta aos fogos de flanco que a 17.^a e a 31.^a D.I., pôde melhor fazer sua passagem. Observações:

1.^{a)}) A reação da artilharia e aviação inimigas impedi no dia 15 a passagem de uma quantidade de artilharia necessária à progressão do ataque, apesar da perda dos observatórios desde as primeiras horas dessa progressão;

2.^{a)}) Essa mesma reação exercida sobre as praias de embarque, prejudicou seriamente a passagem por navegação;

3.^{a)}) As pontes foram destruídas por corpos flutuantes de madrugada e em pleno dia apesar do serviço de proteção;

4.^{a)}) Essa Divisão só dispôz de ponte durante trinta a quarenta horas no período de 6 dias, embora no primeiro dia, sua progressão tenha sido de 4 quilômetros.

c) Setor da 31.^a D.I..

15 de Junho — O material em depósito próximo a Villa Matta, às 5 h. 10 min., esteve em perigo de destruição por um fogo cerrado de artilharia. O oficial, encarregado da passagem por navegação nesse ponto, toma a responsabilidade de lançar o material náqua antes da hora marcada na ordem (isto é, meia hora antes) e leva os pontões para o braço principal do lado da margem inimiga, porque a Infantaria deve passar em botes nos outros braços do lado da margem esquerda.

A Infantaria, apesar da oposição dos sapadores, precipita-se com muita pressa nas embarcações, o que faz algumas delas sossobrarem.

No braço do meio, a passagem deve fazer-se em uma ponte volante de um pontão.

A construção é prejudicada pelo atropélo da Infantaria. Por essas diversas razões a chegada das tropas no braço principal é retardada, o que deu ocasião a que os pontões nesse local fossem destruídos antes de utilizados.

Apesar, entretanto, do fogo violento do inimigo até 9 h. 30 min., efetua-se a passagem por navegação.

Como aconteceu com a 17.^a D.I. ela em seguida parou nesse local e foi transportada para a outra praia de embarque a Leste de Falzé onde a passagem se fez segundo as previsões.

Entretanto todas as tentativas de lançamento de ponte foram frustradas devido ao fogo da artilharia inimiga.

Durante a jornada, parte das tropas passa por navegação, parte pela ponte da 13.^a D.I..

Na tarde de 15, a 31.^a D.I. atinge a linha Agostini e a região a W. de Collesel della Sotta.

Noite de 15/16 e dia 16 — Não houve alteração.

Noite de 16/17 — No fim do dia 16 e no comêço da noite retomou-se o lançamento da ponte.

Recorreu-se aos cavaletes de 2 pés, não só para economizar os pontões, como porque os cavaletes são menos vulneráveis.

O trabalho é grandemente prejudicado pelo fogo de metralhadoras e bombas dos aviões voando baixo.

Vários pioneiros foram mortos e dois pontões afundados. A ponte fica pronta às 4 horas da manhã. E' um belo resultado porque a ponte tinha 180 metros, contando 27 lances e o rio era algo difícil, sobretudo no thalweg.

Dia 17 de Junho — Passam 4 Regimentos, parte na ponte, parte por navegação.

Apesar da cheia a ponte é mantida em serviço todo o dia. Entretanto a passagem de 4 Regimentos sómente, é rendimento fraco para uma jornada, o que prova que o fogo inimigo foi eficaz e prejudicial.

Noite de 17/18 — A cheia mostra-se ameaçadora para a ponte. Recolhem-se as 2 partes sobre os dois braços da margem esquerda. No dia 18 à hora zero, a água atinge o taboleiro. Velocidade da corrente 4m,20 por segundo.

A parte da margem direita é levada pela cheia e o material perdido em grande parte. Apesar disso os sapadores

ensaiam reconstruir a ponte, não o conseguindo devido ao fogo inimigo.

Muitos pontões atingidos por obuzes, afundam-se. A passagem por navegação continua; a viagem de ida e volta dura 3 horas e meia.

Jornada de 18, noite 18/19 e dia 19 — Nada de novo. Passagem por navegação.

Noite 19/20 — Ao cair a noite inicia-se o lançamento da ponte.

Dia 20 — Pelas 6 horas, a ponte sobre cavaletes está quasi pronta. Faltam sómente três lances, quando ela é destruída por um pontão que, fazendo o serviço de vai-e-vem à montante, é arrastado à deriva.

Na tarde de 20, chega a ordem de retirada.

Observações sobre as operações técnicas da 31.^a D. I.:

1.^o) A ação da artilharia inimiga impediu o lançamento da ponte durante o dia (15), mas não o conseguiu à noite. A cabeça de ponte conquistada nesse dia é da ordem de 2 a 3 kms.

2.^o) A manutenção em serviço de uma ponte de cavaletes, apesar da cheia e em uma correnteza violenta, parece em contradição com os princípios regulamentares. (Eles só prevêm o emprêgo dos cavaletes em rios de correnteza e profundidade inferiores respectivamente a 2 m. e 2m,50).

3.^o) No dia 15, em Villa Matta, a reação da artilharia obrigou a renunciar a passagem por navegação;

4.^o) A cheia obrigou à renunciar às pontes (de cavaletes e de pontões);

5.^o) As pontes de cavaletes não resistem melhor que os de barcos aos corpos flutuantes;

6.^o) Essa Divisão só dispõe de ponte durante 20 horas em um período de seis dias de ataque.

RETIRADA

A ordem de retirada, dada a 20, determina que o retraimento de todas as tropas e todos os meios seja feito em segredo e por isso impõe a passagem do rio à noite.

Mas a falta de material, as dificuldades do rio, a reação do inimigo, o exgotamento dos pioneiros, impedem, que ela se faça em uma noite sómente. Por isso haverá um momento em que o 24.^º C. Ex. estará em uma situação crítica. Felizmente, porém, para ele, faltará vigor à pressão aliada. Sob o ponto de vista técnico a operação passou-se assim:

Setor da 17.^a D. I.:

Noite de 20/21 — Para poupar material não se lançou ponte; a passagem fez-se por navegação.

Dia 21 — Nada a assinalar. Provavelmente foram feitas poucas viagens para não alertar o inimigo.

Noite de 21/22 — Às 20 horas de 21 inicia-se o lançamento da ponte; pronto às 2 h. 30 min. de 22.

A ponte foi lançada por uma nova companhia, vinda de reforço à 2/52. Trabalho feito sob o fogo ininterrupto da artilharia e sob gases durante hora e meia.

A ponte foi utilizada até ao clarear; nesse momento fez-se-lhe um corte para não atrair o fogo.

Dia 22 — Poucos movimentos. Artilharia e aviação inimigos muito ativos sobre as passagens.

Noite de 22/23 — Ponte restabelecida a partir de 22 horas passagem de todas as tropas, em formação de marcha por companhia.

23 de Junho — 5 horas — A ponte é recolhida; todas as tropas estão na margem esquerda.

Durante as 3 noites de retirada, essa Divisão dispôz de uma ponte durante cerca de 15 horas, isto é, durante tempo maior que nos 6 dias de ataque. Esse fato indica que a reação foi menor e que os aliados deixaram-se levar pela astúcia de uma ponte cortada durante o dia para não atrair o fogo.

De mais os acidentes provocados por corpos flutuantes, descendo à deriva, por ocasião do ataque não se repetiram, provavelmente porque havia menos material em navegação e portanto menores riscos. Também não havia cheia.

Setor da 13.^a D.I.:

Noite de 20/21 — Todo o material sobre rodas do 24.^º C. Ex., em particular artilharia montada e frações de artilharia de montanha passam para a margem esquerda, na ponte existente, que é ainda grandemente utilizada no dia 21 e noite de 21/22.

As 4 h. 45 min. de 22 a ponte é destruída por um pontão, descendo à deriva, cuja amarra fôra cortada por um obuz. A passagem continuou por navegação.

Foi impossível reconstruir a ponte por causa das grandes perdas de material havidos no dia 22, no qual a artilharia e a aviação mostraram-se muito ativas. A passagem terminou por navegação. Essa Divisão dispôz de ponte durante quarenta horas.

Setor da 31.^a D.I.:

Noite de 21 de Junho — Os sapadores exgotados e reduzidos a alguns sobreviventes podem apenas manter a passagem por navegação, que se prolonga até o dia 23.

A assinalar que três biaç. de montanha são transportadas; os cavalos passam a nado, acompanhando as embarcações.

Com a correnteza de 3 m/segundo, como o refere o relatório austríaco, êsse resultado recomenda os sapadores austriacos.

Nesse Setor passou-se o último episódio dessa operação.

Dois pontões navegam para a margem inimiga para recolher alguns austriacos, que se pensou reconhecer. Os pontões são recebidos por fogo de metralhadoras e 7 sapadores, dos 10 que compunham a equipagem, foram mortos.

A respeito das operações da passagem do Piave, o Gen., que comandava os sapadores austriacos disse em seu relatório:

"Sem dúvida, há poucos exemplos na História de uma passagem, realizada em condições tão difíceis e na qual a segurança das pontes, esteve tão ameaçada de múltiplas e incessantes maneiras.

Só o serviço de vigilância das pontes exigia, não só sob o ponto de vista moral como físico, os maiores esforços dos sapadores, que corajosa e fielmente, cumpriram sua difícil missão, que os absorveu até ao esgotamento, portando-se como verdadeiros heróis".

Certo, todos os Países podem encontrar, nos altos feitos d'armas de sua história, belos exemplos de devotamento de seus sapadores, rendamos, porém, justiça aos sapadores austriacos e reconheçamos que nessas circunstâncias fizeram jus aos elogios de seu general.

Ensinamentos a tirar da passagem do Piave:

a) As 2 Divisões das alas, submetidas a fogos de flanco, tiveram dificuldades maiores que a Divisão do Centro. E' certo que a frente de 8 kms. não devia ter sido admitida se os flancos não estivessem protegidos contra a artilharia italiana, isto é, que a preparação austriaca de artilharia de grande densidade devia largamente desbordar a zona de passagem.

Podemos então concluir que, em uma passagem de rio, os tiros de destruição e de contra-bateria da artilharia deverão se estender largamente além dos flancos do setor de ataque.

b) A superioridade do fogo da artilharia e o domínio do ar devem ser quasi absolutos da parte do assaltante, sem o que ficará na impossibilidade de passar meios suficientes para alimentar o ataque.

A passagem por navegação, empregada para escapar ao fogo, é uma ilusão e dará sempre um rendimento insuficiente.

Há duas hipóteses a considerar: 1.^a) há superioridade de fogo (terra e ar) suficiente para permitir o lançamento das pontes, tudo mascarado aliás por uma cortina de fumaça, e então a passagem dos meios para a continuação do ataque se poderá fazer, com a condição aliás que a quantidade do material de pontagem tenha sido proporcionado ao débito hora a fornecer aos engenhos de fogo e à tropa; 2.^a) a superioridade de fogo é insuficiente e então o ataque

fracassará, desde que o defensor seja forte e possa trazer as reservas.

Não é com passagem por navegação que se poderá alimentar uma batalha, na qual no primeiro golpe não se tenha obtido superioridade no ar e na terra.

Poder-se-á objetar que um meio de reduzir o débito necessário consistiria em continuar a batalha por meio dos carros de combate em lugar do apôio da artilharia.

Sem exagerar, diremos que os carros não se engajam em todos os terrenos. Como os infantes, êles exigem uma proteção pela artilharia, sua ação em massa requer vultoso aprovisionamento. Se a superioridade de fogo não tiver sido suficientemente realizada, os carros não darão a solução do problema, porque, como vimos, a passagem por navegação, em tal situação, é de pequeno rendimento.

Demais, a intervenção dos carros não diminúe a necessidade e a obrigação de fazer os T.C. seguirem a Infantaria, desde que a progressão ultrapasse 3 a 4 quilômetros.

No Piave, êsses T.C. não puderam seguir e a batalha foi conduzida pelos Austríacos, em grande parte com meios tomados ao inimigo.

Assim antes de ver a solução no emprêgo dos carros, estudemos casos concretos baseados na batalha vivida.

e) O esforço a pedir aos sapadores na passagem de um rio é tal que não se pôde prever reservas, nem economizar as suas forças.

Em todo o caso é perigoso, em uma guerra, usar prematuramente as tropas de Engenharia bem instruidas durante a paz, porque dificilmente se as substituirá durante a guerra. Meditemos no exemplo do não lançamento de uma ponte, por falta de valor profissional de pioneiros de nova formação.

d) Em um rio de corrente rápida a proteção das pontes é o problema mais difícil do sapador.

No futuro parece quasi impossível resolvê-lo desde que não se tenha superioridade de fogo no ar e em terra, dia e noite. Com efeito é de esperar que o inimigo lance no rio, de dia e muitas vezes de noite, massas de bombas, por mi-

nenwerfer, aviões ou talvez mesmo por canhões, e suscetíveis de se transformar, caindo nágua, em minas flutuantes.

Todos os processos de proteção, ora preconisados pelos regulamentos, são ilusórios.

As estacadas pedem um tempo infinito para a sua construção e poderão ainda ser destruidas pelas primeiras minas que as toquem.

Os pescadores de minas em embarcações motorizadas serão impotentes à noite para pescar engenhos, que geralmente não serão vistos e que serão em grande número.

A melhor proteção das pontes contra as minas flutuantes será a substituição, o mais rapidamente possível, dos suportes flutuantes pelos fixos, que oferecem muito menor superfície a êsses engenhos.

e) A quantidade de material necessário para a transposição de um grande rio é formidável, primeiro porque é preciso operar em uma grande frente e depois porque a batalha moderna exige um minimum de débito, abaixo do qual não se pode esperar sucesso contra um inimigo manobreiro e não ainda desmoralizado.

Sob esse ponto de vista interessa o quadro abaixo:

Capacidade de transporte em algumas passagens

Rio	Largura	Frente de estaque no rio	Densidade por kilom. de frente	Operações correspondentes
Rheno	250 m.	18 km.	1,5 Eq.	MOREAU contra os austriacos (1796)
<	<	8 a 10 km.	1,5 a 2 Eq.	< < < < (1797)
Limmel	100 a 150 m.	2 km.	2	MASSENA contra os russos em 1799 (oper. principal)
Danúbio	150 a 180 m.	8 a 10 km.	3	Wagren (1809)
Duna	350 m.	10 a 12 km.	2	Riga (1917)
Pierre	250 a 320 m.	45 km.	2	Conjunto de operação do Junho de 1918
<	< <	8 a 10 km.	2	Ataque à MONTELLO
Marna	60 a 70 m.	15 km.	1,5	15 de Julho de 1918
Pire	70 a 80 m.	1 km.	2	Outubro de 1918

Constatamos que, no decurso da guerra 1914-1918, as passagens de rio feitas com uma densidade por km. de 2 equi-

pagens de ponte (material regulamentar ou de requisição) só tiveram êxito, quando o adversário, por falta de meios e de reservas, não pôde reagir, isto é, quando de fato foram realizadas condições análogas àquelas que permitiram sucesso durante a Revolução e o Império, como: pontos de passagem ao abrigo do fogo e realização imediata de uma progressão de profundidade modesta.

Situações semelhantes poderão aparecer em guerras futuras e poder-se-á esperar sucesso nas passagens de grandes rios.

Tôdas as vezes, porém, que o defensor pôde, apesar do esmagamento de sua posição de resistência reagir pela ação da aviação ou da artilharia de longo alcance, o assaltante não tem podido alimentar a batalha, por falta de rendimento no rio.

Em particular a 15 de Julho de 1918, no Marne, o sucesso obtido pelos Alemães não pôde desenvolver-se, embora a densidade de ocupação do setor defensivo pelos Aliados nada tivesse de excessivo.

Em todo o caso, pode-se dizer que embora, a história militar anterior a 1914, registre muito poucos exemplos de passagens de rio, tentadas sem êxito, no decorrer da guerra 1914-1918, as duas únicas passagens importantes, tentadas por surpresa ou de viva força, entre adversários em posição do mesmo valor, não lograram resultado, apesar de meticulosa preparação em ambos os casos. De 5 passagens, 2 fracassaram, isto é, quasi 50 %. Não contamos nesse número operações secundárias, em frentes de Divisão, realizadas depois de 15-VII-1918 contra um inimigo, que deixava de o ser.

NOTA — Em sua obra — *Passage des cours d'eau* —, o Cap. de Engenharia Thival assinala que de 98 passagens à viva força, empreendidas por diferentes exércitos, 18 sómente fracassaram, seja um quinto. Esses fracassos foram imputados a acidentes, a erros cometidos, a insuficiência das disposições tomadas pelos assaltantes. O insucesso alemão no Marne, em 15 de Julho não entra nessa categoria".

CONCLUSAO

A batalha de Montello é uma operação interessante a estudar; infelizmente constitue a menor parte do ataque austriaco de Isonzo.

Tal como a apresenta o relatório austriaco, é entretanto muito atraente para os oficiais de Engenharia, muito edificante para o Comando.

Esse aí encontrará um magnífico exemplo dos esforços enormes pedidos aos sapadores nas operações dessa natureza. Daí a necessidade de não empregá-los senão em sua especialidade, para reservá-los para casos tais. Importa também que o Comando conheça as possibilidades técnicas da Engenharia para não pedir-lhe trabalhos superiores às suas possibilidades.

FREZAS

Todos os tipos
e tamanhos



Caixa Postal 1094

**ALARGADORES
COSSINETES
MACHOS**

ALM & HEINRITZ
SÃO PAULO

ARTIGOS NACIONAIS QUE SUBSTITUEM EM QUALIDADE OS EXTRANGEIROS

ALBERTO D'ALMEIDA & C.

TELEPHONES:

ESCRITÓRIO	23-6256
ARMAZEM	23-0285
EXPEDIÇÃO	23-5764
DEPÓSITO	43-0650

Importadores de:

Ferragens, Metacos, Cutelarias,
Objetos para Cozinhas, Tintas,
Óleos e Artigos semelhantes

CAIXA POSTAL N. 821

Endereço Telegráfico:

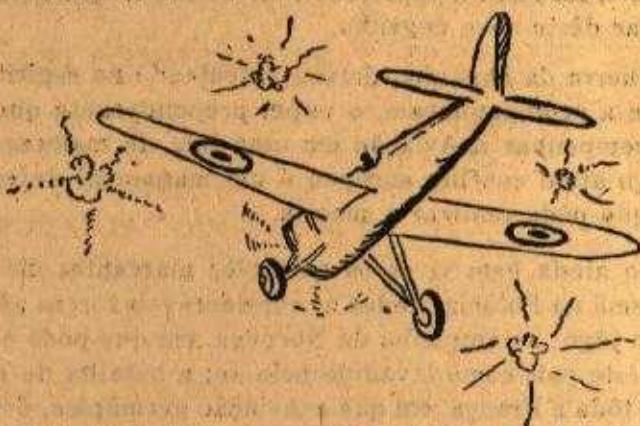
"GRANDEVITY"

**CORIGOS
RIBEIRO E BORGES**

Rua da Alfandega, 121 a 125
Rua Uruguaiana, 126 — Rio de Janeiro

Defesa Contra Aeronaves

Pelo Cap. JOSE' CAMPOS DE ARAGAO



RESUMO HISTÓRICO — PAPEL E MEIOS DA D.C.A.

Não era possível esperar mais dias, pela criação da D. C. A. no Brasil; felizmente, os órgãos competentes, a quem cabem a solução do problema de tal envergadura, ante a clarevidência dos fatos, têm com especial desvôlo, dado o apôio incondicional que acelera no momento num ritmo pouco vulgar, a complexa organização que comporta a defesa anti-aérea do país.

Ao par de poderosíssimas características de arma de guerra, a Aviação veio revolucionar e nortear para quadrantes bem diferentes, a feição e o desenrolar da contenda entre beligerantes de hoje.

Em ação pela primeira vez nos dias tenebrosos de 1914, foi inicialmente um meio precioso de informação, pela faculdade de transpor as frentes em contacto; pouco a pouco, mostrou-se cada vez mais eficiente:

- prolongando a ação da artilharia,
- cooperando no combate,
- agindo pela ação de bombas e metralhadoras, atacando tropas no solo, etc., para no fim da Grande Guerra, constituir, não mais uma interrogação o seu potencial de arma de combate, mas sim a expressão real do muito que se devia esperar dêste novo engenho.

A Guerra da Espanha, deixou patenteado no espírito de todos que a acompanharam, o papel preponderante que poderia desempenhar a Aviação em uma luta de maiores proporções; o atual conflito europeu é um manancial de exemplos do que pode realizar a mesma.

Estão ainda bem vivos os exemplos marcantes da conquista alemã na Polônia, dadas as consideráveis forças aéreas postas em jogo; a campanha da Noruega, em que pode considerar-se este país como invadido pelo ar; a batalha de Flandres e de toda a França, em que a Aviação germânica, desempenha sem discussão, papel preponderante; finalmente o atual aspecto da luta, em que de um lado a arrojada "Royal Air Force" se empenha a fundo nas ações de represálias e de destruição, e do outro, a violenta "Luftwaffe", a incendiar e esmagar pelo bombardeio, centros industriais, bases navais, cidades e mais cidades, do outro lado da Mancha.

Mas, "A toda ação corresponde uma reação . . ."; é ainda nesta lei sábia do grande Newton, que se vai buscar a explicação lógica de serem encontrados os artilheiros franceses em 1906, ensaiando os primeiros passos, para o tiro contra aeronaves. Mal acabava o extraordinário Santos Dumont, de crear a Aviação, e já a operosidade fecunda do soldado francês, dir-se-ia, numa autêntica super-visão do que significaria a conquista absoluta do ar, buscava os meios de combater tão perigoso engenho. Duas importantes experiências ficaram célebres em 1907, atirando oficiais franceses com canhões de campanha de 75 m/m., improvisados em anti-aéreos, contra balões. Absolutamente deploráveis foram os resultados da

primeira destas experiências, não apresentando qualquer conclusão quanto à possibilidade do tiro anti-aéreo; na segunda, ao contrário, os resultados foram animadores, e, deixou nitidamente patenteada a viabilidade de uma solução racional para o tiro contra aeronaves.

Como se acaba de verificar, nasceram quasi que simultaneamente a Aviação e a D. C. A.; entretanto, um argumento se faz necessário, é quanto à disparidade sempre crescente de evolução nos primeiros passos, entre ambas. Aquela esteve sempre na vanguarda. Assim, desde o primeiro ano da Grande Guerra a Aviação, tem já os seus elementos organizados, servindo de base ao emprêgo; enquanto que, entre os beligerantes nenhum material especializado para a defesa anti-aérea, servindo-se das improvisações momentâneas, em que cada executante empregava os métodos de tiro que bem entendiam e todos os artifícios imagináveis.

O registro sempre crescente dos sucessos da Aviação, veio mostrar a necessidade de ser emprestada à D.C.A., o papel importante que lhe reservava o futuro; na França e na Alemanha, o problema do tiro anti-aéreo é levado ao gabinete dos balísticos, que vão, finalmente, à luz do cálculo, apresentar os princípios básicos que regerão não só a técnica do tiro como também, orientar a construção do material a ser empregado no tiro contra aeronaves.

Justo, salientar-se a obra fecunda do cel. Eugenie Pagezy, auxiliado por elementos destacados da "Ecole d'Arnouville". A esta inteligência lúcida e disciplinada, que foi o Cel. Pagezy, cabe o mérito de ter criado os métodos e inventado a maioria dos aparelhos aplicados ao tiro.

Na França, em plena guerra, os progressos da D.C.A. são notáveis e sómente no ano de 1918, a Artilharia Anti-Aérea conseguiu abater para mais de duzentos aviões inimigos. Ao terminar o conflito, progressos ainda maiores se tinham realizado não só na aparelhagem de tiro, como nos métodos e processos como eram executados.

Após a guerra, houve uma fase de verdadeira paralisação quanto à evolução do material anti-aéreo. O estudo das estatísticas acusando grandes gastos de munição, para abater uma aeronave, veiu de novo pôr o problema do tiro anti-aéreo em foco; isto é, se seria interessante ou não, continuar a dispender somas tão avultadas com fracos resultados.

Paralisada até 1930, nenhuma conquista extraordinária assinalou neste período a D. C. A., em matéria de aparelhagem para o tiro. A partir desse ano, as comissões de estudos e os fabricantes de material retomaram intensamente o assunto, apresentando novos tipos de canhões e aparelhos de comando de tiro, procurando a toda prova acompanharem as altas performances das aeronaves.

Todos os países produtores de material bélico, convencidos do valor ofensivo da aeronáutica, trataram de melhorar cada vez mais sua produção.

A Guerra da Espanha foi um particular campo experimental, aonde a Alemanha, a Itália e a Rússia, procuraram os dados básicos que asseguraram os modernos aperfeiçoamentos dos seus instrumentos de D. C. A.

Tudo indica, neste momento, que o conflito europeu, já impôs traços bem mais evolutivos a tudo que se relaciona com a D. C. A..

PAPEL DA D. C. A.

A D. C. A. constitue um dos principais elementos da defesa anti-aérea.

Ela age em ligação permanente com a Aeronáutica e em particular com a Aviação de Caça.

Em ligação com a Caça, ou na ausência desta, ela procura destruir as aeronaves inimigas e em todos os casos esforça-se para impedir que as mesmas cumpram suas missões.

Assegura ainda, um serviço contínuo de vigilância do ar, tendo em vista recolher e difundir, aos órgãos encarregados de explorá-las, todas as informações que dizem respeito à atividade aérea inimiga.

OS MEIOS

Os meios de Defesa Contra Aeronaves são inúmeros.

Pondo de parte a Aviação de Caça, que sem contestação, é o mais importante meio de defesa contra o inimigo aéreo, todos os demais meios:

- artilharia anti-aérea,
- metralhadoras anti-aéreas,
- projetores,
- balões de proteção,
- disfarce,
- meios de proteção individual, etc.,

criados e postos em ação em 1914-1918, constituiram no fim daquela Guerra, um conjunto designado pela expressão:

Defesa Contra Aeronaves, ou mais comumente D.C.A.

Os meios são grupados:

em **ativos** — Artilharia Anti-Aérea, Metralhadoras Anti-Aéreas, Projetores;

em **passivos** — Aerostação de proteção, Disfarce, Medidas de proteção individual.

A ARTILHARIA ANTI-AÉREA

A Artilharia Anti-Aérea, ou simplesmente A.A.Ae., comporta modernamente uma aparelhagem complexa; assim é que, além das quatro peças de uma bateria, exige:

- um posto automático de comando de tiro (normalmente um telêmetro conjugado a um calculador mecânico);
- um ou dois postos de localização pelo som (completado por corretores mecânicos, destinados a introduzir as correções necessárias à pontaria);
- motores elétricos capazes de acionar o conjunto.

A A. A. Ae. pode executar:

- de dia, tiros à vista,
- de noite, tiros à vista, sobre aeronaves iluminadas,
- de noite, tiros ao "som".

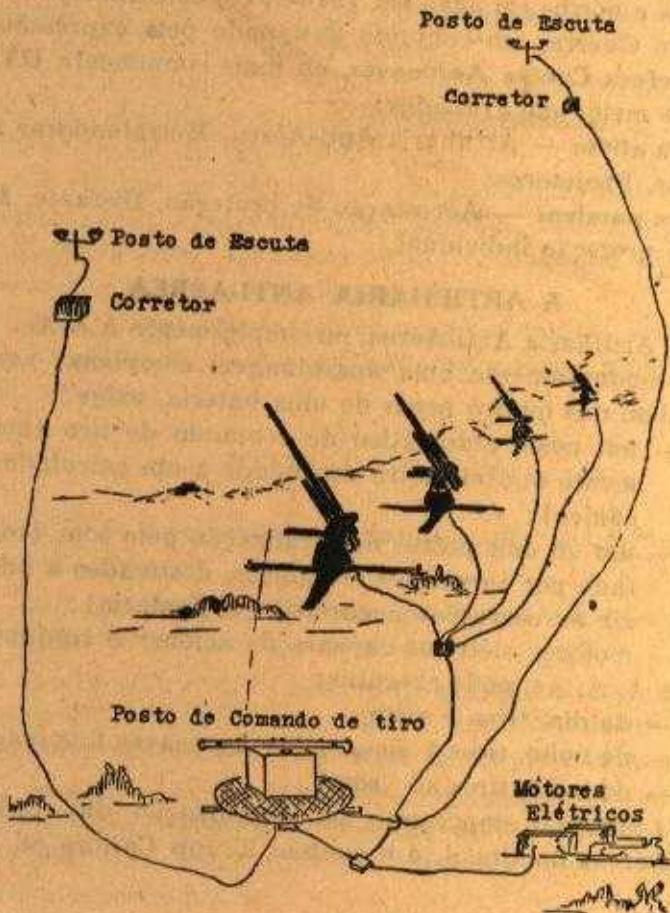
O material empregado na organização das Unidades Anti-Aéreas no Brasil, é o canhão Krupp Calibre 88 m/m., C 56.

E' particularmente apto ao ataque contra aeronaves voando acima de 1.500 ms., presta-se tambem ao tiro contra carros de combate. E' o canhão rebocado por um trator pesado, e pode em boas estradas desenvolver uma velocidade de 60 Kms/h.

A A. A. Ae. pode agir:

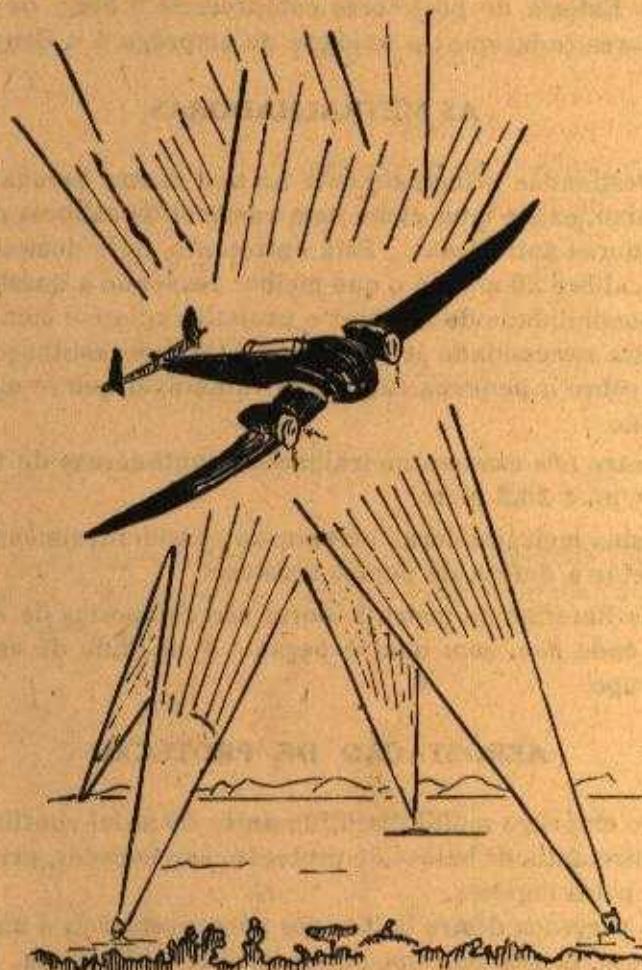
- isoladamente,
- em ligação com a Aviação.
- em ligação com a Aviação.

A unidade de tiro é a Bateria, e a de emprêgo é o Grupo.



OS PROJETORES

Os projetores são auxiliares poderosos não sómente de artilharia anti-aéreo à noite como também da Caça. Um avião apinhado por um feixe do projetor é imediatamente iluminado



pelos projetores vizinhos, e, geralmente, não poderá escapar dêles, tornam-se assim uma presa mais fácil.

Os projetores utilizados atualmente nas unidades de D. C. A., são de calibre 120 e 150 centímetros (isto é o diâmetro do espelho).

Em essência constam de um espelho parabólico formando o refletor, no fóco do qual se coloca uma lâmpada de arco voltaico. É alimentado por um grupo eletrogênio, que compreende um dinamo acionado por um motor.

A Bateria de projetores compreende 3 Secs. de quatro projetores cada uma; a unidade de emprêgo é o Grupo.

AS METRALHADORAS

Destinadas principalmente ao tiro contra aeronaves em vôo baixo, existe uma gama bem variável de calibres nas metralhadoras anti-aéreas. Está entretanto, hoje demonstrado, que o calibre 20 m/m é o que melhor responde a questão, dada a possibilidade de se obter o projétil explosivo com o mesmo; esta necessidade se impõe, pois terão os estilhaços mais efeito sobre a pequena superfície vulnerável que se encontra no avião.

Entre nós existem metralhadoras anti-aéreas de Calibre 20,1 m/m. e 13,2 m/m.

Estas metralhadoras prestam-se consideravelmente para completar a defesa de pontos sensíveis.

As Baterias de metralhadoras são compostas de 3 Secs., sendo cada Sec. com quatro peças. A unidade de emprêgo é o Grupo.

AEROSTAÇÃO DE PROTEÇÃO

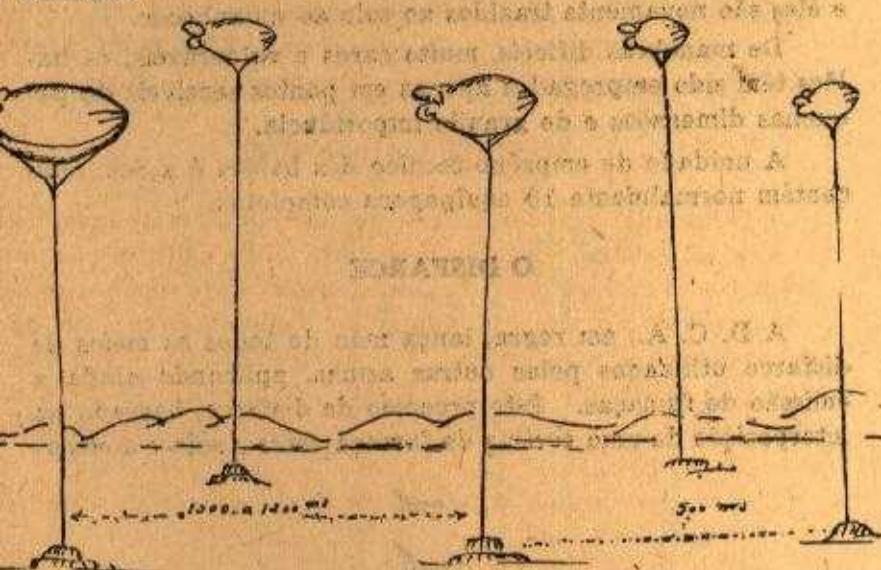
De emprêgo muito discutido antes do atual conflito, têm sido entretanto, os balões de proteção, empregados, principalmente pelos ingleses.

A presença destes balões nos pontos sensíveis e nas rotas de acesso, constituem um perigo à navegação aérea.

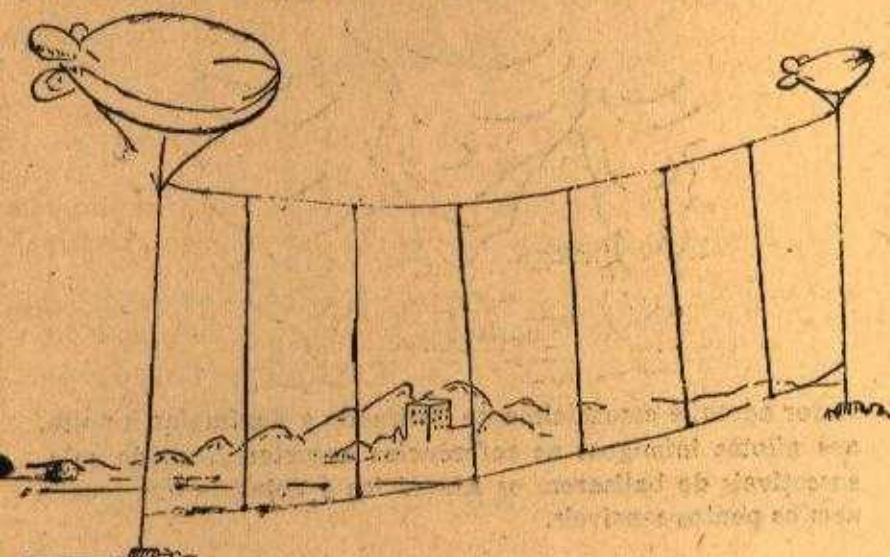
Os balões empregados são dilatáveis, de pequena cubagem e de forma alongada, presos ao solo por um cabo metálico.

São comumente utilizados na proteção de pontos sensíveis de pequenas dimensões. Na guerra passada, em que as

viagens aéreas eram balisadas pelos acidentes geográficos, foram empregados nos itinerários prováveis das aeronaves inimigas.



As barragens modernas podem ser elevadas à altura de 5.000 ms. Vários tipos de barragens são empregados.



No emprêgo dos balões, a surpresa desempenha um papel importante.

A ascenção é feita sómente após a escuridão completa e êles são novamente trazidos ao solo ao amanhecer.

De manobras dificeis, muito caros e vulneráveis, os balões têm sido empregados apenas em pontos sensíveis de pequenas dimensões e de grande importância.

A unidade de emprêgo tecnico dos balões é a Sec., que contém normalmente 10 equipagens completas.

O DISFARCE

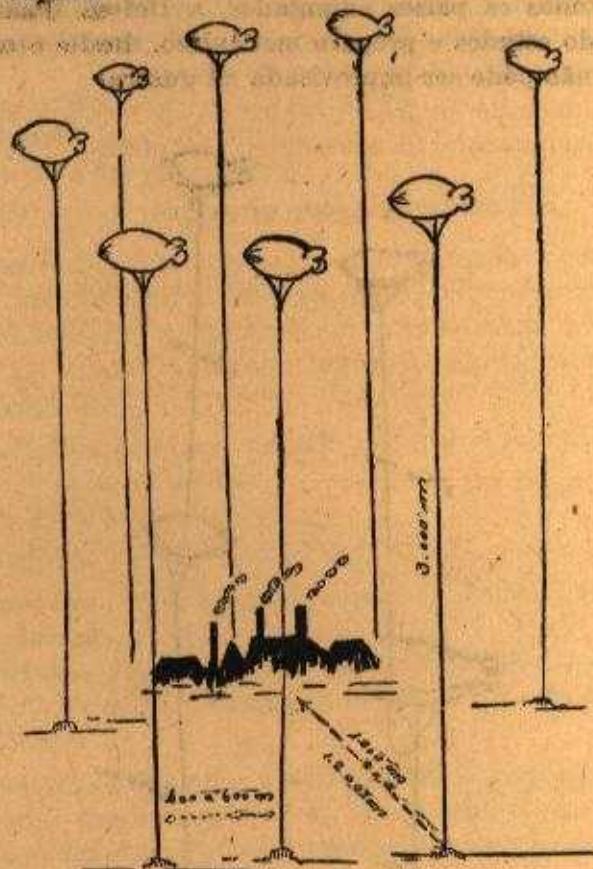
A D. C. A., em regra, lança mão de todos os meios de disfarce utilizados pelas outras armas, aplicando ainda a emissão de fumaças. Este processo de disfarce, baseado na interposição de uma cortina de fumaça entre o solo e o obser-



vador aéreo, é essencialmente destinado a dissimular à noite, aos pilotos inimigos: as referências características do solo, suscetíveis de balisarem os itinerários e detalhes que localizem os pontos sensíveis.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

E' sem dúvida um dos pontos delicados a ser estudado em nosso país, a organização da Defesa Passiva. Sua importância é capital.



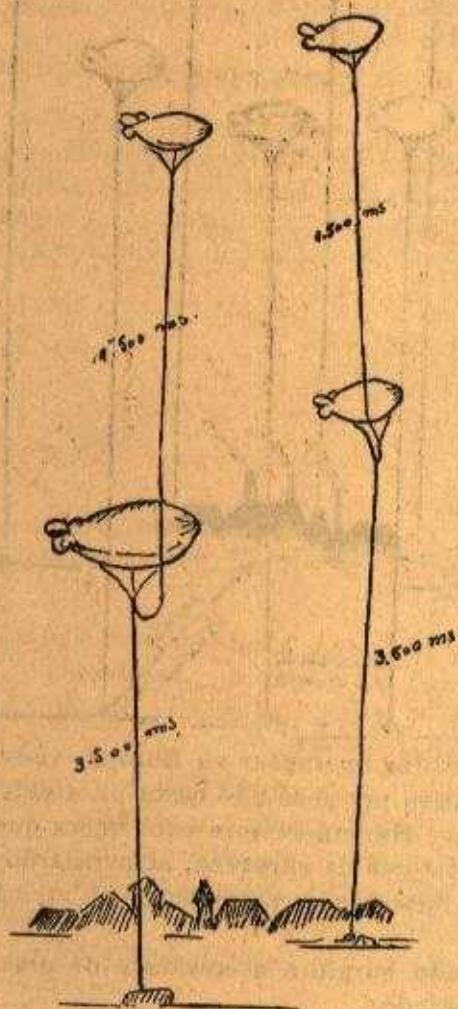
Pelo curso das operações na Europa, vê-se claramente, que a defesa ativa por si só não basta para travar e impedir a Aviação. Haverá sempre expedições que aproveitando melhor os fatores da surpresa, atravessarão as linhas de defesa ativa e buscarão surpreender os objetivos importantes no interior.

Assim sendo, surgiu a necessidade de uma organização perfeita permitindo:

- diminuir os perigos decorrentes dos bombardeios aéreos;
- atenuar os efeitos dos mesmos.

Esta organização tomou o nome de Defesa Passiva.

Em todos os países adiantados, a Defesa Passiva tem comportado estudos e preparo meticoloso, desde o tempo de paz, pois não pode ser improvisada na guerra.



As medidas de instrução e o treinamento das populações, para que se tornem eficientes os meios de defesa, requer um tempo relativamente largo, e, um conhecimento seguro da consulta a ter em tais emergências de bombardeios.

Em síntese a preparação da Defesa Passiva comporta o estudo e a realização:

- de medidas de segurança geral,
- de medidas preventivas,
- de medidas de socorro.

As medidas de segurança geral compreendem:

- postos locais de vigilância do ar, visando acompanhar a marcha das aeronaves sobre os pontos sensíveis, informando as autoridades competentes, as partes mais visadas no ataque quando se afastarem as aeronaves, etc.;
- extinção de luzes, visando evitar a referênciação;
- a difusão da alerta;
- os disfarces, etc..

As medidas preventivas compreendem:

- medidas destinadas à proteção pessoal, (abrigos, máscaras, etc.) ;
- redação de documentos públicos destinados a difundir informações ou quaisquer prescrições de utilidade coletiva ;
- medidas destinadas a assegurarem a proteção do material precioso, máquinas, monumentos, etc..
- medidas de dispersão visando diminuir a densidade dos grandes centros.

Medidas curativas comportando:

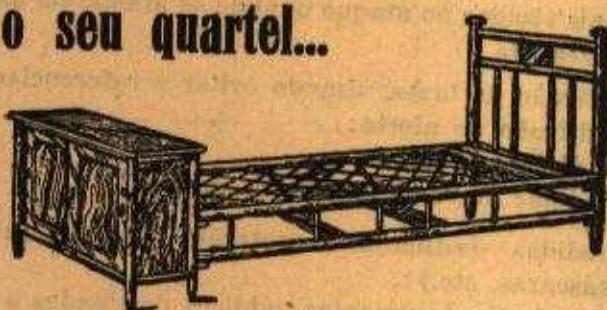
- a desinfecção dos produtos tóxicos;
- a assistência às vítimas civis, primeiros cuidados médicos e hospitalização, etc.;
- a luta contra incêndios;
- a retirada dos projétils que não tenham funcionado, etc. etc..

Das considerações anteriores conclue-se que, um plano de defesa passiva, precisa ser encarado como uma parte complementar do plano de mobilização nacional.

A sua organização precisa ser obrigatória em todo o território nacional e os encargos a que podem ser chamados os cidadãos em seu favor, devem ser considerados paralelamente ao serviço militar.

Assim, todos os indivíduos sem distinção de sexos, podem de acordo com suas possibilidades físicas e aptidões, prestar serviços à Defesa Passiva.

Para o seu quartel...



PREFIRA A

CAMA PATENTE

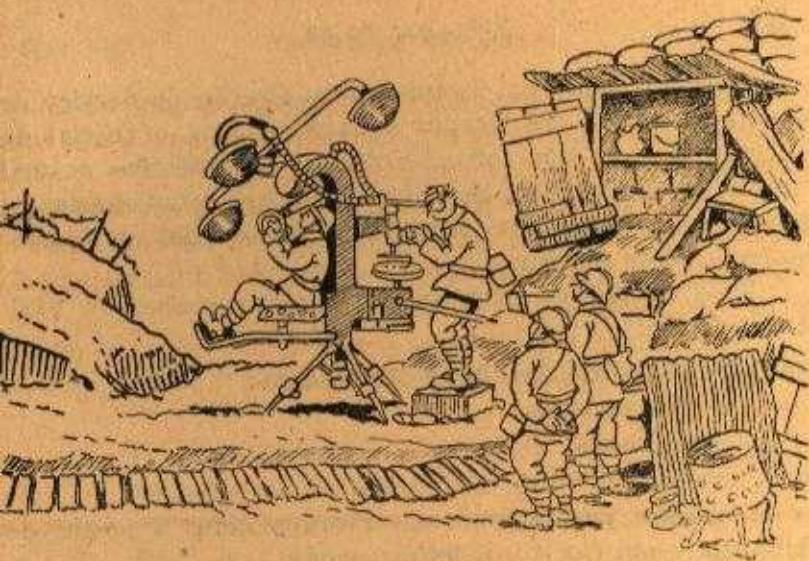
LEGITIMA SÓ COM A *faixa azul!*

L.LISCIO & CIA.



CAMA PATENTE

S. Paulo — Rua Rodolfo Miranda, 97
 Rio — Rua Figueira de Melo, 307 (São Christovam).
 » — Loja — Rua 7 de Setembro, 177.
 Bahia — Praça Tupyinambá, 3.
 Recife — Rua Dr. José Mariano, 228.
 » — Loja — Rua da Imperatriz, 118.
 Belo Horizonte, — Rua Espírito Santo, 310.



Vigilância do ar

CAPÍTULO III

A vigilância do ar na Zona de Guerra

1 — Em regra, na zona de Guerra, quer no interior quer no litoral, onde haja D.C.A. desdobrada, a vigilância do ar é assegurada pelos postos normais, das unidades respectivas.

O serviço de Vigilância das unidades de D.C.A. é, assim, o órgão mais avançado, na zona de Guerra, encarregado das missões, de coleta e transmissão das informações aéreas, definidas no cap. I.

MEIOS

2 — Em regra, cada Grupo (de Artilharia, Projetores ou Canhões metralhadoras), Sub-Grupamento e Grupamento, organiza uma rede de vigilância com um Centro de Informações. Algumas vezes, quando o P.C. de um Grupamento ou Sub-Grupamento está juxtaposto ao de um Grupo, organiza-se um único centro para ambos.

E' encarregado da organização e direção do Serviço de Vigilância do Ar nos Grupos e Grupamentos, o Oficial de Informações que tem sob suas ordens o respectivo pessoal especializado e recebe, de acordo com as circunstâncias, o pessoal e o material de transmissões necessários ao funcionamento dêsse serviço.

3 — Os Grupos dispõem do seguinte pessoal de Vigilância do Ar:

a) Grupo de Artilharia Anti-Aérea:

- 2 sargentos;
- 3 cabos;
- 20 soldados.

Com êsse pessoal podem ser organizados 3 postos de vigilância e um Centro de Informações.

Para a instalação das transmissões necessárias, normalmente uma das turmas de telefonistas do Grupo é afeta ao serviço de vigilância. Esta rede é reforçada, pelos postos de vigilância das baterias.

A bateria dispõe de pessoal suficiente para dois postos de vigilância avançados:

- 2 sargentos;
- 2 cabos;
- 10 soldados.

Esses postos ficam ligados ao P.C. da Bia.

Além disso, porém, funcionam também como postos de vigilância do ar, o posto de altimetria, quando esta fôr monostática, os postos de escuta se a bateria dispuser de localização pelo som e, quando ela for dotada de altimetria bimestática, os postos respectivos.

Esses últimos têm, porém, principalmente, a fornecer os elementos para a preparação do tiro. Suas informações destinam-se mais à exploração imediata do que, propriamente ao serviço de informações. Dispondo, todavia de instrumentos precisos de observação e medida, suas informações são muito úteis para a reconstituição da atividade aérea (traçados das rótas, etc.) que faz objeto dos relatórios da atividade aérea (Vd. cap. IV).

b) Nos Grupos de Canhões-metralhadores:
no estado maior do Grupo e nas Seções de comando das Bias. o mesmo pessoal que no Gr. A. A. Aé. O serviço de vigilância é organizado também por Grupamento e por Grupo.

c) Nos projetores:

Os projetores se estendem sobre uma grande área de terreno.

Ordinariamente, escala-se, na bateria, dois ou três postos de escuta das seções extremas, para constituirem postos do serviço de vigilância do ar. Estes postos são reforçados, então, em pessoal tirado da Bia. extranumerária do Grupo que dispõe, para isto, dos mesmos elementos que a Artilharia e os Canhões-metralhadores.

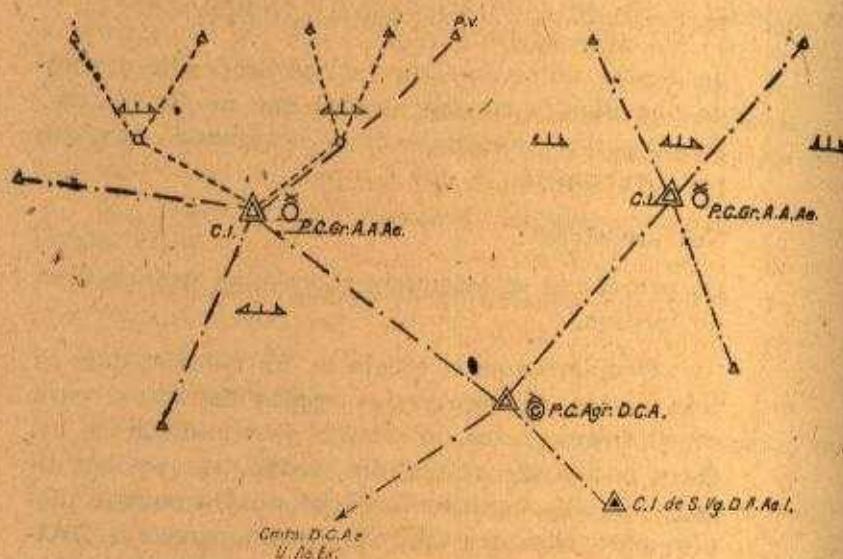
DESDOBRAMENTO

4 — Quando a situação o permite, os P. V. do Grupo, são avançados à cerca de 3 kms. à frente das bias. avançadas. Eles devem ficar, ou prolongando para os flancos a linha dos postos de escuta ou da altimetria bi-estática das bias. ou nos seus intervalos. Em geral, um posto fica no flanco, vigiando o espaço entre dois Grupos vizinhos, e outro fica no intervalo.

Importa também às vezes, quando não haja D. C. A. desdobrada à retaguarda, prolongar para este lado a vigilância com o estabelecimento de um posto recuado.

Cabe ao Cmt. do Grupamento ou ao Cmt. da D. C. A. fixar as zonas de ação dos Grupos para a vigilância do ar e, em consequência, o Cmt. do Grupo, estabelece o seu dispositivo.

Ficarão então os Grupos, com os dispositivos seguintes, por exemplo:



5 — Quando as operações terrestres se desenrolarem em um terreno onde já exista serviço de vigilância do ar da D. A. Ae. T., todos os órgãos dêste, na zona de ação de um exército ou em um D. D. C., passam ao comando do Cmt. da D. C. A. respetivo. Este entretanto, não introduzirá modificações no dispositivo do Serviço de Vigilância existente, mas, tão somente, utilizará os seus serviços para reforçar o serviço de informações aéreas da D. C. A. do Exército ou D. D. C.

Por outro lado, os C. I. do Serviço de Vigilância da D. A. Ae. T. continuarão ligados aos C. I. mais próximos do interior, transmitindo-lhes as informações provenientes dos P. V. da malha, bem como os provenientes dos C. I. das unidades, a que estiverem ligados.

CAPITULO IV

Funcionamento do serviço

A) — Classificação das Informações — B) — Marcha das Informações.

A) — CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES. CONTEÚDO DAS MENSAGENS.

1 — As informações classificam-se em:

- a) Informações de alerta:
 - 1.º — mensagens periódicas;
 - 2.º — mensagens especiais;
- b) Informações documentadas.
- c) Informações particulares às aeronaves.
- d) Informações especiais.

A) — INFORMAÇÕES DE ALERTA.

2 — As Informações de alerta compreendem:

- 1.º — as referentes à atividade aérea do inimigo na zona da frente; são destinadas à aviação de caça e ao comando das unidades aéreas;
- 2.º — as referentes às operações aéreas do inimigo visando o restante da Zona de Guerra (Pontos sensíveis da zona de etapas e da retaguarda) e o interior.

Ambas devem ser transmitidas com toda a urgência, porque permitem:

os primeiros:

- aos Cmts. de unidades aéreas dos Exércitos — e ao comando em geral, manter-se ao corrente da atividade aérea do inimigo, e decidir, em consequência, sobre o emprego das unidades sob suas ordens;

os segundos:

- aos Cmts. de D. A. Ae. T., alertar oportunamente os meios ativos e aos Cmts. de pontos sensíveis e às populações do interior, executar em tempo útil as medidas de defesa passiva previstas para caso de ataque aéreo.

INFORMAÇÕES COLHIDAS NA ZONA DA FRENTE

3 — As informações citadas no n. 2, colhidas na zona da frente pelos postos de vigilância das unidades e grupamentos de D. C. A. ai desdobradas, são coletadas nos C. I. destas unidades e são transmitidas por êstes, ao comando de D. C. A. e de U. Ae. a que estão subordinadas:

- regularmente, de duas em duas horas sob a forma de "mensagens periódicas" que dão a conhecer a atividade aérea durante as duas horas decorridas.
- a qualquer momento, sob a forma de "mensagens especiais" quando se trata de manifestação de atividade que justifique a intervenção da caça amiga:

- 1.^o — aeronave transpondo as linhas e se dirigindo francamente para o interior;
- 2.^o — patrulha de, pelo menos cinco aviões;
- 3.^o — avião de informação fora do alcance dos tiros em evoluções prolongadas sobre a zona de ação do Grupamento;
- 4.^o — avião ou grupo de aviões, entregando-se a operações de ataque sobre objetivos terrestres.

MENSAGENS PERIÓDICAS

4 — As mensagens periódicas têm a contextura seguinte:

Natureza das Informações	Código
1. ^o — Indicativo do Centro de Informações emissor.	X . . . (Fixado pelo comando).
2. ^o — N. ^o de aviões de caça vistos durante as duas horas.	Letra C (seguida do número de aviões).

3. ^º — Zona sobrevoada pela patrulha mais agressiva.	Letra N ou I, seguida do número indicando a distância das linhas em kms. (N — Zona amiga; I — Zona inimiga).
4. ^º — Altitude média dos aviões da caça.	Letra H, seguida de um algarismo, dando a altitude em Kms.
5. ^º — Aviões em missão de regulação vistos durante as duas horas.	Letra R, seguida do n. de aviões.
6. ^º — Aviões de reconhecimento e de bombardeio vistos durante as duas horas.	Letras O (reconhecimento) e B (bombardeio), seguidas do número de aviões.

Exemplo de mensagem periódica:

XX — C10 — N5 — H3 — R2 — O2 — B6

(O Centro de Informação XX informa que, durante as duas últimas horas, foram vistos: dez aviões de caça, cuja patrulha mais agressiva avançou sobre as linhas amigas até 5 Kms. da frente e cuja altitude média foi de 3 kms.; dois aviões de regulação; dois aviões em missões de reconhecimento; seis aviões de bombardeio).

MENSAGENS ESPECIAIS

5 — As mensagens especiais têm a contextura seguinte:

Natureza das informações	Código:
1. ^º — Indicação dando a conhecer que se trata de informação da D. C. A.	D. C. A.

2. ^o — Indicativo do P. V. ou do C. I. emissor.	X — (Fixado pelo comando).
3. ^o — Hora da emissão da informação.	Um número de 4 algarismos.
4. ^o — Número e natureza das aeronaves vistas ou ouvidas: a) aviões médios em missão de bombardeio; b) aviões de caça; c) aviões de informação; d) aviões cuja natureza não foi determinada; e) aviões pesados; f) dirigíveis.	Número, seguido da letra B Número, seguido da letra C Número, seguido da letra O Número, seguido da letra A Número, seguido da letra P Número, seguido da letra D
5. ^o — Localidade em cujas proximidades as aeronaves foram percebidas.	O nome do lugar.
6. ^o — Posição das aeronaves em relação à localidade.	N, S, E, W, NE, SE, NW, SW, excluída qualquer outra indicação.
7. ^o — Hora a que as aeronaves foram vistas ou ouvidas.	Número de 4 algarismos.
8. ^o — Direção de marcha das aeronaves.	N, S, E, W, NE, NW, SE, SW, excluída qualquer outra indicação.
9. ^o — Altitude média das aeronaves (se possível), em Kms.	Letra H seguida de um algarismo.

Exemplo:

DCA — XA — 0948 — 10B — 4C — Rio Negro — NW —
— 0945 — S — H5

(Informação de D. C. A. — O C. I. cujo indicativo é XA informa às 9h48 m. que foram assinalados às 9h45 m. 10 aviões em missão de bombardeio e 4 aviões de caça, a Noroeste do Rio Negro, voando em direção ao Sul, a uma altitude média de 5.000 metros).

6 — As mensagens especiais ou periódicas, são transmitidas pelos C.I., em princípio, pelas rádio-telegrafia ou telefonia e confirmadas telefônicaamente. Gozam de prioridade absoluta na transmissão pela rede comum.

As mensagens especiais são transmitidas, pelos C. I. da frente para os C.I. mais próximos do S. V. D. A. Ae. T., quando parecer que a expedição inimiga se dirige para o interior.

INFORMAÇÕES COLHIDAS NA ZONA DO INTERIOR

7 — As informações referentes às operações aéreas do inimigo, que visem o interior, podem provir:

- de um C. I. de D. C. A. da Zona dos exércitos;
- de um posto de vigilância do S.V. da D.A. Ae. T. ou da Vigilância local de um P. S.;
- do Serviço de Vigilância do Ar das unidades de D. C. A. da D. A. Ae. T.

Essas informações permitem:

- às unidades da Defesa ativa dos Pontos sensíveis, colocar-se em condições de intervir desde que o inimigo entre em suas zonas de ação;
- às autoridades da Defesa Passiva tomar as medidas que lhes competem previstas nos planos de Defesa Passiva regionais e locais;
- às populações e às tropas suscetíveis de serem atingidas pela expedição, precaver-se contra a ação desta.

As informações são coletadas nos Centros de Informa-

Exemplo:

DCA — XA — 0948 — 10B — 4C — Rio Negro — NW —
— 0945 — S — H5

(Informação de D. C. A. — O C. I. cujo indicativo é XA informa às 9h48 m. que foram assinalados às 9h45 m. 10 aviões em missão de bombardeio e 4 aviões de caça, a Noroeste do Rio Negro, voando em direção ao Sul, a uma altitude média de 5.000 metros).

6 — As mensagens especiais ou periódicas, são transmitidas pelos C.I., em princípio, pelas rádio-telegrafia ou telefonia e confirmadas telefônicaamente. Gozam de prioridade absoluta na transmissão pela rede comum.

As mensagens especiais são transmitidas, pelos C. I. da frente para os C. I. mais próximos do S. V. D. A. Ae. T., quando parecer que a expedição inimiga se dirige para o interior.

INFORMAÇÕES COLHIDAS NA ZONA DO INTERIOR

7 — As informações referentes às operações aéreas do inimigo, que visem o interior, podem provir:

- de um C. I. de D. C. A. da Zona dos exércitos;
- de um posto de vigilância do S.V. da D.A. Ae. T. ou da Vigilância local de um P. S.;
- do Serviço de Vigilância do Ar das unidades de D. C. A. da D. A. Ae. T.

Essas informações permitem:

- às unidades da Defesa ativa dos Pontos sensíveis, colocar-se em condições de intervir desde que o inimigo entre em suas zonas de ação;
- às autoridades da Defesa Passiva tomar as medidas que lhes competem previstas nos planos de Defesa Passiva regionais e locais;
- às populações e às tropas suscetíveis de serem atingidas pela expedição, precaver-se contra a ação desta.

As informações são coletadas nos Centros de Informa-

ções do S. V. da D. A. Ae. T. e daí são difundidas pelos destinatários abaixo, na forma indicada na letra B do presente capítulo:

- aos Cmts. de Grupamentos da D. A. Ae. T. ou das unidades isoladas e Cmts. de pontos sensíveis da malha a que pertencer o Centro;
- às autoridades da Defesa Passiva dos P. S. da malha;
- aos C. I. mais próximos;
- às outras autoridades militares e civis que precisem ser prevenidas, bem como aos estabelecimentos de 1.^a categoria, etc.

8 — A transmissão das informações é feita sob a forma de "mensagens especiais" com a contextura indicada no n.º 5 do presente capítulo.

Quando transmitidas pela rede comum, essas mensagens gozam de prioridade absoluta e o pedido de ligação é precedido da indicação "prioridade DCA".

Quando a mensagem é transmitida de um Posto de Vigilância, leva, como indicado no n.º 5, o indicativo do posto emissor.

Quando retransmitida pelos C. I., as mensagens são repetidas como vieram do P. V., precedidas do indicativo do C.I. e da hora da transmissão; suprime-se, então, a hora da transmissão do P. V.

Exemplo:

YB — 0350 — P. V. 2 — 1P — Bangú — N — 0345 — E.

(O C. I. cujo indicativo é YB, informa às 3h50 que o Posto de Vigilância PV2 percebeu ao Norte de Bangú, 1 avião pesado voando em direção de Leste. A altitude não pôde ser precisada.

9 — Em alguns casos, a mensagem pode ser completada com algumas indicações, sobre a atividade a que se entregam as aeronaves, como por exemplo: "bombardeiam aeródromo Caçapava" ou "fogem perseguidos caça amiga", "dois aviões foram abatidos", etc.

10 — A transmissão dessas mensagens pelos C. I. deve ser feita pela rádio-telegrafia ou rádio-telefonia, principalmente entre os C. I. vizinhos e são confirmadas pelo telefone.

Entre os P. V. e C. I. os C. I. e P. S., C. I. e Cmts. de D.C.A., o meio de transmissão normal é o telefone.

B) — INFORMAÇÕES DOCUMENTADAS

11 — Estas informações, destinadas a esclarecer o comando sobre a importância e a tática das unidades aéreas do inimigo, abrangem todos os pontos que permitem caracterizar, de maneira completa e precisa, a atividade aérea adversária.

Tratam principalmente da natureza, número e missão das aeronaves, suas características principais, rótulas seguidas, a altitude a que vôam, combates travados, bombardeios executados, evoluções de qualquer natureza, etc. tratam também da atividade da D. C. A. inimiga em todas as suas manifestações que puderam ser observadas.

As informações documentadas revestem-se da forma de relatórios escritos e denominam-se relatórios da atividade aérea inimiga". (Ver modelo em anexo).

Esses relatórios são estabelecidos:

- pelos cmts. de unidades de D. C. A. da Frente;
- pelos cmts. de unidades da D. C. A. dos pontos sensíveis dos Exércitos e do Interior.

Centralizados nos Grupamentos, êles dão lugar a um relatório único, estabelecido em cada Grupamento e remetido:

- ao cmt. das U. Ae. de Exército, por intermédio do cmt. da D.C.A se tratar-se de Grupamento de D. C. A. de Exército;
- ao cmt. da D. A. Ae. regional, se tratar-se de unidade afeta à D. A. Ae. T.

No E. M. das Unidades Aéreas do Exército, (ou no do cmt. de D. A. Ae. T. regional), os relatórios dos diferentes cmts. de Grupamentos são condensados em um único documento, referente ao conjunto da Zona do Exército (ou da

Região) e destinado ao cmt. em chefe (ou ao ministro da Guerra).

Os relatórios da atividade aérea inimiga são estabelecidos duas vezes por dia: à tarde, para a jornada decorrida; de manhã, para a noite precedente.

Enviados por um meio rápido, (automóvel, moto), eles são precedidos, em alguns casos de uma parte telefonada, na qual se mencionarão:

- o número e a natureza das aeronaves vistas, ouvidas e abatidas;
- os pontos bombardeados e número aproximado das bombas.

No G. Q. G. (ou no E. M. da D. A. Ae. T.), os relatórios dos Exércitos (ou das Regiões) dão lugar ao estabelecimento de um gráfico da atividade aérea inimiga, abrangendo o conjunto da frente (ou da Zona do Interior), graças ao qual o comando pôde seguir facilmente a importância e o ponto de aplicação do esforço aéreo inimigo.

As dificuldades encontradas no estabelecimento do relatório da atividade aérea inimiga residem principalmente:

- 1.^o — na identificação das aeronaves.
- 2.^o — na determinação das suas missões.

A identificação, de dia, é facilitada pela utilização dos "cadernos de silhuêtas", organizados pelos E. M. das U. Ae. do G. Q. G. e da D. A. Ae. T.

Toda vez que um tipo desconhecido de aeronave for observado, tal fato é mencionado no "Relatório", que deve também conter esboços do novo aparelho em suas diversas orientações, as formas e proporções relativas de seus órgãos principais (motores, azas, fuselage, lemes), sua velocidade em diferentes altitudes, maneabilidade aparente, etc.

À noite, as aeronaves sendo percebidas em geral só pelo ruído, a sua identificação é inevitavelmente imprecisa.

— A determinação das missões das aeronaves é, muitas vezes impossível nos escalões subordinados. Na maior parte dos casos, ela só pode ser feita nos escalões de Grupamento, Ponto Sensível ou mesmo Exército ou Região, pelo confronto

das informações provindas dos escalões subordinados, desde que essas informações contenham, com a maior fidelidade possível, as altitudes de voo das diversas aeronaves observadas.

Todas as informações, prestadas pela D. C. A. referentes à natureza, missões, evoluções das aeronaves inimigas, ajudam o comando até certo ponto, a desvendar a tática aérea do inimigo e, por conseguinte, a contrabatê-la com maior segurança. A sua importância é grande, por isso, e elas devem ser tomadas com o maior cuidado.

C) — INFORMAÇÕES PARTICULARES AS AERONAVES

12 — Essas informações são transmitidas diretamente pelas unidades que as recolhem, às aeronaves amigas em evoluções nas suas proximidades.

O seu objetivo é:

- 1.^º — nas zonas dotadas de artilharia anti-aérea, assinalar às aeronaves amigas, por meio de "Tiros de sinalização", as aeronaves inimigas de cuja presença as primeiras pareçam não se ter apercebido;
- 2.^º — nas zonas desprovidas de artilharia anti-aérea mas dotada de postos de vigilância, aos aviões de caça amigos (por meio de painéis) a direção a seguir para alcançar as aeronaves inimigas que aqueles tenham por missão atacar;
- 3.^º — nas zonas dotadas de projetores, indicar, de noite (por meio dos fachos luminosos), aeronaves amigas perdidas, a direção do mais próximo terreno de aterragem.

No primeiro caso, as informações são transmitidas por meio de séries de 4 tiros feitos sobre a linha de sítio da aeronave inimiga, escalonados de 200 mts., repetidos até que a aeronave amiga tenha dado indicação de haver percebido o perigo.

No segundo caso, são colocados no solo painéis em forma de flexa, com a ponta voltada para a direção tomada pelas aeronaves inimigas, enquanto estas forem visíveis, em seguida, são mantidas na direção em que elas desapareceram, até que os aviões amigos tenham tomado essa direção.

No terceiro caso os fachos são orientados na direção do terreno, ligeiramente inclinados acima da horizontal e ai mantidos até que a aeronave tenha se dirigido francamente para esta direção.

A execução desta missão está subordinada às seguintes regras: o avião, para pedir a indicação lançará um foguete convencionado previamente e, a pedido da unidade de projetores, emitirá, com o projetor de bordo, a "letra do dia" convencionada no plano de transmissões. Sómente após êsses sinais de reconhecimento é que poderá ser dada a indicação, pelos projetores.

D) — INFORMAÇÕES ESPECIAIS

13 — As informações especiais dizem respeito:

- 1.^º — às incursões aéreas que têm por fim deixar cair tropa de paraquedistas ou paraquedistas isolados que podem destinar-se, seja a entregar-se a hostilidades na retaguarda da frente ou no interior, seja a praticar a espionagem;
- 2.^º — à aterragem suspeita de aeronaves em território amigo, com o mesmo fim;
- 3.^º — à troca de sinais entre aeronaves inimigas e o solo ou entre observatórios terrestres inimigos e agentes de espionagem operando em território amigo.

A transmissão das informações acima, é de resto, atribuição de qualquer órgão militar ou mesmo civil que se ache em condições de observar tais atividades. A organização do Serviço de Vigilância do Ar da D. C. A., entretanto, permite que esta possa prestar tais informações nas melhores condições.

14 — As informações referentes às aterragens suspeitas, ao lançamento de paraquedistas ou de objetos quaisquer, por meio de paraquedas ou não, são prestadas em primeira urgência à tropa mais próxima destinada à repressão de tais atividades, ou, de um modo geral, aos cmts. de unidade ou autoridade mais próxima, em seguida ao E. M. do Exército, da Direção de Etapas ou da Região sob a rubrica: 2.^a Secção — Informações. Essas informações são transmitidas diretamente pelo Comandante da unidade a que pertence o posto de vigilância de onde emanaram, sempre que as transmissões a isto se prestarem. Em seguida, é informado o Comando da D. C. A. e das U. Ae. ou da D. A. Ae. T.. A mensagem é, depois, confirmada por uma parte escrita, destinada às mesmas autoridades.

Os sinais luminosos, trocados entre aeronaves inimigas e entre estas e o solo, bem como os emitidos pelos observatórios terrestres do inimigo, são cuidadosamente observados e são objeto de relatórios circunstanciados que são dirigidos à 2.^a Secção do E. M. do Exército ou da Região, e ao Cmt. das U. Ae. Ex. ou da D. A. Ae. T.

B) — MARCHA DAS INFORMAÇÕES

15 — As informações sobre a atividade aérea inimiga, destinadas à exploração imediata se transmitem, por todo o território interessado, através os Centros de Informações das malhas do S.V. D.A. Ae. T.

O Centro de Informações é o único órgão encarregado de interpretar as informações, e de julgar se convém ou não prosseguir na sua transmissão e exploração e, no caso afirmativo, como convém fazer a sua exploração e a sua difusão.

16 — Vimos no Capítulo II qual a organização geral de um C.I. de S.V. do Ar da D. A. Ae. T.

A central telefônica do C.I. devem estar ligados:

- todos os postos de vigilância da malha;
- os postos de vigilância da Vigilância local;
- as autoridades da Defesa Passiva local;

- os comandantes ou autoridades da Defesa Passiva dos P.S. da malha;
- as unidades de aeronáutica.

Além disso, sempre que fôr possível:

- os C.I. dos Grupamentos e das unidades isoladas da D. A. Ae. T. da malha;
- os Centros de Informações das malhas vizinhas e, quando o centro é vizinho da Zona de Guerra;
- os C.I. de D.C.A. de Ex. mais próximos.

Quando a ligação pelo telefone não é possível, dada a deficiência das redes locais, as ligações entre centros de informações vizinhos se faz sómente por meio da rádio-telefonia ou da rádio-telegrafia (de preferência a primeira).

Estes últimos meios ainda são empregados, em qualquer caso, para dobrar a transmissão telefônica entre C.I. vizinhos.

Também em certos casos ser-se-á forçado a prever, antes da completa instalação do serviço, a ligação de postos de vigilância ao C.I., por meio da rádio-telefonia.

PROVENIENCIA DAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS PELO CENTRO

17 — Desde que uma expedição inimiga transpõe a fronteira, deve ser assinalada por, pelo menos um posto de vigilância, como já vimos. O Centro de Informações correspondente será por consequência alertado, e alertará por sua vez, outros Centros. Podemos considerar, por conseguinte, dois casos distintos para a conduta do Centro em face das informações chegadas:

1.^º — trata-se de um C.I. de malha de fronteira (terrestre ou marítima); a primeira notícia sobre a expedição provém, portanto, normalmente, de um P.V.;

2.^º — trata-se do C.I. de uma malha interior; neste caso, se o serviço funcionar bem, ele será advertido em primeiro lugar por um

C.I. vizinho, pois a informação terá tempo de ser transmitida antes que as aeronaves atinjam a linha mais próxima da sua malha.

No interior da sua malha se a expedição se dirigir para o P.S. em que se acha o C.I., este receberá notícias sobre marcha da expedição, sucessivamente:

No 1.^º caso:

- das unidades desdobradas entre o C.I. e o limite da malha;
- dos pontos sensíveis mais avançados, se os houver;
- da D.C.A. desdobrada na defesa do P.S. em que se acha o Centro;
- da vigilância local dêste ponto;

No 2.^º caso:

- de um centro de informações mais próximo da fronteira;
- de um P.V. da sua própria malha;
- em seguida, como no 1.^º caso.

INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

18 — Recebida a informação por uma das cabines de recepção não especializadas, dela o telefonista tira cópia dupla; uma via é entregue ao encarregado da recepção que a inscreve no registro apropriado (Vide modelo em anexo) e a outra é remetida por um estafeta ao oficial interpretador.

Este dispõe, como já vimos, de uma grande carta mural (Esc. 1/200.000 a 1/400.000) abrangendo um raio de cerca de 500 kms. em torno do C.I. Nela serão assinaladas as linhas de postos de vigilância e os centros de informações da região representada, bem como os pontos sensíveis. Estarão também traçados os círculos de extinção de luzes e os de alerta dos pontos sensíveis da malha do C.I.

Em outra carta (escala 1/50.000 a 1/25.000) são assinalados todos os P.V. da malha, os P.S., os P.V. locais, e as posições da D.C.A. e campos — bases da aviação de caça aféta à D.A. Ae.T..

Os operadores são munidos de coleção de símbolos de diferentes cores, representando as diversas naturezas de aeronaves.

Dispõem ainda, de réguas, graduadas em distância percorrida por minuto, para diferentes velocidades de aeronaves, o que permite ao interpretador, a qualquer momento, fazer juízo sobre a posição atual da expedição em função da posição em que ela se achava quando da emissão da última informação recebida, da velocidade das aeronaves e do tempo decorrido após a hora assinalada naquela informação.

19 — O oficial interpretador faz marcar na carta, por meio dos símbolos, a posição e o número das aeronaves, e a sua direção de vôo, à medida que as informações forem chegando. Algumas vezes, pode medir a velocidade de vôo das aeronaves, comparando o intervalo de tempo entre duas observações consecutivas e a distância entre os pontos em que estas observações forem feitas. Outras vezes, precisará contentar-se com uma hipótese sobre as velocidades das aeronaves, para as suas conclusões.

Tendo, assinaladas na carta, diferentes posições de uma expedição e sabendo suas condições de vôo, o interpretador pode tirar conclusões sobre sua marcha futura e os objetivos que poderá atingir em um tempo dado. Pode prever a hora em que a expedição atingirá o círculo de extinção de luzes e o de alerta e, em consequência, o oficial de alerta ordenará, em tempo oportuno, a execução dessas medidas. Essas previsões se referem, não só ao ponto sensível em que se acha o Centro como também aos outros pontos sensíveis da malha. A medida da oportunidade, as mensagens de alerta vão sendo expedidas aos seus destinatários, Cmts. de U. Ae., Cmts. de Grupamentos, P. S., autoridades da Defesa Passiva, Cmts. de tropas vizinhas, etc.

— Sempre que houver aviação em missão de caça, a interpretação das informações determinará também o momento em que as patrulhas devem levantar vôo para contrabater o inimigo. É conveniente, por isso, haver no C.I. um

representante da aeronáutica com autoridade para julgar da necessidade e da oportunidade de tal intervenção.

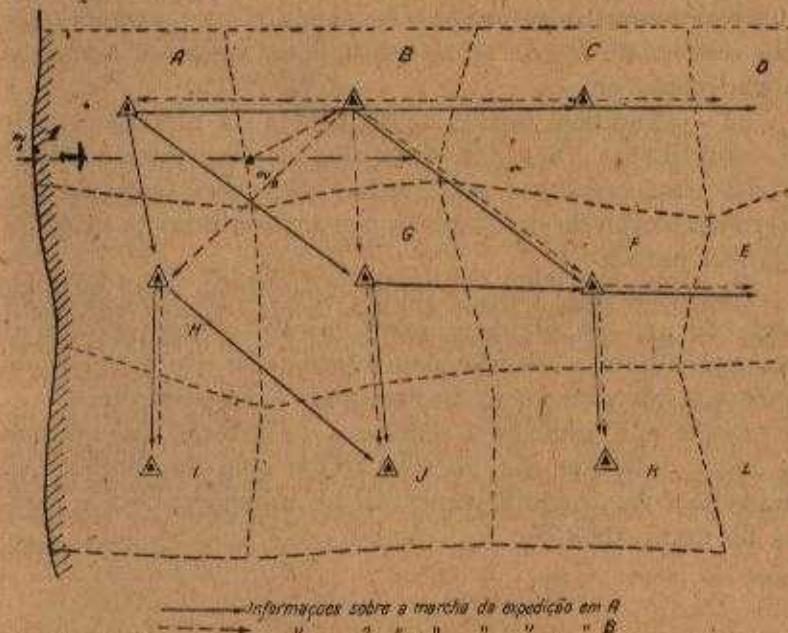
DIFUSÃO DAS INFORMAÇÕES

20 — Após a interpretação das mensagens, trata-se, além de tomar as medidas de exploração citadas acima, definir a informação pelos C.I. vizinhos.

Não se pode fixar uma regra geral a aplicar em todos os casos, por exemplo, recebida uma informação, transmiti-la a todos os C.I. vizinhos.

— Suponhamos, por exemplo, um desdobramento como o indicado na fig. 6:

A difusão se fará de modo diferente para cada um dos casos citados no número 14 do presente capítulo:



— Se um P.V. de uma malha de fronteira A, por exemplo assinala a passagem de uma expedição em 1, o respectivo C.I. transmitirá esta informação a todas as malhas

vizinhas, B, G, e H, e mantê-las à durante o percurso da expedição pela malha, ao corrente das informações que fôr recebendo.

Já o C.I. de B, não procederá da mesma forma: A desnecessita evidentemente ser alertado por B, visto ser o emissor da informação. G e H tambem já foram informados por A; por isso, a fim de em períodos de grande atividade aérea, não sobrecarregar os circuitos com grande número de transmissões inúteis, B só transmitirá as informações a C e a F, e os C.I. dessas malhas procederão idênticamente.

Desde que as aeronaves prossigam em sua marcha através de B, o respectivo C.I. manterá então A, G, H bem como C e F ao corrente da sua marcha, devendo A ser informado especialmente quando a expedição entrar em G, e quando dai sair. A volta da expedição, procede-se do mesmo modo.

Mesmo assim, em alguns casos, o C.I. receberá de duas fontes a mesma informação. A malha F, por exemplo poderá receber de B e de G, as informações relativas à marcha da expedição em A.

21 — Tambem influe, na sequência da difusão, a rede de transmissões. Se, por exemplo, as transmissões entre C. e E não forem boas, o C.I. de F já saberá que qualquer informação oriunda de C, deverá ser transmitida em primeira urgência para E.

Nas instruções para o funcionamento da rede de vigilância do ar, são previstos êsses casos e nelas figuram as prescrições para a difusão das informações, de acordo com as direções de ataque, as transmissões existentes, etc.

Desde que, tambem a distância e a direção das aeronaves sejam tais que não possam afetar uma das malhas ou um grupo delas, é inútil transmitir informações sobre a marcha de uma expedição.

"Na guerra, aquele que tudo prevê, é o único que tem razão".
(Do livro "A Tragédia na França", de André Maurois)

ORAÇÕES NOTÁVEIS

Oração proferida pelo Col. João Baptista de Magalhães na homenagem que — no Cassino do 1.^o R. C. D. — foi prestada ao Col. Orozimbo Martins Pereira, por seus camaradas, amigos e antigos alunos em virtude de sua passagem para a Reserva.

Quizeram nossos camaradas de armas, promotores desta manifestação de fraternidade, justo preito a um dos maiores contribuintes da transformação das fácieis profissionais de nossa Cavalaria, fosse eu o intérprete dos sentimentos que a todos animam. Aceitei a incumbência, embora não na julgasse empresa fácil. Desde os primeiros entendimentos entre os promotores desta homenagem e eu, vislumbrei de relance, com vistas cavalieranas, o quadro dessa tarefa de aparência banal, mas, de fato, envolta de dificuldades e de sutilezas.

E' que a vida militar de Orozimbo, que ora se retira voluntariamente das lides chamadas ativas, é daquelas que influiram em nossos progressos. E' que sua ação foi produtiva entre muitas que mais ou menos se desenvolveram na mesma época sem causar bens e até causando males. E' que, assim sendo, sua decisão em retirar-se da luta incruenta, silenciosa às vezes, mas sempre viva, e tanto mais edificante quanto menos espetacular, surpreendeu e desapontou a muitos dos que se dedicam, e empregam sua inteligência e forças, sem consultar a miúdo o Almanaque; e não raro, esquecidos até de que existe este precioso documento.

No afã de suas labutas honestas e incessantes, olhos fitos no horizonte, sempre longínquo, de fascinantes aspirações; absorvidos pela imensidão das reformas a efetuar e dos aperfeiçoamentos a introduzir, a-pesar das resistências dos que essas causas não vêem ou das que resultam daqueles em quem domina o rotinismo; não percebem êles as justas razões dos que vão perdendo o alento de razoáveis esperanças. Não vêm os que vão cansando e se desenganando.

Surpreendem-se, por isso, quando lhes chega a notícia de que um Orozimbo, pioneiro de progressos reais, decidiu retirar-se da liga e depôr as armas.

Uma consulta, porém, aos dados do Almanaque, feita ao par do exame retrospectivo da atividade militar de Orozimbo, desde o tempo em que cavalgava o famoso "Inca" até aquele em que foi instrutor da Escola destinada a assegurar a formação dos que serão chamados ao exercício de funções, nas altas esferas do comando, obriga a dizer:

— Silêncio, a decisão é respeitável. Compreende-se!

Há, meus Senhores, evidentemente uma muito aparente discordância, uma desproporção, entre a velocidade da carreira de Orozimbo e as causas ou razões teóricas e legais de aceleração, as razões que a lei natural e a lei decretada, determinam, exercem influência na matéria, se levarmos em conta a quantidade e principalmente a qualidade do trabalho que produziu.

Essa desproporção, ou discordância, será tanto mais visível, se puzermos êsses fatos em presença das funções que exerceu, das referências e julgamentos feitos aos seus trabalhos, a suas atividades e à sua pessoa, por muitos e numerosos chefes em forma oficial e não oficial.

Não é isso, porém, nenhum fenômeno raro, nem estranho, pois tais aparentes e visíveis anomalias, são cogumelos de geração espontânea em todo organismo militar que não ventila o sépro das necessidades da guerra, **fortemente sentidas**. É fatal, nos Exércitos em que, embora reconhecendo-se e afirmando-se de público suas precíprias finalidades, não vive presente, e em alto relêvo, a nítida **imagem da guerra**, mercê da distância indefinida em que é vista e mercê das tintas nuancadas com que a pintam, os que constroem o quadro prático das situações nacionais vividas. Estes quasi sempre, são fascinados, êles mesmos, pelas miragens formadas com os reflexos do meio em que se agitam, e, sempre dominados por causas históricas, políticas ou raciais, jacentes e atuantes no subconsciente que os condiciona.

Seja como fôr, as razões dos que, como Orozimbo, deixam o campo da luta, embora nos surpreenda o movimento, são sempre respeitáveis e bastantes para que se não discuta a decisão tomada, tanto mais quando se apresenta como uma consequência lógica das próprias prédicas feitas e dos exemplos dados. É o caso dos que se retiram porque temem ver amortecer-se a própria atividade e assim temem venham tornar-se passíveis da própria censura. Ninguém pode comentar, são êles os juizes mais competentes na matéria.

Mas, meus Senhores, exorbitei e peço perdão.

Não me cumpre aqui analisar o fenômeno, basta que o assinalo, para que esta homenagem adquira a distinta significação que lhe emprestamos. No fundo, o que queremos é dizer que não nos ficaram indiferentes nem nos foram estranhos, os méritos de Orozimbo.

Intentamos lastimar que as circunstâncias que envolveram sua carreira militar, não tenham permitido melhor aproveitamento de suas possibilidades, reveladas por uma produtividade tantas vezes manifesta, na vida profissional ativa de nossos quadros e unidades de cavalaria, para só referir o campo em que mais se acentuou.

Intentamos dizer-te, Orozimbo, que não somos esquecidos nem ingratos e que muito apreciamos a forte influência que exerceste por tua atividade, pelo que produziste, para que a instrução da nossa cavalaria, des-

pertasse do letárgo em que vivia e empreendesse marcha firme e segura, na vereda que a levará a saber agir conforme as realidades da ação em campanha.

Serviços estes tanto mais valiosos quanto feste dos que, vindos dos tempos dos combates simulados, onde estrugiam toques de corneta e aturdia a fumaceira do pipocar dos festins de pólvora negra, no campo estreito das nossas façanhas de então, contribuiram de fato para os melhores aspectos atuais do Exército.

Feste dos que fizeram os últimos exercícios de túnica de pano e calça branca; as paradas e desfiles em passo de ginga e bonet do lado. Feste do tempo da bombacha, do ombro esquerdo em frente e dos repetidos gritos letristas de "acerta o passo!" Feste daqueles tempos em que o trote elevado era vaiado, de quando era impossível distinguir-se a andadura de marcha, de uma tropa de cavalaria, porque passo e chôto concorriam por igual, apenas entrecortados pelo galope aporreado de redomões mal contidos.

Felizmente, tudo passou e o Exército seguiu, mercê dos que se dedicaram ao seu progresso, até a consciência de suas necessidades, até o estado que nos permite rir dos tempos de antanho, mas faz-nos sérios e apreensivos diante do que resta fazer.

Trabalhaste. Tens direito incontestável ao repouso. Outros, aqueles que, contribuiste para formar, têm agora o dever de fazê-lo continuar a avançar.

Nós, porém, contamos ainda contigo se houver amanhã uma campanha!

Oração proferida pelo Cel. Orozimbo Martins Pereira, em agradecimento.

— O caráter extraordinário e impar desta homenagem, é mais que bastante para justificar a extrema comoção de que me acho possuído, neste momento.

— Honra-me sobremodo a presença nesta festa de camaradagem, oferecida por amigos e antigos alunos a um velho camarada que se recolhe à sombra da inatividade, dos representantes dos Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, do Exmo. Sr. General Cmt. da 4.^a Região Militar e do Cmt. do 4.^a R.C.D., Regimento no qual exercei meu último comando.

— Tocaram-me, profundamente, os bondosos conceitos com que acabou de se referir à minha apagada personalidade, o nosso talentoso, culto e brilhante intérprete — meu velho amigo e companheiro de sonhos e de lutas por um Exército cada vez mais forte, mais disciplinado e mais eficiente — o Cel. João Baptista de Magalhães.

— Esta carinhosa demonstração de afeto e de camaradagem eu a recebo, meus camaradas, como o mais valioso prémio que me fosse dado aspirar, ao encerrar minha carreira e, por esta razão, sinto plenamente compensados todos os esforços que, honestamente, dispendi, no decorrer dos meus trabalhosos 40 anos de serviço.

— Como éste quasi meio século correu ligeiro !

— Relanceando o olhar por sobre vós e, reveremorando o passado, revejo a todos emoldurando várias etapas da minha carreira:

— Primeiramente — vislumbro alguns dos meus velhos colegas de estudos e de sonhos, nos bancos da saudosa Escola Militar; — após, companheiros de glórias desportivas, nos belos tempos de subalterno, quando — plenos de ânsia de evolução e sem dispôr ainda, de segura orientação — procurávamos, por nossa própria iniciativa, ensaiar os primeiros passos no conhecimento dos justos procedimentos táticos e malabaravamo-nos a maior parte do nosso tempo no cultivo do hipismo e em competições desportivas ! Evóco, neste momento, os saudosos 8 anos passados — como aspirante e 2.^a Tenente — neste velho e querido 1.^o R.C.D. — Regimento onde iniciei minha carreira de oficial e, sob cujo teto, por nínia gentileza dos meus bondosos Camaradas, me é prestada tão carinhosa homenagem !

— Depois — revejo antigos alunos meus, na Escola Militar, hoje destacados e brilhantes Oficiais !

Guardo comigo a satisfação e o orgulho de ter tido a ventura de cooperar na formação, tanto do seu espírito como da sua cultura militar e, ainda — de tê-los, a todos, como bons, sinceros e leais amigos !

— Evoluida e terminada a Grande Guerra (914-918) chegava ao Brasil a M. M. F., contratada para instruir nosso Exército.

A febre de evolução que dominava a jovem oficialidade do meu tempo, encontrou, então, o almejado ambiente e sua ânsia de aperfeiçoamento profissional foi plenamente satisfeita nas novas Escolas orientadas pela Missão.

— Muitos dos meus antigos colegas de estudos, de então, aqui se encontram hoje, demonstrando sua simpatia e seu apreço pelo antigo camarada que se afasta !

Feitos os meus cursos de Aperfeiçoamento e de Estado-Maior, tive meus serviços chamados, primeiramente — para o exercício das funções de adjunto do curso de Tática de Cavalaria na E.E.M.; dois anos após — das funções de Sub-Diretor do ensino da E.C., em substituição ao saudoso Mestre Cmt. Colin e, sob o comando do presado amigo aqui presente — General Valentim Benicio; — mais tarde, em 1935 e em 1937, para a chefia do curso de Tática de Cavalaria da E.E.M.

— Na decorrência do exercício de todas essas árduas funções, tive a ventura de reencontrar muitos dos meus antigos alunos dos tempos em que fui instrutor da Escola Militar e, novamente — a oportunidade de

poder influir: — primeiro, no seu aperfeiçoamento profissional e, depois, na formação da sua mentalidade de futuros chefes.

— Muitos deles aqui estão presentes, afirmando-me, com seu delicado gesto que minha passagem por aquelas funções deixou ponderáveis traços!

— Alongando mais o olhar, distingo Camaradas que comigo cursaram a E.E.M., que foram meus colegas no professorado da mesma Escola e, alguns que comigo serviram no E.M.E.

— Comove-me a demonstração de simpatia, de consideração e de afeto que concretizam com a fidalguia do seu gesto.

— A presença de tão distinguidos Chefes e de tão brilhantes Oficiais, dá-me a certeza de que — em todos os escalões e por toda a parte onde exercei minhas atividades — só deixei amigos.

— Perguntam-me, surpreendidos, os meus camaradas e amigos, a razão por que — tão inesperadamente, decidi encerrar minha carreira, acolhendo-me à sombra da inatividade, quando aparentemente, ainda tão moço e, possuindo já todos os requisitos para aspirar ao Generalato e, mais o Curso de Alto Comando.

— É meu dever dar-lhes uma explicação e, esta, será a mesma que ofereci ao Exmo. Sr. Gen. Ministro da Guerra, ao apresentar meu requerimento solicitando passagem para a reserva, explicação que, a S. Ex., pareceu de todo o ponto justa:

— Após 40 anos de honestos e leais serviços prestados à Nação, no decorrer dos quais, empenhei sempre e exclusivamente em benefício do Exército, tôdas as minhas energias — físicas, morais e intelectuais — encontrei-me, após uma carreira mal sucedida, já com quasi 56 anos, no posto de Coronel, relativamente moderno, tendo de aguardar, talvez, 2, 3 ou mais anos para atingir o posto de General; isso — na hipótese de que tal posto fosse por mim atingido.

— Admitida tal hipótese (mesmo contrariando o princípio: **admitir sempre a peior hipótese**) — estaria eu, então, beirando os 60 anos e, certamente, já um tanto desfalcado nas minhas reservas físicas e, por isso mesmo, talvez impossibilitado de exercer as funções inherentes ao importante posto de General nas condições por mim desejadas; isto é — nas condições em que exercei as correspondentes aos diferentes postos da minha carreira, até Coronel.

— Pesando minhas possibilidades de acesso e, tendo em vista as qualidades indispensáveis ao exercício das funções de General:

— **Energia física**, perfeita — permitindo trabalhar dia e noite, jornadas inteiras à fio, sem descanso;

- Grande capacidade profissional, exercitada sempre e cada vez mais na pronta tomada de decisões permitindo solucionar casos que, na guerra, se sucedem vertiginosamente;
- Energia moral, capaz de sobrepor-se à vertiginosidade e ao peso dos acontecimentos, pois que, sem ela — é impossível dominá-los e vencê-los; e

comparando tais qualidades com as possibilidades com que poderia eu contar, ao atingir o Generalato, daqui a 2, 3 ou 4 anos, conclui que — se bem que, tanto minha energia moral como minha capacidade profissional deveriam estar cada vez mais sólidas, certamente o mesmo não poderia acontecer no respeitante às minhas energias físicas, fatalmente abaladas pela tirania dos anos, não mais podendo, a meu ver, corresponder às exigências do desempenho das funções de General;

— Assim, convenci-me de que — a única decisão a ser por mim tomada, seria solicitar minha passagem para a reserva, o que fiz.

— E' que, julguei isso preferível a aguardar, beatificamente, uma das duas soluções que, fatalmente, viriam encerrar o meu caso pessoal:

- a) Ser promovido a general quando já velho e esgotado, não podendo mais encarar as responsabilidades do posto com o mesmo entusiasmo e eficiência que caracterizam o desempenho das funções correspondentes aos meus postos anteriores, desde Aspirante até Coronel.
- b) Ser atingido pela compulsória, no posto de Coronel, sem qualquer compensação que, pelo menos, revertesse em benefício da minha Família.

— Ante tão cruel dilema e, tendo sido baixado o Decreto-lei n.º 2.567 de 6 de Setembro, último, concedendo vantagens aos Coroneis com mais de 35 anos de serviço que quizessem passar para a reserva, não tive a menor dúvida em aproveitar a oportunidade que se me oferecia.

Eis aí, meus camaradas e amigos, expostas, com toda a sinceridade, as razões do meu gesto.

Estou satisfeito comigo mesmo, por ter, após um frio raciocínio e tremenda luta contra meus próprios sentimentos, obtido uma completa vitória sobre eles e, por estar convicto de que, assim, prestei mais um serviço ao Exército, deixando a outro que reuna a plenitude das qualidades desejadas, a possibilidade de atingir o generalato.

— Julgo interessante, nesta altura, fazer referência a dois fatos que são do conhecimento de alguns de vós e que evidenciam a coerência do meu atual procedimento:

1.^o — Quando ainda moço, na época em que participava ativamente das competições hípicas, em plena fase dos meus sucessos e no apogeu da minha forma física, pressenti, após 20 anos de ininterruptas atividades, que era chegado o momento de me retirar de tais competições, antes que a lei fatal da evolução viesse influir, com sua tirania na minha atuação, fazendo com que meus esforços, até então compensados com brilhantes êxitos, passassem a ser coroados com insucessos.

2.^o — No decorrer do tempo em que tive a ventura de instruir, quer na Escola Militar, quer na Escola de Cavalaria e, quer ainda, na Escola de Estado Maior — preguei sempre a necessidade da manutenção de quadros moços no Exército, particularmente nos postos em que maiores são as responsabilidades.

— Sou, pois, nesta emergência, coerente com o meu passado.

E' certo que me retiro das atividades do Exércitoinda na plena posse das minhas energias e em plena fase de produção e de eficiência.

E' que não desejo prestar a Ele, o desserviço de suportar o peso morto da minha presença na atividade quando declinarem minhas possibilidades.

Bem podeis avaliar a intensidade do meu sofrimento ao abandonar a vida ativa, quando minhas energias — físicas, morais e intelectuais, fazem, ainda, vibrar meu entusiasmo tal e qual como nos meus belos e saudosos tempos de Tenente!

Camarádas.

Esta extraordinária homenagem que vossa bondade decidiu proporcionar-me, é bem uma prova de que soubestes compreender as razões do meu gesto!

Ela significa, para mim, que compreendestes também, que não passei para a reserva visando acolher-me à sombra de uma inatividade ociosa e estéril.

— E' meu desejo e, espero que Deus me dê forças para tanto, aproveitar os conhecimentos e a experiência que adquiri, numa longa vida ativa, inteiramente consagrada à profissão e, com o cabedal reunido — elaborar uma série de trabalhos profissionais úteis aos jovens camaradas da tropa, visando, particularmente, seu aperfeiçoamento — quer como instrutores, quer como chefes.

— Além disso e, conforme é do meu dever — estarei sempre alerta e pronto para, em quaisquer circunstâncias condizentes com os interesses e com a defesa do Brasil e das suas instituições — prestar os serviços que meus Chefes julgarem me devam ser atribuídos.

— Mão grado ter encerrado minha carreira, sinto-me bastante feliz, neste momento, ao sentir minha desvaliosa personalidade cercada pela consideração dos meus Chefes e pela amizade dos meus Camaradas.

— E' pois, profundamente comovido que agradeço a magnifica e carinhosa demonstração de afeto que vossa gentileza e vosso sentimento de camaradagem decidiram proporcionar ao desvalioso camarada que, voluntariamente se retira para a massa da reserva; demonstração que — pelo seu caráter singular — vale, para mim, muito mais que qualquer outra compensação!

— Sensibiliza-me, igualmente, o fato dela ser realizada sob o teto d'este inesquecível Regimento — no qual iniciei minhas primeiras atividades de oficial e, do qual, guardo as mais agradáveis recordações!

— Agradeço pois às altas autoridades aqui representadas e, a vós, meus Chefes, Camaradas e amigos, a extraordinária homenagem com que acabo de ser honrado.

— Ficai certos de que jamais a olvidarei e de que a recebo como um valioso prêmio, suficiente — por si só — para compensar todos os esforços que despendi nos meus trabalhosos 40 anos de serviço; de que, ela me servirá de estímulo para, mesmo como *inativo* — continuar a contribuir, na medida das minhas forças, para o aperfeiçoamento profissional dos quadros do nosso grande Exército, tendo sempre em mira os superiores imperativos da defesa d'este nosso grande, belo, magnífico e invejado Brasil e das suas livres instituições!

— Ficai certos, também, de que — a-pesar de naturalmente constriado com o meu afastamento das atividades desta carreira que tanto amo e à qual dediquei, exclusivamente, todas as minhas energias, durante 40 anos — sinto-me, ao mesmo tempo, de certo modo, feliz:

1.^o — porque estou convencido de que, na esfera das minhas atribuições, tudo empenhei no sentido de honrá-la e bem servi-la;

2.^o — porque esta demonstração de afeto que me proporcionais no momento em que me recolho à sombra da inatividade, constitue uma confortadora afirmação de que reconheceis como bons, os serviços que, honestamente, pude prestar ao Exército;

3.^o — finalmente — porque, pude, nas vésperas e no momento mesmo do meu afastamento, merecer do último Chefe sob cujas ordens tive a honra de servir — o Exmo. Sr. Gen. Christovam Barcellos, Cmt. da 4.^a Região Militar, as mais confortadoras referências que jamais receivedi em toda a minha longa e trabalhosa carreira. El-las:

A) — Referentes às Manobras de Outubro, no Vale do Paraíba:

"No decorrer das manobras do Vale do Paraíba, ora terminadas — o 4.^a R.C.D. teve a feliz oportunidade de patentear a sua aprimorada preparação militar, a alma nobre e viril da Cavalaria, mostrando mais uma vez, aos olhos de todos, como é necessária, útil e imprescindível nos nossos campos de operações, esta Arma que tanto tem de impávida como

nobre, tanto de audácia como de prudência, tanto de perseverança como sentimento e sacrifício.

Mas, a Cavalaria é uma Arma que precisa ter à sua frente um Chefe com sua alma, com seus impetos, com sua sensibilidade.

E o 4. R.C.D. teve esse Chefe !

— O Cel. Orozimbo Martins Pereira foi bem um Chefe de Cavalaria — entusiasta, enérgico, vivaz, pronto de decisão e de ação. Colocou em acentuado destaque o seu Regimento que, se em operações de guerra, sob o comando do nosso atual Ministro, revelou-se unidade combativa e valerosa, nas manobras, ostentou o seu alto grão de instrução, de disciplina e de eficiência.

O Cel. Orozimbo deu tudo de sua dedicação e competência profissional, de sua inteligência e alma de cavalariano, para a conquista de laurais de imarrecíveis êxitos para a sua Arma e para a nossa D.I.

Ele e sua brilhante oficialidade tornaram-se credores da minha maior estima e crescente apreço.

Ao meu caro companheiro de Arma e velho amigo, efusivas felicitações e meus melhores louvores".

E) — Referentes à minha passagem para a reserva:

“Por Decreto de 7 do corrente, foi o Cel. Orozimbo Martins Pereira, a pedido, transferido para a reserva

Não posso deixar de tornar público o meu profundo pesar pelo afastamento do Cel. Orozimbo, cuja vida inteiramente consagrada ao Exército e carreira sempre brilhante, levava-nos a vê-lo nos últimos postos, como um Chefe dos mais capazes.

— Não sabemos porque procurou a sombra de uma inatividade, um espírito tão resplandente, de tanta vida e tanta imaginação.

— Inteligência sempre alerça para as causas do Exército, alma que foi sempre vibração pela Cavalaria e pela profissão; tudo no Cel. Orozimbo é vida, é entusiasmo, é devotamento e foi sempre servir.

Por que buscou um descanso, para nós tão prematuro ?

— Interesses — não, para quem sempre viveu por um ideal;

— desenganos — não o seria para o seu espírito forte, para a sua alma de soldado entusiasta, animado pela chama de uma explendida vocação.

— Se pelo estado de saúde faremos votos para o seu completo restabelecimento, pois a Pátria o tem como um filho amantíssimo e o Exército — como um servidor pronto a acudir os apelos à sua esclarecida inteligência, ao seu coração de soldado e aos sentimentos de patriotismo que não extinguem em quem foi sempre um vibrante exemplo de devotamento e de amor à profissão e ao Brasil.

— Quaisquer que sejam os motivos do seu afastamento, o seu pensamento e o coração estarão voltados para o Exército e destinos da Pátria.

Surpreendido por essa deliberação do meu presado camarada e velho amigo, tenho certeza que, a sombra que procurou em plena radiosidade de uma vida militar fulgurante, não o envolverá no esquecimento; como ele, dela não se servirá para eximir-se dos vínculos que o prendem à classe que muito amou e tanto o estima.

A sua passagem no Comando do 4º R.C.D. deixou traços impercetíveis da operosidade, da vivacidade de sua inteligência, cultura profissional, grande bondade e sentimentos de camaradagem.

— Ao agradecer as constantes provas de amizade e preciosa colaboração do meu velho companheiro de entusiasmo pela Arma e pela profissão, envio-lhe um grande e comovido abraço".

— Que outros prémios poderia um soldado aspirar ao encerrar sua carreira, que êstes que me foram proporcionados?

— E' pois, compreensível e mais que justificada, a profunda comoção de que me acho possuído, neste momento.

E', consequentemente, comovido ao extremo, que renovo meus melhores agradecimentos a todos — Chefes e Camaradas — que me distinguiram com tão valiosos prêmios. Muito obrigado!



Desafiando chuvas e ventos

Marchemos sem receio
por montes e vales, ao
vento e à chuva, plena-
men e corfiados

PEITORAL DE ANGICO PELO TENSE

o remedio maravilhoso para os resfriados, fúses, bronquitos e ronquidos
Encontra-se em todo o Brasil

CASA LOHNER S. A.

Fabricação de aparelhos

MEDICO-CIRURGICOS E DENTARIOS

Fornecedor da D. S. E.

Rio de Janeiro

- - -

São Paulo

Agentes e Representantes em todo o Brasil

O CONCEITO JURÍDICO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

DISCURSO PRONUNCIADO NA SOLENIDADE DO SERVIÇO MILITAR EM VITORIA

Pelo Dr. LINDOLPHO BARBOSA LIMA
Procurador regional da República
no Espírito Santo

O Dr. Lindolfo Barbosa Lima reune na sua personalidade a retidão e a serenidade do magistrado, a insociabilidade do sociólogo e a sensibilidade do artista nato.

Homem do ideal, o seu espírito sonha por melhor vida em sociedade onde domine a bondade e a justiça.

Homem do dever, a sua razão dobrase às contingências da vida real, em que impera a ambição das nações e paira o espírito da guerra, cruelo, trágico e funesto.

O seu estudo sobre o conceito jurídico das Forças Armadas aflora de suas concepções idealistas por força do sentimento de responsabilidade do homem público, no choque com os problemas concretos da vida social. Nele se encarna a compreensão que se encaminha por querer todos os esforços do país orientados não apenas para o seu engrandecimento mas principalmente em pró de sua conservação e de sua defesa. — T.A.A.

O chefe da 3.^a C. R. Ten.-Cel. Rosemíro de Freitas Marinho, escolheu-me para falar sobre a solenidade a que dais o realce da vossa presença.

Esse convite o acolhi sob o penhor da minha lealdade. Cumpre-me, pois, selar com o timbre da verdade o sentido real desta solenidade, como fato de exaltação da Pátria. Contudo, seja-me permitido roubar um momento ao magno assunto, para fazer certo relêvo pessoal de um de entre todos nós presentes, como homenagem às qualidades de um chefe militar.

O convite, com que me distinguiu o chefe da 3.^a C. R., o tive por uma ordem irrecusável, tal conceito me merece o honrado soldado que, nesta hora, preside os trabalhos de recruta-

mento militar nesta Circunscrição da República. Tanto mais grata a incumbência posta a meu cargo, quanto certo que a distinta oficialidade da 3.^a C. R. não discrepa do meu juízo sobre o outorgante do mandato em virtude do qual falo. Dest'arte, quero acentuar que meu pensamento não se mede pela subordinação à oferta da outorga, deprimindo-a na essência da sua espontaneidade. Ao contrário, tem o preço de estimativa moral da representação desta Circunscrição, onde tanto impera a cordialidade, como a disciplina impera: sintoma de harmonia, preságio de nobreza do sentimento, indício de efeitos benéficos do trabalho coordenado, que gera a força representativa do pequeno núcleo de cabeças dirigentes do serviço de recrutamento neste Departamento da Federação Brasileira.

Não terá atingido a perfeição o trabalho da 3.^a C. R., que se não supõe o tipo modelar das congêneres no cumprimento do dever de servir fielmente à Nação. Aqui, como nos demais Estados da República, há falhas no serviço, mas estas só quanto aos imprevistos de cada dia e com relação aos meios de atividade, falhos na sua acepção de desdobramento da ação de superfície, de natureza mecânica, por falta, muitas vezes, de propulsão natural dos métodos práticos do trabalho, em virtude do acúmulo das funções que exigem, por sua vez, direção especial de capacidade técnica, ao passo que as cabeças responsáveis são bem poucas para dirigir com precisão os diversos setores desta Administração Militar.

Uma Circunscrição de Recrutamento — com suas diversas seções, sua tesouraria, seu arquivo, seu serviço secreto, suas constantes relações com o meio civil e o militar, sua interdependência da ordem hierárquica e meio governamental, sua Junta de encargo jurídico da situação dos alistados e sorteados, e, finalmente com a coordenação de seus serviços interno e externo, qual o da fiscalização dos diversos órgãos do alistamento, sob todos os aspectos de sua expansão — constitue um conjunto administrativo de múltiplas faces, cujo centro de gravidade só se mantém pela influência superior da voz do comando. Aqui, porém, ao pé da realidade, acontece que,

sendo exiguo o número de oficiais, é muito o que se faz e não menos do que seria possível se fizesse.

Esse êxito — a cavaleiro da situação de fato — atesta-o a expressão de um comando sereno que sabe se equilibrar entre a razão imperiosa dos fatos e a evidência de uma contribuição que multiplica as ordens e os cálculos de projeção da força e do prestígio dêsse comando.

Eis o espírito de camaradagem e de ordem da 3.^a C. R.

Partamos porém, dêste âmbito estreito da agitação quotidiana, monótona, de alguns cérebros e vejamo-lo para mais longe, no cenário uniforme da organização, de conceito atual, do Exército Brasileiro, dentro do grande mundo da República.

Não vos detenho diante do fato incolor do sorteio sob seu aspecto mecânico, que, positivamente, só nos oferece um conceito de manifestação interior — o que sentimos através da objetiva emocional daqueles, em tão grande número ausentes de nós, submetidos ao sorteio e, que por força dêste, à mercê de um simples movimento com que lhes atira o destino a luva da sorte.

O assunto em fôco revive sempre a memória do governo do Marechal Hermes da Fonseca ao qual deve o país a organização democrática do Exército, no tocante à contribuição de todos para o serviço militar obrigatório mediante sorteio, em cuja consequência deve cada cidadão se saber soldado, qual guerreiro de elmo a plumo e lança em riste pronto para a investida de defesa da soberania da Nação.

Já não se me ajusta tanto à mente — permiti vos diga — o estilo das arrancadas épicas do pensamento. Mas, na verdade, de tanto não exclui o imperativo do ideal, principalmente dêsse ideal tantas vezes sublime da grandeza espiritual da Pátria, não libertada, como todos os povos do planeta, da necessidade de manter forças armadas em face das injunções da guerra, embora o paradoxal contraste da civilização vista diante das mais surpreendentes descobertas científicas que o despudor dessa mesma civilização explora como elemento de destruição do homem, dos povos, da humanidade.

Não fôra — é certo, não ha negá-lo o aceno único da esperança de vitória das armas de defesa da liberdade dos povos, o homem teria já a certeza plena de sepultar-se nas sombras dessa civilização, que veio se postergar a si mesma no crime dos golpes feros da surpresa e da traição, conduzida, nos seus requintes de involução, pela filosofia do cinismo, guiada nas suas realizações de conquista pela ambição incontida da instituição de novos impérios e, por fim, autoposiada no flagrante impudico de sua própria nudez, tentando reduzir o homem ao automatismo da própria alma, roubada, vilipendiada, estigmatizada a liberdade espiritual das nações.

Os enlevoes da oratória, pois, já não arrebatam mais para as regiões azues do sonho e da ilusão, como quando dos tempos em que o homem, feliz, calmo, despreocupado, podia sonhar e ter em repouso a mente e o coração.

Esse homem do sonho e da ilusão desapareceu, não existe mais. Hoje, o homem é outro; tomado da inquietação de espírito, é aquele cuja palavra e pensamento têm o ritmo dos efeitos trágicos da guerra.

De fato, a realidade é cruciante: o clangor das armas está por toda a parte. Os homens e os povos já não têm o dia e a noite para o trabalho e para o repouso. Outro é o aspecto da vida: a realidade mundial é a da guerra.

Por sobre as obras fundamentais de maior relevo dos tempos passa o espetro da morte, como o relâmpago das tempestades.

Sopram ventos furiosos de ameaça aos destinos de paz do mundo inteiro. Ventos impetuosos das iras dantescas uivam pela boca das granadas de alto poder mortífero, num movimento ciclópico de destruição das nações inteiras, que se reduzem a cinzas...

Comanda o furor da hecatombe o espírito do terror.

Nunca a humanidade assistira a destroços tamanhos da vida: nunca a humanidade assistira a sucessos assim tão infastos, tão cruentos, tão trágicos, tão funestos. A realidade do poder da força só se opõe a realidade de uma força maior.

Inevitável, portanto, cuide seriamente cada povo de sua completa organização militar e da eficiência de seus exércitos.

País pacifista, não obstante, o Brasil precisa de bases seguras de resistência militar concreta de capacidade de defesa contra os atentados da brutalidade, ora convertidos em princípio de força e de conquista a título de padrão de civilização nova da humanidade.

Eis que em bôa hora sancionou o governo da República a lei do serviço militar obrigatório, que a todos obriga e a ninguém excusa, postos em pé de igualdade todos os cidadãos capazes, forma essa de recrutamento que vem servir de advento da organização impressionante da nacionalidade para os possíveis embates da guerra, que ameaça, qual convulsão fatal, o mundo inteiro.

Ao contrário do senso de repulsa geral do sorteio militar, este teve para logo a virtude de extinguir o mal que residia na espécie descentralizada, do meio social brasileiro, do soldado profissional, embora quasi sempre este cheio do valor inconsciente da sua coragem, que também se manifestava, negativamente, pelo prisma da indisciplina e da insubordinação, negação assim manifesta das virtudes da ordem pública.

De fato, as fileiras do Exército eram, d'antes, profissionais, fato que perdura na existência das fileiras profissionais das praças razas das Polícias Militares, que precisam de ser transformadas em valores da cidadania, integradas, assim, o conceito dos destinos humanos da sociedade.

O serviço militar obrigatório, no seu conceito de doutrina de princípios democráticos, exclui a organização de força armada de fileiras razas profissionais. De fato, estranha é a concepção de ordem democrática das fileiras razas do Exército e ao critério de unidade eficiente das forças armadas a existência de fileiras razas de soldados profissionais. Isto posto, reservas do Exército Nacional, forças auxiliares do Exército Nacional, as Polícias Militares deviam ser integradas a organização democrática do serviço militar obrigatório,

fundidas no próprio espírito de ordem do Exército Nacional, segundo o imperativo da lei que teve por fim e efeito extinguir a classe da praça mercenária e restituir ao soldado a sua qualidade precípua de cidadão consciente do seu dever para com a Nação.

Só dessa forma, creio, se poderia atingir o ideal de um comando único eficiente de todas as forças de terra da Nação, unidas num só corpo, numa só alma e num espírito único, num regime de disciplina e de ordem, num regime único de eficiência da nossa organização militar.

O serviço militar obrigatório é, sob esse aspecto de sã doutrina democrática, a instituição orgânica da defesa solidária da República. A esta altura chega a instituição e mais alto ainda se levanta, nesta hora, em que cada homem deve ser de fato um verdadeiro soldado, por isto mesmo que a razão da consciência livre dos povos não tem mais o conceito da política humana entre as nações !

Impõe-se a formação de nova mentalidade do soldado.

Modificou-se o conceito de força dos exércitos: não se entende mais a ação dos exércitos isolada da ação em conjunto das forças humanas de uma nação. A função do operário, que produz o material bélico e do lavrador que deita a semente ao chão não se distingue mais da do soldado que empunha a arma de combate no mar, em terra e no ar.

O conceito da força toma, sugestivamente, a sua última forma palpitante de expressão: é a tendência de manifestação final da falsa civilização das formas convencionais da violência, moduladas pelo ritmo destes novos tempos de conquistas da guerra. Portanto, o serviço militar obrigatório, que, segundo o espírito da lei, estende a mão por sobre todos, sem a ninguém excetuar, deve trazer com a realidade prática da sua força o timbre característico da solidariedade absoluta a todo preço. Só a caserna, pois, pode formar o soldado de que precisa o país: essa necessidade viva clama, em verdade, pela unidade de espírito de todas as forças armadas, num conjunto único marcial de consciência nacional.

O estilo de literatura de fantasias é inócuo: o estilo do pensador deve ser de clareza meridiana e sincera, deve ser de opinião.

O estilo literário de visão exterior da Pátria, já não se ajusta também ao momento crítico que atravessa o mundo. Empolga-nos, por certo, o aspecto maravilhoso das nossas cordilheiras e das nossas florestas, da riqueza do nosso sub-solo, das alvoradas e dos crepusculos do norte, do sul, do leste e de oeste, qual gama colorida dos soluços musicais e dos suspiros sonoros da nossa alma, assim como nos embevece o sussurro das águas rumorejantes do regato, que inspirou a poesia da nossa mocidade. Mas a civilização do sentimento fictício, que fez do coração do homem o ritmo das pancadas da inquietação do espírito, nos roubou aos encantos da vida simples à moda dos tempos patriarcais.

A realidade é bem outra: é a da experiência de crueis provações que jogam com a vida para os abismos da tragédia!

O tema lançado nestas proporções é vasto: forçoso é reduzi-lo à síntese dos termos do assunto em fóco.

Tão dura verdade dos fatos da atualidade humana impõe a concepção de uma pátria emoldurada nos rasgos e nos vôos dos arremessos de granito. A essa pátria é de vê-la na consubstanciação de todas as forças vitais da nacionalidade pelo prisma do seu conceito de virtudes da alma, pela feição interior do seu passado, da sua história, e das suas tradições, qual fato de condensação espiritual das energias humanas de feição da consciência histórica e do determinismo de evolução do espírito nacional.

A essa pátria é de vê-la pelo prisma da evolução humana, conceituada na forma da atualidade histórica, una e indivisível, sob pena de sua dissolução, talvez, em momento de guerra, como aconteceu desgraçadamente à França, essa eleita do pensamento, hoje sob o tripudio da escravidão!

Eis a minha conclusão: o soldado é o povo, como o cidadão é a pátria, o povo e a pátria tidos como conceito humano da consciência disciplinada.

Sobre essa consciência disciplinada da atualidade, segundo aquele conceito de pátria cai o reflexo aurifulgente da imortalidade dos nossos heróis.

Nosso passado tem páginas de ouro, nosso passado abunda em exemplos do valor espiritual do homem: invoquemos, nesta hora, esse valor espiritual do padrão de consciência histórica da Nação.

Nossa história militar tem facetas imarcessíveis à estrutura de granito.

O monumento espiritual de suas memoráveis tradições reponta em perfis de destaque famosos desde a coragem da gente brava das fileiras razas até o conceito épico dos comandos em chefe.

Confundem-se, na verdade, os feitos e os homens na epopeia do valor e da glória: esse valor e essa glória confundem-se, sintéticamente, na decisão incomparável de Barroso e na bravura sem par de Marcellio Dias; no arrôjo de Osorio e na intrepidez calma de Antônio João; na dedicação indescritível de Poty e no ardor guerreiro insaciável de Henrique Dias; na impetuosidade marcial de Maria Quiteria e na arte épica intangível do Duque de Caxias, o gênio Militar da raça.

Essa representação heróica do amor e da honra da Pátria, guarda-a o bronze imperecível da nossa história: esse o padrão de consciência histórica das gerações.

Eis o rumo apontado àqueles que tem a correr nas veias o sangue dos nossos heróis, cujo espírito não pode ser desmentido sem a nossa deshonra.

Soldados do Brasil, eis o evangelho do verdadeiro patriotismo.

**Serralheria Artística - Construções Metalicas.
Esquadrias Metalicas - Venezianas de enrolar.**

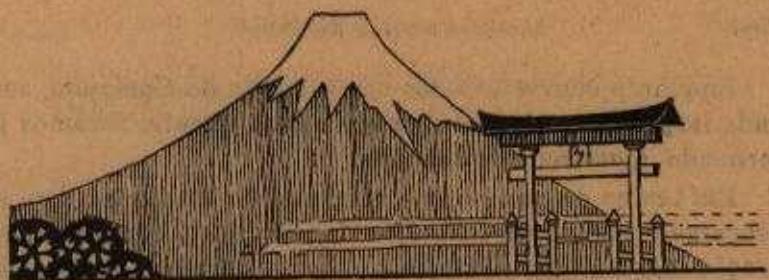
Empreza Metalurgica

L. Castier, Ltda.

Rua Annibal Benevolo, 99/107 (antiga D. JULIA)

Fone: 22-8846

RIO DE JANEIRO



Algumas Visitas no Japão

Ten.-Cel. LIMA FIGUEIRÉDO

Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia.
Membro efetivo da National Geographic Society, de Washington,
e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense.

2.º Batalhão Ferroviário sediado em Tsudanuma (12-5-1939)

A 12 de Maio de 1939, em companhia do capitão Kabayama e do Sr. Ariyama do Ministério dos Estrangeiros, visitei o 2.º Regimento Ferroviário sediado em Tsudanuma, que fica cerca de uma hora de trem elétrico de Tóquio.

Fui recebido pelo tenente-coronel H. Hayase que em seu modesto gabinete me aguardava. Todos os edifícios do quartel são de madeira como, aliás, soem ser as demais construções do Exército. No gabinete do comando havia uma mesa com três cadeiras destinadas a receber os visitantes. A um canto encostada à parede existia outra mesa de madeira tóscas onde o comandante trabalha e assina o expediente. Pregados à parede uma série de programas de instrução e um gráfico mostrando o adiantamento da mesma e o rendimento da oficina.

O Regimento se compõe de:

- E. M.
- 3 Cias. iguais (150 aproximadamente).
- Uma secção de estudos.
- Uma secção de material e oficina.

Enquanto conversávamos no Gabinete do Comando, sorrindo largos goles de chá amargo e bem quente, fôramos já recebendo algumas informações.

Em tempo de paz servem ali cerca de 70 oficiais que se encarregam não só da instrução dos soldados, como da preparação dos futuros sub-oficiais ferroviários. A secção de estudo acima citada destina-se a isso. Os soldados que revelarem aptidão moral e intelectual, após completarem seu tempo de serviço, ficam mais um ano, preparando-se para o posto de sargento da ativa. Geralmente os candidatos chegam a este posto com 22 anos e poderão permanecer na caserna até a idade de 30 anos em tempo de paz. Se conseguirem atingir a graduação de jun-i (sub-tenente) servirão até a idade de 40 anos.

Todos os sub-oficiais poderão ingressar na Escola Militar, desde que sejam indicados pelo Cmt. do Corpo. Este faz a escolha depois de haver observado meticulosamente. Se o sub-oficial chega às idades acima citadas sem lograr ingressar na Escola Militar, é licenciado sem nenhum onus para o estado, sendo convocado em caso de guerra ou de grande manobra.

Aqui no Japão não tive a oportunidade de ver sargentos velhos que mal se podem pôr de pé, como sucede no Brasil. Devíamos adotar as mesmas medidas do exército japonês — *sargento com mais de trinta anos não pode ser sargento*. Mesmo os técnicos ficam sómente até a idade de 40 anos. Podem classificar esta medida de deshumana, porém é ela a mais adequada com os interesses da nação. No Brasil eu só vejo um caso do sargento ficar servindo a vida toda — quando ele servir nos contingentes de fronteiras com sua família e lá permanecer para sempre, como um elemento colonizador. Aqui não há sargentos reformados, nem famílias de sargentos recebendo do tesouro público.

Atrás do quartel há um excelente campo destinado à instrução que consta das seguintes partes:

- construção de uma linha Decauville.
- construção de uma linha normal

- montagem de pontes metálicas
- construção de pontes de madeira
- destruição das pontes e vias férreas
- montagem de estações
- instrução militar e geral.

No campo estava uma companhia destinada a fazer alguns exercícios para eu ver. Os oficiais e sargentos estavam armados de espada que ali era o sinal de comando e que se mantinha desembainhada durante todo o tempo do exercício.

O oficial comandante da companhia, com a tropa na posição de sentido, diz em voz alta o seu nome, quantos oficiais e soldados está comandando e qual o trabalho que vai fazer. O oficial mais graduado entre os que chegam responde o seu nome e diz-lhe que pode começar o exercício.

Estavam formados cerca de 150 homens. Todos vestiam culote e gandola creme tendo no pescoço uma espécie de gola acolchoada para proteger os ombros na ocasião de carregar os trilhos. Têm na cabeça o quepi com a jugular passada sob o pescoço; nas pernas tiras de pano caqui a guisa de perneiras e nos pés botas de couro.

Todas as manobras são feitas debaixo duma formidável gritaria, e, apesar da rudeza do trabalho, os movimentos são marciais para mostrar que os militares trabalham de modo diferente dos civis. Assim os trilhos são carregados em passo cadenciado e para jogá-los no chão, o último soldado dá uma voz de comando, todos se afastam rapidamente e a seção de trilho é deixada cair.

O primeiro exercício constava da construção de uma estrada Decauville. As características do material são as seguintes:

- Uma seção completa, com os dois trilhos e as respectivas travessas, pesa 180 kg. e tem 5 metros de comprimento, sendo transportada por seis homens, logo 30 kg. para cada um;
- Rampa máxima — 1/18.
- Raio máximo — 30 metros.

— Velocidade construção — 10 km por dia de 12 horas, inclusive a montagem de uma estação.

A construção da estrada é feita por três turmas. A primeira de cerca de 50 homens vai na frente preparando o terreno e balizando o eixo da estrada. A segunda vai empurrando um vagão carregado de seções de trilhos, colocando-as no chão e ligando-as com um só parafuso. A terceira seção faz a ligação das seções e torna a linha estável, calçando-a com terra.

Cada vagão conduz 30 seções ou $30 \times 180 = 5$ Ton. 400. As seções curvas já estão preparadas, de modo que pelo reconhecimento é fácil localizar o seu emprêgo, transportando-as no fim de tantos vagões de seções retas.

Terminado este exercício fui ver terminar a armação duma ponte desmontável. Tinha ela 30 metros de vão e na sua construção estavam trabalhando 150 homens. Constava a ponte de oito vigas metálicas em treliça. Sua construção completa demanda um dia inteiro de 12 horas. Foram largamente empregadas na China do Norte. Quando um lance estava bem destruído, porém os pegões intactos, era só acabar de jogar ao rio os escombros e montar a nova ponte. No fim de um dia o tráfego estava restabelecido. Mais tarde, se possível, a ponte era libertada, fazendo-se a definitiva, como aconteceu com a ponte sobre o rio Amarelo perto de Tsinan.

As instruções de montagem de pontes metálicas e de reparação de brechas nas mesmas deveriam merecer mais cuidado de nossa parte. Chego a dizer serem quasi a parte essencial da instrução da engenharia. A M.M.F. descuidou-se dessa parte. Parece-me que os mestres encarregados da instrução da minha arma não eram competentes. Guerriot fez-se militar durante a guerra, não tinha o traquejo da instrução durante o tempo de paz. Serviu quasi sempre em companhias de sapadores. Brigão era fraco. Vindo da infantaria, conhecia muita cousa acerca do emprêgo das transmissões, porém desconhecia os assuntos relativos à es-

pecialidade da arma. E assim a Engenharia, pelo que pude ver aqui, está erradíssima na sua instrução.

Desejei saber quantos metros de ponte desmontável havia por regimento ferroviário. O oficial que me acompanhava, respondeu-me que era variável, mas que infelizmente não podia dar-me os limites...

A mesma tropa que fez o primeiro exercício já estava em outro local para construir uma via férrea normal de bitola estreita.

O número de homens era o mesmo, porém havia sete turmas de construção.

Cada trilho isolado tinha 10 metros de comprimento e pesava 400 Kg. Na China o peso dos trilhos varia de 300 a 500 kg.

Os trilhos são conduzidos em vagões. Os homens empurram-nos sobre dois rolos metálicos até que suas pontas anteriores atinjam uma espécie de cavalete de madeira. Uma vez o trilho na posição certa, deixam-no cair para ser fixado duma maneira rápida. A construção avança, enquanto a turma que vem atrás vai fazendo a consolidação da linha.

A velocidade de construção é de 2 km. por dia de 12 horas. A rampa máxima é de 1/100. O raio máximo é de 100 metros variando com as locomotivas e os vagões.

O regimento tem suas locomotivas e, aproveitando a linha civil que corre ao lado, após entendimento com o Ministério das Comunicações, faz sua instrução de tráfego.

Terminado o exercício fomos assistir ao preparo da destruição duma ponte metálica. Com arame e petardos de madeira estava a instrução sendo conduzida com muito cuidado.

Aqui quero fazer outro reparo sobre o ensino de engenharia da M.M.F. É certo que fizemos muitos exercícios teóricos relativos a destruição das pontes. Praticamente só destruições ligeiras — pontes de cavaletes, estacas, tri-

lhos aramados... Nunca vi uma tropa colocar uma carga numa viga metálica e deixá-la em condições de ser destruída.

Há no parque do regimento vários tipos de vigas — geralmente todos os utilizados no Extremo Oriente. Ali os oficiais e soldados aprendem a fazer uma destruição de verdade. Talvez essa lacuna da nossa instrução resultasse em benefício, pois nas nossas guerras intestinas de 1924 para cá, todas as vezes que íamos fazer uma destruição a obra darte não caía — era facilmente escorada e no fim de algum tempo o tráfego restabelecido. (1)

Afinal fui visitar a oficina que é grande e bem montada. O Regimento já havia dado uma unidade que tomou o nome do seu comandante e estava combatendo na China. Deste modo algumas viaturas-oficinas ainda não foram repostas. Há, contudo, cinco caminhões-oficinas novinhos e com mais duas viaturas do mesmo tipo estará o novel batalhão pronto para ser empregado na luta.

Alem da grande oficina regimental que se encarrega de fazer e exercitar técnicos e de reparar o material de estrada de ferro do Exército, há ainda oficinas menores para as companhias.

Cada companhia tem seu depósito de material separado. Perguntei porque o Japão não empregava seus regimentos ferroviários nas construções de estradas civis. Responderam-me que outrora isto fôra feito, mas que ficou verificado que os oficiais e soldados perdião o espírito militar que é a base de todo o edifício dum exército. Agora só a instrução é cuidada e com isso muito tem ganho os que labutam naquela caserna, pois todos os anos surgem aperfeiçoamentos na instrução.

Acho que no Brasil a tropa que se emprega em trabalhos de natureza civil fica totalmente apaizanada. Como ficam também apaizanados os oficiais que servem nas Diretorias de Engenharia e Serviços Regionais por longo tem-

(1) A ponte da via férrea entre Ourinhos e Salto Grande (1924) é um exemplo — Nota da secretaria.

o, como estava sucedendo. Somos antes de tudo soldados, depois técnicos. A instrução no Exército Japonês é toda desenvolvida de maneira que faça surgir no ânimo do soldado o espírito ofensivo. Assim, quando assistiamos ao exercício de preparação duma destruição, o Capitão Comandante da Companhia acentuou que aquilo não era ensinado com o fito de destruir uma ponte para fugir e sim para correr a retaguarda do inimigo, como tem sucedido várias vezes a China.

E' assim que se prepara "carne para canhão" — dando-lhe eficiência e sentimento ofensivo.

ESCOLA DE INFANTARIA

SHIBA

A Escola e o Regimento que lhe é anexo formam um conjunto comandado pelo General de Divisão Honda, sendo sub-comandante um General de Brigada.

Com a guerra o número de alunos aumentou consideravelmente, chegando a quasi mil, pelo contrário a quantidade de instrutores ao todo — Escola e Regimento que era de 100 caiu a 60.

A instrução é diária, das 8 às 16 horas. Não havendo descanso nem aos domingos que eram antes da guerra considerados como dias de folga. Os oficiais almoçam no estabelecimento pagando cada qual sua refeição.

O instrutor não tem gratificação especial, nem seu serviço é considerado mais importante que o da tropa.

Há alguns oficiais superiores, que não estão bem senhores da sua profissão, fazendo um curso especial. Para êstes todo o assunto é ensinado por meio de conferências, para serem depois aplicados nos témias.

Para os capitães e tenentes começam o estudo com casos concretos e vão explicando a doutrina no decorrer dos mesmos.

Terminado o curso o oficial volta para seu regimento.

Nas proximidades da Escola fica a de Carros de Combate, a fim de que possa haver um entrozamento perfeito entre a infantaria e os engenhos mecanizados.

Para as duas escolas e o regimento há um enorme campo de instrução com excelentes linhas de tiro para todo o armamento do infante.

Na linha de tiros para metralhadoras assisti a realização de vários exercícios. Um dêles consistia em derrubar vários alvos metálicos dum só rajada ceifante. Vi atiradores derrubarem todos os seis alvos dum a distância de 200 metros.

Com a metralhadora fixa a 500 metros fizeram tiros para mostrar a percentagem e a dispersão. Esta foi ótima e aquela foi de 29 impactos em 36 tiros. A arma com que fizeram este tiro foi oferecida ao Exército Brasileiro.

Compareci a um exercício com lança-granadas, dois dos quais trouxe comigo para o Exército. Em um grupo de 10 homens, 5 estavam com o fuzil e os outros 5, com lança-granadas.

O homem que leva o lança-granadas deita-se no chão e coloca sua arma fazendo um ângulo de 45° com o terreno. O homem do fuzil fica à sua esquerda e efetua o carregamento colocando a granada no bocal. O lança-granada é carregado com a mão direita.

O alcance máximo foi de 670 metros. A 250 metros fizeram excelentes concentrações.

Empregando tipos de granadas especiais foi feito o balizamento de dia por intermédio de paraquedas de papel fino que saiam de dentro da granada.

Visitei o canil da Escola, pois o adestramento e criação dos cães-estafetas ficam ao seu cargo. Animais maravilhosos. Fazem ordem unida e instrução de combate. Na ordem unida executam movimentos de acordo com o que é executado pelo seu dono.

Há ainda na Escola um plano relêvo com um sistema de iluminação engenhoso, para mostrar a influência da luz na

valiação das distâncias. Dentro da sala êles tinham, com imples comutadores: o arrebol, alta madrugada, o luar, dia huvoso, etc..

Sai da Escola ôtimamente impressionado, apesar das suas modestas instalações quanto ao edifício e mobiliário.

ESCOLA DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

IOTSUKAIDO

Estava sendo comandada pelo General de Brigada zeki.

Foi fundada há 54 anos passados com o nome de "Escola de Tiro". Em 1900 mudou-se para o local que atualmente ocupa.

Em 1922 recebeu o nome de "Escola de Artilharia de Campanha".

Tem por fim a instrução dos oficiais de artilharia e a pesquisa de tudo quanto disser respeito à instrução e ao material de artilharia.

Possue seis classes de alunos, cada um com 30 oficiais ou sub-oficiais.

Há um regimento de artilharia anexo à Escola, com canhões de 75, 105 e 150 mm. No conjunto Escola-Regimento há mais ou menos 90 oficiais.

Os soldados e sargentos do Regimento são enviados pelos Regimentos de Artilharia que selecionam os candidatos.

Há um departamento de material onde há cortes e peças de canhões desmontados, as quais servem para pesquisas e estudos aos alunos.

Horário. Das 8 às 11,30 e das 12,30 às 16,30, diariamente inclusive aos domingos.

Não há trabalho a domicílio. Tudo é feito na Escola.

Antes do conflito, quando o Governo Chinês estava em boas graças com o Japão, os oficiais do exército da China vinham cursar naquela escola em número que variava de 5 a 10, chegando mesmo, uma vez, a 30 alunos.

Atualmente há oficiais dos exércitos mandchú tirando o curso.

A tendência na artilharia é para a especialização. Os corpos de tropa enviam seus oficiais para a Escola, e, uma vez o curso terminado, voltam para seus corpos. A transferência de oficiais duma espécie de artilharia para outra é feita em número muito reduzido — quasi não existe.

O número de alunos instruídos na Escola a partir de 1922 orça por 5.000.

No ano de 1939 os oficiais da reserva começaram a ser chamados para tirar o curso de aperfeiçoamento.

Antigamente os oficiais da reserva eram feitos nos corpos de tropa, como já tivemos oportunidade de dizer. Agora, por ordenança imperial de 26 de Março de 1938 foi creada a "Rikugan Yobi Shiban Gakko" (Escola de Oficiais da Reserva), com o curso de um ano findo o qual, vão aperfeiçoar-se nas escolas das armas.

Os tiros são de duas espécies:

1 — Executados numa sala, onde, sob um plano relévo em tela, há um maquinismo elétrico complicado que permite luzes, imitando qualquer hora do dia ou da noite. Os tiros são feitos por meio de pequeninas lâmpadas e a fumaça é obtida por meio dum engenhoso aparelho de soprar. O vento é conseguido com ventiladores.

2 — No exterior, em uma caixa de areia onde há uma miniatura do campo de instrução que permite tiros até 7.000 metros.

ESCOLA DE CAVALARIA

HUNABASHI

O Comandante era o General de Divisão Ishida e o Sub-comandante o General de Brigada Sakuma.

A cavalaria está passando por grande transformação. Pensam mecanizá-la na proporção de 4 por 1, isto é um regimento terá 4 esquadrões de cavalaria para um esquadrão de carros.

Cada esquadrão tem 12 canhões anti-tanks que vêm em ma dum retrorem duma viatura. Sobem e descem facilmente mercê da articulação da flexa de engate que abre, formando uma rampa. Essas viaturas são puxadas por 4 cavalos e podem acompanhar a Cavalaria em qualquer andarura. A munição vai no armão.

A velocidade de marcha é de 60 Km/dia, podendo fazer excepcionalmente uma etapa de 120 km. Para cada três horas de marcha deve haver um de descanso.

Os cavalos têm altura que variam de 1m,50 a 1m,60.

Há para a Escola e o Regimento a ela anexa, cinco padeiros grandes que podem ser divididos em três cada um, se necessário. O guarda-flanco é de cimento armado.

Assisti a um exercício que se inspirou sensivelmente em doutrinas alemães. Procura do flanco, desdobramento sistemático antes mesmo da precisão do contacto, rapidez de execução — são as características principais.

Parece que os japoneses ganharam alguma experiência na China, pois suas formações agora são mais diluidas, a progressão é mais rígida e, sobretudo, há o cuidado constante de ter-se em linha, no momento decisivo, fogos em quantidade suficiente.

Tive o prazer de presenciar alguns saltos do Cap. Iwahashi, campeão mundial.

Vi sargentos em equipes de cinco fazendo um percurso de obstáculo com a altura máxima de 1m,30 e largura variável até 3 metros.

Estavam cursando apenas 40 oficiais.

ESCOLA DE TRANSMISSÕES

No dia 26 de abril de 1939 em companhia do capitão Kabayama e do engenheiro Clovis Gasta visitei a Escola de Transmissões situada na localidade chamada Zama. Através de boa estrada durante cerca de uma hora e meia chegamos à sua sede. Enormes edifícios de madeira recemconstruídos com dois andares e separados uns dos outros por longas ave-

nidas, exigiram larga área para abranger tôdas as secções do estabelecimento, erigido sob às vistas do major Masamoto Tokawa que visitou instituições congêneres na Itália, Alemanha e Polônia.

Há atualmente quatro cursos funcionando na Escola:

- um curso de oficiais de tôdas as armas, com capacidade para 40 ou 50; com a duração de dez meses;
- um curso para sargentos com a duração de oito meses;
- um curso para candidatos a sargentos com a duração de um ano, constituído por soldados de tôdas as armas que mostrarem pendores acentuados pelas transmissões;
- um curso para jovens de 17 a 19 anos que tenham terminado a Escola Média, com a duração de dois anos.

Com exceção dos oficiais todos os demais alunos são internados. Há alojamentos para 25 alunos, tendo dum lado as camas e de outro confortáveis mesas para o estudo. Fazem exercícios militares com o mosquetão. Todos têm as mesmas fontes de consulta e o professor dá a aula com o livro aberto, sendo acompanhado pelos discípulos nos seus respectivos livros que, geralmente, são traduzidos dos compêndios americanos, tornados porém mais claros. Fica assim o ensino uniformizado e facilitado. O principal trabalho dos professores é fazer o livro e organizar as notas, o resto é muito simples. As turmas para os exercícios técnicos são no máximo de 25 alunos; as aulas de teoria podem ter qualquer número de discípulos.

As matérias ensinadas na escola são as seguintes: eletricidade, máquinas em geral, telefone e telégrafo, rádio, motores e dinamos, tática e tiro. Esse assunto é ensinado em todos os cursos, guardadas as devidas proporções. Sómente para os oficiais é a matéria tratada à luz da matemática.

O curso para jovens de que falamos acima é uma causa digna de imitar, porque teremos assim sargentos muito moços e com grandes conhecimentos. Terminado o curso na escola vão para os corpos de tropa onde passam um ano fazendo o

serviço militar normal, findo o qual são promovidos a sargentos.

A manipulação e leitura ao som merecem cuidados especiais. Há salas para 25 alunos dotadas de todas as instalações modernas. De inicio os alunos recebem o som dos sinais transmitidos por uma cigarra e ampliados por alto-falante, depois recebem diretamente no fone que, junto com um manipulador, se acha instalado na carteira de cada um. No fim de um ano cada aluno deverá receber cem palavras por minuto. Utilizam o Morse, porém dada à dificuldade da escrita japonesa, tiveram de organizar outros sinais para o alfabeto denominado **catacana**. Sómente depois que os alunos sabem trabalhar com este é que ensinam o **romagi** que é o japonês escrito com caracteres latinos. Isto torna o aprendizado muito mais difícil. Há quadros comutadores que permitem os alunos de duas salas trocarem despachos entre si. Quando a escola acabar de construir-se — pois ainda está por acabar-se — poderá haver transmissões entre dois edifícios.

O material de rádio se resume em duas estações — uma para Divisão e Exército e outra para Regimento e Batalhão. Ambas utilizam ondas curtas e longas, as primeiras para as grandes distâncias e as segundas para as pequenas. A passagem dum espécie de onda para outra se faz com uma simples mudança de bobina. A estação de Divisão é facilmente transportada num cavalo em duas cangalhas, uma das quais carrega a estação numa caixa de 60x80 centímetros e na outra o gerador de corrente acionado a braço, a antena e o material para a estação, além das lâmpadas de sobressalente. O conjunto pesa 50 Kg., sendo que sómente a estação pesa 15 Kg.

Os postos de R. I. e Btl. são acondicionados em duas caixinhas e facilmente transportadas por dois homens, tendo um peso máximo de 30 Kg. Em tempo frio e com uma antena alta alcançam na Mandchuria cerca de 100 Km. e no Japão, dada a sua configuração geográfica, apenas 20 Km.

Os aparelhos telefônicos são um pouco menores que os usados no nosso Exército. Têm o inconveniente de terem um

magneto muito pequenino. O combinado é mais prático, pois pode ser dependurado no pescoço do operador impedindo que este com facilidade o entregue a qualquer outro. Há um fone suplementar que é muito utilizado quando a distância dos postos telefônicos é grande. Dada a resistência da linha, a chamada pela campainha é muito fraca, então um soldado dorme com o fone preso no ouvido e será despertado pela chamada vibrada. Há quadros comutadores para 12 direções, seguindo o princípio e esquema geral dos nossos. As réguas são separadas e feitas de madeira. O alcance máximo do telefone com cabo isolado é de cerca de 100 Km.

Visitamos o edifício onde estão os pombos destinados sómente à procriação. No pátio há grandes gaiolas que ficam completamente cercadas por um tapume de madeira, de modo que os pombos só possam ver o céu. Há também umas outras sem cerca alguma em derredor. Disse-me o major que nos acompanhava, o seguinte: "um pombo acostumado a ver sómente o céu, se a sua gaiola com o tapume for levada para Nagoia, por exemplo, ele irá ter lá. O outro que está acostumado a ver a configuração do lugar onde vive, voltará para Tóquio, onde vivia, mesmo que seu pombal seja levado para Nagoia. A explicação dêste fato não foi obtida.

Há carros com rodas de borracha com capacidade para 40 ou 50 pombos, destinados a serem rebocados por uma viatura qualquer. Na China os pombais estão sendo transportados sobre cangalhas no dorso dos cavalos. São para isso os pombais completamente desmontáveis e os pombos em número de 40 transportados em cestas de vime. O alcance de ação dum pombal fixo é de 300 Km. e dum pombal móvel de 50 Km. sómente.

Há uma farta e completa oficina para reparação do material de transmissões da guarnição de Tóquio.

A Escola é comandada por um general de brigada. E sua organização é a seguinte:

Diretor: General de Brigada — 1 Assistente — 1 Adjunto de Ordens.

Secção Geral.

Secção de Instrução Militar — 20 professores (Chefe: Coronel).

Secção de Estudos Técnicos — 6 professores (Chefe: Coronel).

Secção de Pombos — 5 professores (Chefe: Coronel).

Secção de Oficiais subalternos (Chefe: Ten.-Cel) — 1 ano na D. I. — 1 ano nos corpos de tropa.

Secção de ensino (Chefe: Ten.-Cel) — Emprêgo dos diferentes meios de transmissões com tropa.

As duas últimas secções controlam o serviço de transmissões nas Grandes Unidades e nos corpos de tropa.

FÁBRICA DE AVIÕES DE NAGOIA

Está atualmente fabricando aviões de guerra tipo Nitsubishi. Tem um major encarregado do controle e fiscalização do material. E' ajudado por um tenente. O técnico esteve vários anos em alguns países da Europa e pareceu-me competente. Numa rápida visita que me foi dada fazer percorri seis oficinas e tive a impressão de que 30 ou 40 aparelhos estavam sendo feitos ao mesmo tempo. Alguns deles não eram de guerra e muito se assemelhavam ao Lockheed. Disse-me porém o técnico que em caso de necessidade seriam facilmente transformados em aviões de bombardeio. Na oficina de montagem final, o gráfico acusava dez dias e fazendo um cálculo aproximado poderemos avaliar a produção da fábrica em 90 a 120 aviões por mês. A fábrica está trabalhando continuadamente, empregando três turmas de oito horas que se revesam. Todos os dados numéricos foram negados, alegando segredo militar. Os aviões são de quatro motores. Na mesma fábrica fazem os motores e as células. Vi sómente a fabricação destas últimas. Os aviões têm dois lemes e lugar para colocar uma metralhadora de torre. Não vi dispositivo para canhão. Há uma economia louca de matéria prima. As bombas são carregadas no interior do aparelho, a fim de que não prejudiquem a velocidade que o técnico me disse ser de

420 Km/hora. Qualquer pergunta que eu fazia, geralmente não tinha resposta e era anotada por um funcionário que vinha com lapis e papel.

FABRICA DE AVIOES DE KUMAGAWA

A fábrica fica próxima da cidade de Ota e confecciona aviões de caça do tipo Nakagima. Algumas hélices e os motores são feitos fóra. Há um tenente-coronel fiscal do governo. O diretor é um general reformado que esteve durante a Grande Guerra no Q.G. do marechal Foch. Não foi possível saber o número de operários nem a produção. A fábrica tende a aumentar e atualmente em via de construção só vê uns quinze aparelhos. O tanque de gazolina tem capacidade para cinco ou seis horas de vôo sómente. Os aparelhos são bi-places e acompanhando a nacele do piloto há uma chapa de ferro de cerca de um centímetro à prova de tiro de metralhadora. Estavam organizando um grande depósito de "spruce" — madeira adquirida no Canadá ou Estados Unidos. Faziam experiências para substituir este material por madeira japonesa ou uma liga de aluminium, contudo os resultados não estavam sendo obtidos a contento. Os operários trabalhavam dez horas com cincuenta minutos de descanso. Fui informado que a fábrica estava em más condições financeiras antes do conflito com a China. Tiveram técnicos franceses em suas oficinas.

PROPRIETARIOS

Sem exceção, podem melhorar grandemente a sua renda e torná-la estável, todos os meses e em dias certos.

Para isso basta conhecer o NOVO PLANO de administração predial da firma F. R. de AQUINO & CIA. LTDA., que oferece assim

UMA OPORTUNIDADE EXCEPCIONAL

Av. Rio Branco, 91 — 6º and. Tel. 23-1830.

Agências: Av. Atlântica, 554 B. — Tel.: 27-7313 — Rio.

Rua Visc. do Rio Branco, 425, Sala 3 — Tel. 2282 — Niterói.

TIO SAM ★★ E A GUERRA RELAMPAGO

Tradução do espanhol, de um artigo de FREDERICO SONDERN JR., especialmente para "A DEFESA NACIONAL",

Pelo Cap. TACITO DE FREITAS

Há dias atrás tive ocasião de viajar em um tank, que, quando terríveis sacudidelas como um navio acossado por grandes ondas, e precipitando-se com a força descomunal de um monstro de metal através sangas e fossos terríveis, vencendo os mais variados acidentes do terreno, cortava árvores de 15 centímetros de diâmetro, como se fosse uma serra gigantesca. Ainda sinto arrepios, quando me lembro dos duros golpes que recebi naquele galopar infernal. Todos os homens da equipagem da gigantesca máquina, levavam os seus capacetes protetores e pobre de mim se não levasse o meu, também! Grandes e grossos pedaços de borracha colocados por cima dos lugares destinados ao motorista e ao rádio-telegrafista, impediam que estes fraturassesem o crânio, quando, em algumas das violentas sacudidelas do rápido e bamboleante engenho, davam com as cabeças no teto. O motorista-condutor espiava o caminho a seguir através uma pequena seteira. O comandante do engenho de aço, que viajava instalado na torre, tinha de indicar ao condutor, com os pés, a direção e a velocidade que devia imprimir ao veículo; pois resultava impossível fazer-se ouvir em meio àquele estrondo ensurdecedor. O tank pertencia à 1.^a Divisão Blindada do Forte Knox, uma das duas de sua classe que formam o núcleo do novo exército norte-americano. Está muito difundida a opinião errônea sob

todos os pontos de vista — de que o exército americano carece de equipamento moderno. Os caminhões que, disfarçados de tanks, foram utilizados pela Guarda Nacional em suas últimas manobras, contribuiram em larga escala para propagar esse conceito temerário. Acontece que foram reservados os tanks e o equipamento moderno para instruir as unidades blindadas do Exército regular, quanto ao emprêgo desses novos engenhos de guerra.

Um grupo de oficiais estudiosos e previdentes, lutando tenazmente contra a indiferença de uns e a aberta oposição de outros, tem vindo montando peça a peça, em lenta e silenciosa tarefa, a máquina militar moderníssima, que nossa defesa reclama. Hoje, funciona já esse esplêndido mecanismo bélico e adestra-se em seu manéjo a homens que haverão de utilizá-lo efetivamente.

Na época em que fui correspondente em Berlim, tive ocasião de presenciar às manobras em que se exercitaram as tropas escolhidas, que haviam de formar a vanguarda da ofensiva alemã. No ano de 1922, quando era proibido aos alemães, pelo Tratado de Versailles, o emprêgo dos tanks, cobriram êles com enormes pedaços de papelão a estrutura dos caminhões-simulando assim a imagem dos tanks — e exercitaram-se na guerra mecanizada com duzentos daqueles monstros simulados. Não aguardaram, pois, os impacientes alemães, ter o equipamento verdadeiro: — puzeram-se a trabalhar ardorosamente com um de imitação.

Em Forte Knox, aqui nos Estados Unidos, tenho observado, cheio de complacência e orgulho, que os nossos homens trabalham com o mesmo afan, mas com maior proveito ainda. Das seis da manhã às cinco da tarde, exercitam-se ininterruptamente as legiões de artilheiros, condutores, serventes de metralhadoras, infantes e mecânicos. Nas manobras noturnas, centenas de veículos correm desabaladamente pelos campos próximos, em cargas fantásticas e estrondosas. Os oficiais estudam, sem trégua nem repouso, os aspectos teóricos e práticos desta nova ciência militar. Isso, e não outra coisa, é o que exige o General de Divisão Adna R. Chaffee.

"O velho", apelido que lhe dão, quando falam dele seus subordinados, já completou os seus cincuenta e sete anos, porém, parece muito jovem. Vigoroso, ativo e infatigável, tem a energia de dois generais juntos. É homem de caráter jovial e critica jocosamente a disciplina teatral dos desfiles aparatosos ao som do bombo e dos pratos das bandas de música. Todavia, apesar do seu risonho bom humor, apenas dá uma ordem e já estão os seus subordinados cumprindo-a com rigorosa exatidão e presteza. Não passará muito bem aquele que tenha a infelicidade, por moleza ou falta de cumprimento de deveres, de despertar sua cólera ou aborrecimento.

O general Chafee exige de cada chefe de unidade que saiba fazer tudo aquilo que os próprios subordinados devem fazer... e que o faça melhor do que êles; quer se trate de conduzir um tank, disparar uma metralhadora ou voar montado em uma motocicleta, por caminhos infernais.

— Aqui se precisa de mais fibra, mais confiança em si próprio e mais capacidade de iniciativa — diz o dinâmico general — do que em todos os demais setores do Exército.

Dêsse modo, dia após dia, as fôrças que tem debaixo de seu comando desenvolvem tarefas táticas em todos os tipos de terreno concebíveis, com um realismo tal, que qualquer um de nós se julgaria em uma guerra verdadeira, não fossem os cartuchos de festim empregados nos diversos combates. E o general não tolera a menor negligência ou tibieza nestes exercícios guerreiros. Os infantes arrastam-se em busca de lugares protegidos, levando consigo arbustos e quasi bosques inteiros! Os ordenanças se arrojam ao solo em demanda da segurança, sem que se lhes importe a fratura de uma perna!

Chaffee, que havia assistido às aulas de West Point e que ganhou as estrelas do coronelato por méritos em campanha, voltou da guerra europeia com uma concepção novíssima da arte militar. Veio convencido de que ganhariam as futuras guerras aqueles que lograssem aperfeiçoar o emprego das unidades mecanizadas. Nas sessões do Estado Maior General insistia êle, com sua peculiar obstinação, no assunto do "exército do futuro". Sómente um grupo de jovens chefes

militares tomou a sério suas idéias, que encontraram fortíssima oposição por parte dos graves e solenes generais forjados nos moldes tradicionais de uma indefectível concepção militar. Argumentou-se contra o pequeno grupo de teóricos modernos, que os tanks eram muito dispendiosos e poucos serviam aos fins determinados, que o transporte de soldados em caminhões resultava demasiado caro e que o projeto de fundir em uma só unidade as tres armas clássicas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, era disparatado engodo daqueles sonhadores. Apesar disso, Chaffee obteve autorização para utilizar a Escola de Pessoal de Tanks do Forte Meade como campo de experiências para os engenhos de guerra mecanizada, mas o consumo de gasolina era enorme, o orçamento do Exército carecia de verba para sufragar aqueles gastos exorbitantes e imprevistos e, assim, acabou-se por suspender o ensaio começado.

No decorrer do ano de 1936, começaram-se a receber, procedentes de vários setores, alarmantes informações na Secretaria da Guerra. Nelas, davam-se notícias abundantes e precisas de como as divisões blindadas alemães haviam trabalhado e desenvolvido até o menor detalhe, a tática que Chaffee havia preconizado por tantos anos. A arma de artilharia havia desenhado e construído já, àquela época, alguns excelentes tipos de tanks e carros de descoberta. Mas, o pavoroso e as inevitáveis rivalidades entre os diversos serviços do Exército, haviam ainda uma vez frustrado os projetos de grande alcance do general Chaffee. Sómente em Julho de 1940, diante a completa derrota dos franceses pelas "Panzer Divisionen" de Hitler, decidiu-se a Secretaria da Guerra a criar um Exército Mecanizado, elevando então Chaffee ao grau de general de divisão e dando-lhe o comando do primeiro corpo desta nova arma. O Estado Maior e as unidades da Primeira Divisão estão destacados em Forte Knox. A Segunda Divisão, que recebe atualmente igual adestramento, está em Forte Benning, no Estado da Georgia.

De tal modo, projeta-se um exército de extraordinária mobilidade, que possa atacar de modo rápido e efetivo a

qualquer invasor, quer na América do Norte, quer na do Sul. Um Exército não poderia trasladar-se dos Estados Unidos com a rapidez necessária para impedir um desembarque de surpresa, de tropas alemãs, digamos, por exemplo, no Brasil; todavia, deve estar organizado de tal modo que possa apresentar-se no lugar da invasão e aniquilar os contingentes da vanguarda alemã, antes que recebam reforços provenientes da outra banda do Atlântico. Aos autores da guerra fulminante, é mistér combate-los, também, com fulminante rapidez e imprevidibilidade.

O novo exército mecanizado norte-americano compõe-se de sete divisões, cada uma das quais estará integrada por 10.000 homens, entre oficiais graduados e soldados, 287 tanks ligeiros, 120 tanks médios e mais 1.328 veículos de diversas categorias, contando-se neste número os caminhões e as motocicletas. Infantes e engenheiros serão transportados em caminhões; as patrulhas de exploração em carros de descoberta e em motocicletas; as peças de artilharia em veículos de uma grande mobilidade; sobre a coluna voarão as esquadrias de reconhecimento, e todo esse conjunto deslocar-se-á coordenadamente como uma única entidade bélica de extraordinária rapidez e incalculável poder ofensivo, que poderá avançar até duzentos e quarenta quilômetros em uma única noite e desfilar seus ataques antes das primeiras luzes da alvorada !

Centenas de oficiais têm de aprender novamente os rudimentos de sua carreira. Tendo em vista que uma dessas divisões deve consumir cerca de 114.000 galões de gasolina em uma jornada de 240 quilômetros, resulta, por exemplo, que os oficiais de intendência têm de saber situar a essência nos lugares precisos em que se vai necessitar e que tais lugares estejam a coberto dos bombardeios da aviação inimiga. O transporte de víveres e o funcionamento das cosinhas rodantes para 10.000 homens, que avançam à razão de 30 a 50 quilômetros por hora, pressupõe itinerários meticulosamente estudados e calculados.

A precisão e coordenação dos comandos para uma tal entidade bélica, ultrapassam todo o conhecimento até agora vulgarizado, em material de exatidão militar. Cada divisão mecanizada possue cerca de quinhentas estações de rádio, entre as quais se contam muitas mixtas, de recepção e transmissão, a maioria tão portátil, que as podem conduzir, facilmente, quaisquer soldados das patrulhas de vanguarda. Através esta rede compacta de rádio e rádio-telefones, circula continuamente um caudal de ordens, partes, informações, etc., enquanto a divisão, empenhada no combate, progride a uma velocidade que oscila entre 16 e 40 quilômetros por hora.

Para cada oficial da ativa, existem em Forte Knox e em Forte Benning, quatro oficiais da reserva, empenhados na tarefa de aprender a imponderável quantidade de coisas que deve conhecer um oficial do exército mecanizado. Mencionarei algumas delas, que não me aventurei a taxar das mais difíceis: — ocultar cuidadosamente os tanks e os caminhões, até que se dê a ordem de avançar e, uma vez começada a marcha, fazê-los progredir o mais rapidamente possível, pois quando não estão em movimento, os tanks e carros oferecem, em campo aberto, alvo muito fácil para os aeroplanos; reter na memória, como em uma mapa muito claro e preciso, todas as peculiaridades topográficas do vasto terreno em que devem operar as tropas com uma celeridade extraordinária.

Apesar de ser tão árdua e laboriosa a aprendizagem, os oficiais e soldados a ela se entregam com visível entusiasmo. Nos quartos de moradia dos oficiais e nos salões de rancho da tropa, outro não é o tema das conversas. E como acrescento, verificou-se o milagre de estarem sepultadas para sempre, no meio dessa gente, as antigas rivalidades entre as Armas distintas.

O núcleo do exército motorizado é o tank. O volume total de fogo desses engenhos blindados de uma divisão é enorme. As máquinas ligeiras (que pesam de 8 a 15 toneladas) levam montados três canhões de 30 milímetros e um de 37; ao passo que os gigantes de 23 toneladas podem despejar um

fogo terrível com o seu canhão de 37 milímetros e as suas seis metralhadoras de calibre 30. Protegida por placas de aço reforçado na frente a dotação de armamento dos tanks está a coberto das balas de fuzis e de metralhadoras; mas um disparo certeiro de um canhão anti-tank significa a morte em uma fogueira para os tripulantes do tank inteiro e a granada de uma peça de 75 representa igual catástrofe para os dos tanks médio e pesado.

Um condutor-motorista perito pode fazer girar o seu tank em um espaço de terreno inverosimelmente pequeno bem como obrigá-lo a praticar cabriolas inconcebíveis, quando se trate de esquivar o engenho aos tiros de um canhão de campanha — o inimigo encarniçado do tank. Em semelhante situação o tank deve precipitar-se sobre os serventes da peça inimiga, com uma velocidade tal ou descrevendo um percurso tão sinuoso, que não lhes dé tempo de apontar com eficiência e disparar o canhão. Serão muito poucos os artilheiros, que permanecerão ao pé dos seus canhões, quando virem endireitar-se para cima dêles aquela estrondosa avalanche de aço!

Demora-se pelo menos um ano para fazer-se um bom condutor de tank, apesar de que todos os aprendizes são homens escolhidos, que passaram por uma série de provas e exames tão severos quanto os exigidos para os aviadores. Vai uma distância muito grande em saber conduzir um tank, simplesmente como automóvel — a possuir a habilidade de fazê-lo correr como um meteóro por cima de fossos e arvores, sem reduzir a um conjunto de ossos sanguinolentos e carnes maceradas a todos os seus ocupantes. Tal habilidade adquire-se somente, depois de um grande e duro exercício.

De outro lado apontar e disparar uma metralhadora ou um canhão, do interior de um tank em movimento, é cousa que também requer muito tempo de treinamento. Ao operador de rádio exige-se-lhe que saiba também manejá-la uma metralhadora e conduzir o tank em uma situação de emergência. Por fim, todos os tripulantes devem saber re-

parar urgentemente qualquer acidente mecânico, que se origine durante a ação.

As divisões mecanizadas norte americanas só contam, até o momento presente, com menos de metade dos tanks que devem possuir. As fábricas os produzirão numa escala de quinhentos por mês, para o próximo verão. Podemos acrescentar que, de outro lado, são melhores do que os melhores da Europa.

A vida quotidiana dos outros soldados dos Fortes Knox e Forte Benning não é, também fácil e regalada. Os do corpo de Engenharia montam e desmontam pontes, constróem armadilhas das mais engenhosas e variadas formas para com elas imobilizar os carros blindados, traçam estradas, colocam minas. Tanto repetem essas operações da arte militar que poderão fazê-las com igual perícia, até mesmo dormindo. E como ao "Pioniere" alemão, aos soldados do corpo de engenheiros se lhes ensina também a ser combatentes não só de pá e picareta, mas também de cartuchos de T. N. T.

Os artilheiros do Corpo Mecanizado, com suas peças de 75 milímetros arrastadas por caminhões, seus morteiros de 81 milímetros e seus obuses de 105, aprendem a desembarcar o material, montar a peça, dispará-la, tornar a embarcá-la no caminhão e desaparecer com uma presteza incrível em uma Arma a que parecia necessária a lentidão de movimentos. As forças de reconhecimento, montadas em velozes carros blindados ou em motocicletas, já têm "olho de lince" para descobrir as armadilhas para os tanks, minas e emboscadas, que um inimigo hipotético coloca em seu caminho. E têm de fiar muito fino e enxergar com olhos de águia, porque o "Velho" gosta de disseminar no terreno, com mão habil e pródiga, essa espécie de ciladas táticas quasi invisíveis, para que não pareça a ninguém" que a Blitzkrieg é somente cosinar e cantar".

O Exército Alemão empregou seis anos em aperfeiçoar as suas "Panzer Divisionen". O dos Estados Unidos necessitará de menos tempo para isso. Em Junho de 1942, as fôr-

cas mecanizadas terão sete divisões — o mesmo número que hoje tem a Alemanha — com seus efetivos completos e perfeitamente equipados e adestrados. Teremos, pois, um total de 70.000 homens, perto de 3.000 tanks, 4.000 carros blindados e caminhões de transporte e 9.000 veículos mais, prontos para entrar em ação imediata. Antes de tres ou quatro anos, o Exército dos Estados Unidos disporá de maior potência ofensiva do que qualquer outra força militar do mundo.

Companhia Fornecedor de Materiais

Ladrilhos - Azulejos - Louças Sanitárias e Materiais para Construções
TEL. 22-7740 Reda particular - Telegramas "ARTHEDO"

Rua Frei Caneca, 35-39
RIO DE JANEIRO - BRASIL

SEGUREM SEUS PREDIOS, MOVEIS E NEGOCIOS NA Companhia Aliança da Bahia

A maior Companhia de Seguros da América do Sul, contra fogo e riscos do mar
EM CAPITAL . . . 9.000.000\$000 EM RESERVAS . . . 52.108.045\$375
CIFRAS DO BALANÇO DE 1939:

Responsabilidades 3.321.457.297\$287 - Receita 24.268.894\$030 - Activo em 31 de Dezembro 73.125.470\$998

Directores :

Dr. Pamphilo d'Uva Freire de Carvalho

Epiphônio José de Souza

Dr. Francisco de Sá

Rua do Ouvidor, 66 (Edifício Próprio)

Telefones: 23	{	2924
		6.61
		3345

Sere te: MARCELLO GROSS

O triângulo da vitória alemã no continente

Pelo Major NILO GUERREIRO LIMA
Instrutor da E. E. M.

Em nosso primeiro artigo sobre a Infantaria do Ar, publicado no número de Fevereiro da "A Defesa Nacional" declaramos que, a nosso ver o Alto Comando Alemão tinha baseado o seu Piano de Operações contra a França no triângulo: Aeronáutica-Arma Blindada-Infantaria (incluindo nesta, a sua última modalidade: a Infantaria do Ar).

No primeiro vértice consideremos a Aeronáutica. Combatendo desde a hora inicial pelo domínio do Ar, destroçando as forças aéreas inimigas e as suas organizações terrestres, creou para o Exército de terra o "espaço protegido" e iniciou as ações violentas que possibilitaram a rutura das frentes defensivas pela Arma Blindada.

A Aviação fez mais ainda: localizou à tempo as concentrações adversárias, dispersou suas forças moto-mecanizadas, forneceu informações precisas, causou perdas gravíssimas às forças navais, quebrou o moral das tropas inimigas, paralisou a ação do comando pela destruição das vias de comunicação e garantiu o apôio às operações profundas dos carros.

As ações poderosas das Fôrças Aéreas facilitaram pois a luta terrestre, permitindo sucessos extraordinários e rápidos.

A 10 de Maio de 1940 inicia-se a luta na frente ocidental. A rutura da frente francesa ao S. de Namur, deve separar os exércitos belga, holandês, inglês e francês do grosso das fôrças francesas.

Os alemães jogam com um fator psicológico: os ingleses preocupam-se com o litoral, enquanto os franceses cobrirão

de preferência Paris. E' assim preparado o aniquilamento dos exércitos inglês e francês ao N. do Aisne e do Somme.

A Holanda é conquistada em 5 dias, graças à ação de paraquedistas e da Infantaria aérea de desembarque combinadas com a Aviação, destacamentos blindados e 5.^a coluna. No dia 14 de Maio, a linha Greble a S. L. de Utrecht é rompida e a Holanda capitula.

Entrementes as fôrças blindadas alemães escrevem páginas glóriosas na Bélgica. Atingindo no dia 13 de Maio o Mosa, entre Dinant e Sedan, derrotam e recalcam o 9.^º Exército francês, abrem o caminho para o Oise, precipitando-se com uma velocidade espantosa até o mar. Ocupam Abbeville onde surpreendem tropas francesas, nos campos de exercícios. A 22 de Maio começa a derrocada. A Bélgica batida após a transposição da linha Dyle-Dendre, os 1.^º e 7.^º Exércitos franceses derrotados, Boulogne sur Mer e Calais ocupadas, fazem prever o fim. Em 28 de Maio fecha-se o círculo dos destróços dos Exércitos inimigos. As tropas alemães ocupam a frente Ostende-Lille-Armentiers-Gravelines. Inicia-se então a trágica retirada de Dunkerque, onde se salvaram milhares de homens, mas não se conseguiu salvar um só canhão e um único veículo.

Finalmente a 4 de Junho os alemães conquistam Dunkerque e termina o 1.^º ato da batalha da França.

Concentraram-se então as esperanças dos franceses nas linhas Weygand e Maginot que formavam entre si um ângulo reto. A 3 de Junho começou o trabalho preparatório da Aviação alemã, atacando os campos e as bases de aviação, as indústrias e alguns objetivos militares em torno de Paris. A manobra alemã visava então romper a frente Norte francesa e prosseguir rapidamente para S.W. e S.L. a fim de aniquilar as últimas fôrças inimigas. A linha Maginot seria assim atacada também pela retaguarda.

O esforço começou na região Baixo Somme-canal Oise-Aisne, prosseguindo na direção Baixo Sena-Paris. Divisões Blindadas rompem o flanco W. dos franceses e ocupam Rouen, Dieppe e St. Valery. A retirada francesa é dificul-

tada pela Aviação, pelos carros e pelo exôdo das populações que entopem as estradas e os campos marginais. Todos os caminhos e estradas que conduzem a Havre, Cherburgo e Brest ficam intransitáveis. De 9 a 11 de Junho rompe-se a frente do Aisne e as Divisões blindadas se precipitam na direção: Troyes-St. Dizier. O Marne é atravessado e, a 14, os alemães entram em Paris. Eram decorridos apenas 34 dias do início da ofensiva.

Ainda a 14 de Junho é rompida a linha Maginot e no dia 15 vencendo as resistências do Alto Reno os alemães entram nos Vosges. O avanço prosseguiu sobre Besançon e até a fronteira suíssa que foi atingida no dia 17.

O Exército francês depôz as armas, pois não lhe foi possível nenhuma resistência na linha do Loire.

Assim finalizou o 2.º ato da Batalha de França. Quando o pano desceu a platéa ainda estava atônita e atordoada...

Decididamente a ofensiva alemã ultrapassou todas as previsões dos técnicos e o colápsio rápido da França surpreendeu o mundo inteiro.

Os bombardeios poderosos da Aviação em proveito das Divisões Blindadas, a rapidez da Infantaria motorizada e transportada por via aérea, permitiram os êxitos jamais antevistos pelos homens da guerra.

O resultado obtido com a surpresa e brutalidade dos meios empregados, a organização do Alto Comando único, tripartido em Forças Aéreas, Terrestres e Navais, a cooperação estreita entre as forças do ar e as de terra, o material empregado pelos alemães em quantidade e qualidade muito superior a dos seus adversários, constituem sem dúvida as bases desse feito militar extraordinário.

A ação brutal e decisiva da Arma blindada, proporcionou sempre ruturas desequilibradoras do sistema de defesa dos adversários. Os Generais alemães von Kleist, Guderian e Reichnau, chefes da Arma Couraçada, tiveram nos "Stukas" os iniciadores de suas ações e na Infantaria a grande cooperadora nos seus avanços audaciosos e arrazadores.

Sobre as ações de Carros, os alemães empregaram métodos audaciosos e inteligentes. Assim nunca amarraram a progressão dos mesmos à proteção da Artilharia de campanha ou da Infantaria.

Os carros tiveram liberdade de manobra. A execução das operações profundas através de centenas de quilômetros no interior do território inimigo, não lhes creava o problema da proteção, porque a Aviação funcionava, quando necessário, como autêntica Artilharia de Apoio Direto e a Infantaria aparecia sempre: transportada em caminhões ou em aviões.

A este respeito vale a pena abrirmos um parêntesis. Já antes da guerra, o Regulamento francês das Grandes Unidades, prescrevia que a profundidade de uma Posição de Resistência devia ser tanto maior quanto menor fosse o valor dos seus obstáculos anti-carros.

Os carros franceses, divididos em "Carros de manobra de conjunto" e "Carros de acompanhamento", limitavam-se a agir, os primeiros, dentro da zona de apoio eficaz das Artilharias Divisionárias e os segundos como escalão que precedia imediatamente a Infantaria do Escalão de Ataque — sob a proteção imediata dos infantes.

Assim os Carros operavam no máximo 5 kms. à frente do dispositivo rígido, que se devia deslocar na cadência de velocidade de progressão de ataque da Infantaria (100 metros em 3 minutos ou sejam 2 kms. por hora, em média).

A ligação Aviação-Carros era prevista, mas apenas como ligação... A profundidade da P. R. por si só, pouco adiantava, pois não havia uma defesa eficiente contra as grandes massas de carros.

Os alemães libertam-se desses processos rotineiros. Criam uma nova Arma que denominaram Blindada ou Couraçada, e cujo emprego em Grandes Unidades, constitue uma verdadeira surpresa técnica. Carros de peso variável até 70 toneladas, carros lança-chamas, carros dotados de armamento poderoso (canhões de 77 e 105 m/m), carros com couraça à prova dos pequenos canhões anti-carros do inimigo, eis uma parte deste material potente, manobreiro e eficiente.

Não se tratava de simples Grandes Unidades Moto-mecanizadas, que fizessem o papel de Cavalaria e se limitassem a cumprir missões peculiares a esta Arma, nem tampouco se poderia considerá-las como unidades de Art. capazes de agir sómente com uma esmagadora massa de fogo. Elas aliamaram tôdas as características das duas Armas, a uma velocidade apreciável e a um poder de choque formidável, capazes de, com o apoio da Aviação, romper as estabilizadas e poderosas frentes defensivas, apesar dos rios e demais obstáculos, das grandes obras de fortificação permanente e do armamento eficaz dos defensores.

A organização das forças terrestres e aéreas alemães honra o Alto Comando e a execução das brilhantes operações no continente europeu evidenciam o valor dos quadros e da tropa.

Procuram alguns justificar ainda a derrota pela diminuição dos fatores morais, emprestando únicamente a êstes, o poder de, por si só, decidir em definitivo uma campanha.

A guerra é de fato "uma luta entre duas vontades" e portanto "luta moral". Mas é por demais conhecido o axioma de "que se não luta com homens contra material".

Os fatores morais e materiais se entrelaçam de tal modo que não nos é possível, no momento, sobrepor o imponderável e abstrato: o moral ao concreto e visível: o material.

Não receiamos afirmar, ao contrário, que foi o material alemão, o fator primeiro do sucesso. A quebra do moral dos seus adversários, veiu depois, como consequência natural e lógica do poder formidável da maquinária bélica. E entre o material, a Aeronáutica e a Arma Blindada, conquistaram o seu papel preponderante e decisivo na vitória alemã.

"Os ingleses querem fazer demasiado bem. Apuram-se presumidamente. Quanto aos alemães, eles conhecem a importância do fator tempo.

Há casos em que é preferível um material mediocre imediatamente, do que um material perfeito depois da guerra.

(Do livro "A Tragedia na França", de André Maurois)

As OPERAÇÕES MILITARES SOBRE A FRENTE OCIDENTAL



(De 10 de Maio a 23 de Junho de 1940)

No comeco de Maio de 1940, desde varias semanas, o comando francês considerava o dispositivo alemão realizado. Calculava que o adversário reunira a Oeste, aproximadamente, 125 divisões com a totalidade de suas unidades motorizadas e blindadas, e que podia a qualquer instante, após uma breve demora de 2 a 3 dias, desencadear uma ação de fôrça, a que seria preciso fazer face.

Porque esperar o choque? O comando francês não podia ter a iniciativa das operações? Desgraçadamente não. A balança das fôrças pendia muito fortemente do lado alemão para que se pudesse pensar em ações ofensivas que o exército do Reich teria esmagado, concentrando sobre o ponto ameaçado toda a sua margem de superioridade. Ouçamos, em todo caso, a linguagem das cifras.

AS FORÇAS EM PRESENÇA

As 125 divisões de campanha do exército alemão, concentradas sobre o front Oeste, os aliados opunham 100 divisões (90 francesas e 10 britânicas), das quais, um terço quasi, pouco aptas e algumas mesmo inaptas para a manobra, porque o exército francês contava 13 divisões estáticas da zona fortificada e 16 divisões de classes velhas (serie B). Esta superioridade do adversário podia, entretanto, parecer pequena. Mas, na realidade, a verdadeira desproporção das fôrças residia nos meios materiais dos dois exércitos. Entre suas divisões a Alemanha contava 10 unidades blindadas.

(Panzerdivisão) de 500 carros; a França não possuia senão 3 divisões mecânicas ligeiras e 3 divisões couraçadas, estas últimas de 150 carros e com algumas semanas de criadas apenas. Contando ainda batalhões não indivisionados, a Alemanha alinhava 7.500 carros de todos os modelos, contra sómente 2.000 na França. As fôrças aéreas modernas de primeira linha eram para o Reich de 1500 aviões de caça e 3500 de bombardeio. A aviação francesa não contava mais que 420 aviões de caça e 100 de bombardeio, dos quais 64 aparelhos de bombardeio noturno (material antigo), que juntos aos aviões ingleses, com bases na França, eram obrigados a combater na proporção de 1 contra 6.

O exército alemão era ainda fortemente dotado de engenhos modernos de toda natureza: anti-carros, anti-aéreos, caminhões transportadores de tropas, veículos todo terreno, motocicletas armadas, etc.. Era um aparelhamento de choque especialmente adaptado à ofensiva brutal, rápida, à exploração enquanto o exército francês era especificamente defensivo, reduzido a meios talvez excelentes, mas em número demasiado pequeno. Para não citar senão dois exemplos, suas divisões cuja dotação téorica em canhões anti-carros de 25 m/m era de 52, cifra fraca, tinham falta de um terço da dotação. Em canhões de pequeno calibre, anti-aéreos, a proporção duma bateria de 4 peças por divisão não estava efetiva. Numeroso material utilizava a tração hipomóvel, deploravelmente lenta, enquanto o adversário dispunha de materiais inteiramente motorizados.

Esta desproporção de fôrças era devida, dum lado à fraqueza das classes francesas mobilizadas e de outro lado à diminuição da produção industrial nos anos que antecederam a guerra. Com efeito, as classes mais jovens da reserva eram as classes "creuses" formadas por homens nascidos durante a guerra de 1914-1918, e portanto os efetivos não somavam senão 120.000 homens em vez de 240.000 das classes normais.

Para o material, a aplicação da semana de 40 horas, o fraco rendimento dos operários antes da declaração da guerra

ra, a desorganização levada às usinas pela mobilização, tinham atrasado consideravelmente a produção na França, ao passo que as indústrias alemães, com a cadência de guerra desde 1937, tinham uma produção formidável, acrescida ainda das indústrias tchecas anexadas em 1938.

A desproporção de forças entre franceses e alemães teria podido ser atenuada pela vinda de forças inglesas; mas, de 2 de Setembro de 1939 a 10 de Maio de 1940, os ingleses não haviam enviado para o continente mais que 10 divisões, isto é, um número inferior ao que tinham na França no começo de 1915. Durante o mesmo espaço de tempo os alemães organizaram 43 novas divisões.

Esta lentidão do esforço inglês foi uma das causas capitais da desproporção qualitativa e mesmo quantitativa das forças que se defrontaram em Maio e Junho de 1940. Os aliados não podiam contar fazê-la desaparecer senão em 1941. Até essa data a Alemanha podia escolher o ponto de aplicação de sua ofensiva e dosar sua ação com probabilidades matemáticas de sucesso. O comando aliado encontrava-se na impossibilidade de reagir útilmente. A batalha engajada, era preciso suportá-la, fase por fase, com meios insuficientes, reservas fracas e rapidamente desgastadas.

E, na verdade, uma das características da luta que começa em 10 de Maio, a fraqueza das reservas francesas e britânicas... Não havia ela já fortemente pesado na conduta da guerra na Escandinávia, onde o interesse aliado, sem dúvida, era barrar o caminho da Alemanha? A penúria de forças interditara dar ao corpo expedicionário uma importância suficiente sob pena de diminuir mais perigosamente ainda o número das unidades em reserva na retaguarda do "front" francês.

Todos os fatores reunidos: fraqueza numérica, fraqueza material, inaptidão para a manobra rápida, determinam o dispositivo do exército francês: maioria das unidades em linha, poucas reservas. Aceito um combate de frente seria necessário pôr na balança, desde o primeiro dia, todas as forças do exército.

O PLANO DE MANOBRA

Entre as hipóteses mais prováveis, o ataque alemão através da Holanda, Belgica e Luxemburgo tinha sido previsto desde o inicio das hostilidades.

Duas soluções podiam ser adotadas pelo comando francês: aguardar o choque sobre as posições preparadas no território nacional ou entrar na Bélgica, ao chamado do governo belga, para ai deter o adversário antes que ele destruisse o exército belga e atingisse o litoral face à Inglaterra. Era em torno desta segunda solução que o Conselho Supremo estava reunido, decidindo "manter o exército alemão o mais a Este possível".

Procurava-se, com efeito, pelos aliados, de uma parte realizar a assistência prometida à Belgica e impedir o aniquilamento das 20 divisões belgas, de outra parte não deixar cair nas mãos do inimigo as bases marítimas e aéreas favoráveis à ações ulteriores contra a Inglaterra ou contra as ricas regiões industriais do norte da França.

Sobre o plano militar, longos estudos tinham sido procedidos, no curso do inverno, pelos estados-maiores encarregados de resolver o delicado problema da marcha, ao encontro das massas adversas, da metade do exército francês e do corpo expedicionário britânico. Problema complicado porque a atitude reservada dos belgas, desejosos de manter estrita neutralidade, não permitia acertar com o seu estado-maior os detalhes técnicos da operação. O plano de intervenção, pertencia, portanto, apenas à direção das forças franco-britânicas e podia resumir-se no seguinte:

Enquanto os exércitos de Lorena e da Alsacia continuariam a exercer uma estrita vigilância e estarão prontos a repelir qualquer tentativa sobre a linha Maginot, sobre o Reno ou a Suissa, os exércitos do Norte, girando em torno de Mezieres alcançarão o território belga a fim de atingir, quanto mais cedo, a linha Anvers — Namur — Meuse. Sobre esta linha aceitará a batalha, sem espírito de recuo, pondo em ação todos os meios reunidos dos exércitos franceses, bel-

ga, inglês, juntos aos do pequeno exército holandês, ao qual se dará a mão na região de Breda. Em breve o comando aliado atingirá mais longe, para Este, um dispositivo defensivo suscetível de receber o choque, apoiando-se sobre os pontos fortificados da defesa belga: Anvers e Namur, e sobre trincheiras destinadas a barrar a marcha dos carros.

Mas a dificuldade dessa manobra estaria em que a França e a Inglaterra, respeitadoras das leis internacionais, não entrariam na Belgica senão chamadas pelo governo desse país, o que dava à Alemanha um avanço apreciável. Esperava-se que este retardamento da manobra aliada seria compensado pela resistência belga.

A ORDEM DE BATALHA

Da direita para a esquerda cinco exércitos deviam participar do movimento. O exército eixo, o II, sob as ordens do general Huntziger, estabelecido entre Sedan e Longwy, deve, com duas divisões de cavalaria lançadas na frente da posição que ocupa desde o início das hostilidades, retardar o inimigo entre o Luxemburgo e a fronteira francesa, depois então, após a ação retardadora de sua cavalaria, se opôr a toda tentativa inimiga de desembocar ao sul da floresta das Ardenas.

A oeste o IX exército, general Corap, garantirá o Meuse, entre Namur e Mezieres inclusive. Também fortemente dotado de cavalaria, deve retardar o inimigo a este do Meuse, enquanto que se operará o movimento das divisões de infantaria e sua instalação sobre o rio.

A direita do IX exército, o I, comandado pelo general Blanchard, tem por missão ir barrar a brecha de Gembloux com sua direita em Namur, a esquerda em Wavre, uns vinte quilômetros a sudoeste de Bruxelas. É o exército mais fortemente dotado em grandes unidades motorizadas e blindadas, porque vai opôr-se, nas planícies da Belgica, ao esforço alemão. Tais poderosos meios devem fazer frente, rápida-

mente, ao adversário para o retardar; têm igualmente, por missão reforçar o exército belga.

Para o norte, em fim, o exército inglês virá guarnecer Dyle, entre Wavre e Louvain, enquanto que no extremo esquerdo o VII exército francês, comandado pelo general Giraud, terá a delicada tarefa de ir depressa ocupar as passagens do Escaut e estabelecer ligação com os holandeses na Zelandia até Breda.

Todos êstes exércitos constituiam o grupo de exércitos n.º 1, sob as ordens do general Billotte, que recebeu delegação para coordenar a ação aliada nas operações da Belgica.

II

A BATALHA DO MEUSE

OS EXÉRCITOS FRANCO-BRITÂNICOS ENTRAM NA BELGICA

A 10 de Maio, à noite, o exército alemão entra na Holanda, na Belgica e no Luxemburgo, enquanto que violentas ações de bombardeamento se desencadeavam sobre a rede ferroviária e os aérodromos desses países e do norte da França. Desde 6,30 foi dada ordem para a execução do movimento dos exércitos do Norte; os belgas apelavam para os aliados.

As formações de cavalaria franco-britânicas partem na frente para cobrir a instalação do grosso sobre a posição escolhida: Dyle, Namur, Meuse, de Dinant a Mezieres, e ir retardar, o mais distante possível, o avanço adversário.

Desde os primeiros combates notava-se que os alemães faziam um poderoso esforço ao Norte e ao Sul do Meuse. Nas Ardenas, a cavalaria francesa, sob uma viva e forte pressão de formações mais numerosas e possantes, tem de recuar. Defendendo o terreno passo a passo é obrigada a repassar o Meuse a 12 à tarde, e de Namur a Sedan o inimigo

domina o rio cujas pontes saltaram. Para o Norte os elementos blindados (três divisões mecânicas ligeiras) são lançadas em direção a Tongres e na Holanda até Bréda; mas os alemães, bem sucedidos em se apossarem, por surpresa, de várias pontes intactas em Maestricht impelem na direção de Oeste, poderosas unidades de carros que obrigam as divisões belgas a abandonar o canal Albert, quando o comando aliado contava que elas ofereceriam uma resistência de quatro a cinco dias. A 13 de Maio, violentamente atacadas, as divisões mecânicas francesas, opõem uma resistência encarniçada e, ao preço de grossas perdas, detêm o inimigo a alguns quilômetros da posição defensiva aonde chegam as divisões de infantaria francesas e inglesas. A pressão inimiga, sem cessar alimentada por novos meios, é penosamente contida. O VII exército ao norte, muito fortemente atacado e submetido a violentos bombardeios da aviação alemã, se estabelece sobre a linha Berg Op Zoom — canal de Turnhout. A cavalaria britânica guardece o Gette, enquanto as divisões de infantaria se organizam sobre o Dyle; os belgas se retraem para a linha Louvain-Malines. Toda a aviação franco-britânica disponível é empregada em atrasar as colunas alemães marchando de Masetricht sobre Tirlemont.

OS ALEMAES TRANSPÕEM O MEUSE

(13-15 de Maio)

Mas, se em 13 de Maio, no norte, o avanço alemão é contido e não foi ainda rompida a posição de resistência escolhida em torno de Dinant até Sedan, o prólogo do drama se esboça. Desde a manhã a aviação alemã conquistou o céu e lança sem descanso suas bombas em toda a profundidade do campo de batalha sobre a margem esquerda do Meuse. Aviões de combate em "rase-mottes", aviões de bombardeio pesados, aviões "Stuka" em mergulho, caem sobre as tropas que apenas se instalaram sobre a posição. Todos os pontos sensíveis da defesa são sistematicamente destruídos. Se esta preparação não é muito mortifera, em compensação age

fortemente sobre os nervos dos defensores e desorganiza as ligações. Os alemães aproveitam para passar o rio em botes pneumáticos e em balsas, ao norte de Dinant até Houx e mais ao sul até Sedan. Conquistam assim duas cabeças de ponte, que os contra-ataques tentados não puderam reduzir. A 18 à tarde, estavam firmados na margem esquerda, dispondo de espaço suficiente para fazer vir novos meios de ataque.

No dia seguinte, 14 de Maio, com a aviação que prossegue seus bombardeios massivos, são os carros, atravessados durante a noite, que fazem sua aparição. Carros pesados, fortemente armados, numerosos, pois que, no mínimo, três Panzerdivisões, compreendendo 500 carros cada uma, atacam, uma para Dinant, as outras duas para Sedan. Contra este novo adversário nosso armamento anti-carro se revela numéricamente insuficiente.

Ao menor recuo, os infantes devem abandonar as pegadas sobre o terreno, porque os animais foram dispersados ou mortos. As bombas de avião pouparam muita vez o homem estendido ou sumariamente oculto num buraco, mas não pouparam o animal que nenhum instinto resguardou contra este perigo.

No dispositivo deslocado, carros se infiltram, arremessam-se para a frente, atacam os pelotões, as baterias, os postos de comando. Na noite de 14 a bolsa formada se estende ao Norte sobre uma frente de mais de 15 quilômetros. Várias divisões de infantaria são rudemente experimentadas e constrangidas a um recuo precipitado no meio de colunas imensas de refugiados. Toda a ala esquerda do IX exército, que dispõe de fracas reservas, ainda distantes, está em má situação.

Do lado de Sedan, a primeira posição teve que ser abandonada e as tropas retrocederam para a segunda a uns 15 quilômetros na retaguarda. No entanto, apesar dos ataques violentos do inimigo, a linha se mantém. Divisões de reserva tiveram que entrar na luta para render ou apoiar as que tinham sofrido o ataque de 13. Mas o agressor orientando

fortemente sobre os nervos dos defensores e desorganiza as ligações. Os alemães aproveitam para passar o rio em botes pneumáticos e em balsas, ao norte de Dinant até Houx e mais ao sul até Sedan. Conquistam assim duas cabeças de ponte, que os contra-ataques tentados não puderam reduzir. A 13 à tarde, estavam firmados na margem esquerda, dispondo de espaço suficiente para fazer vir novos meios de ataque.

No dia seguinte, 14 de Maio, com a aviação que prossegue seus bombardeios massivos, são os carros, atravessados durante a noite, que fazem sua aparição. Carros pesados, fortemente armados, numerosos, pois que, no mínimo, três Panzerdivisões, compreendendo 500 carros cada uma, atacam, uma para Dinant, as outras duas para Sedan. Contra este novo adversário nosso armamento anti-carro se revela numéricamente insuficiente.

Ao menor recuo, os infantes devem abandonar as peças sobre o terreno, porque os animais foram dispersados ou mortos. As bombas de avião pouparam muita vez o homem estendido ou sumariamente oculto num buraco, mas não pouparam o animal que nenhum instinto resguardou contra este perigo.

No dispositivo deslocado, carros se infiltram, arremessam-se para a frente, atacam os pelotões, as baterias, os postos de comando. Na noite de 14 a bolsa formada se estende ao Norte sobre uma frente de mais de 15 quilômetros. Várias divisões de infantaria são rudemente experimentadas e constrangidas a um recuo precipitado no meio de colunas imensas de refugiados. Toda a ala esquerda do IX exército, que dispõe de fracas reservas, ainda distantes, está em má situação.

Do lado de Sedan, a primeira posição teve que ser abandonada e as tropas retrocederam para a segunda a uns 15 quilômetros na retaguarda. No entanto, apesar dos ataques violentos do inimigo, a linha se mantém. Divisões de reserva tiveram que entrar na luta para render ou apoiar as que tinham sofrido o ataque de 13. Mas o agressor orientando

suas ações de Este para Oeste, ao sul de Sedan, conseguiu passar o canal de Ardennas, em direção de Omicourt, e atacar de revez os defensores da região de Mézières. Ameaçado de flanco sobre a sua ala direita, rompido de frente o seu centro esquerdo, o IX exército do general Corap só resiste no Meuse com as unidades que ocupam os setores de Fumay e de Mézières, amplamente desbordadas pelo norte e ao sul.

No dia 15 todo o eixo do dispositivo é ultrapassado e o Meuse perdido em toda a sua extensão. Através as unidades francesas desorganizadas, os alemães se infiltram e avançam na direção Oeste sob a proteção ininterrupta de sua aviação, que tem o domínio absoluto do ar. Uma brecha de 50, depois de 70 quilômetros, abre-se na linha de batalha francesa entre a região Sul de Charleroi e a posição avançada do II exército ao Norte de Argonne.

O general Touchon, comandante do VI exército francês, até então em reserva, recebe a missão de reforçar a frente, mas, praticamente, nenhuma das unidades que se pensava poder dar-lhe se achava à mão.

A aviação alemã concentra toda a sua violência sobre os colunas de transporte destinadas a esta zona e as estradas se tornam absolutamente intransitáveis pelo exodo total das populações belgas e francesas, habitantes das regiões atingidas ou mesmo somente ameaçadas.

Unidades blindadas apressadamente reunidas pelo comando francês são atiradas na batalha para impedir o avanço entre Sambre e Aisne. Serão desbaratadas ou se manterão algumas horas apenas diante das unidades alemãs, disposta de três a quatro vezes mais de carros.

Uma, a 1.^a divisão blindada, é deslocada no dia 15 tentando parar em pleno centro da brecha, uma divisão blindada inimiga desembocando sobre Philippeville. Uma outra, a 2.^a divisão blindada, é colocada no dia 16 como rolha sobre as pontes do Oise e espalhada sobre um front desproporcionalizado para a sua capacidade de ação. Quando o inimigo ameaçar Saint Quentin, no dia 18, ela não poderá fazer o

esforço necessário para desembaraçar esta cidade. Só a 4.^a D.C.R., constituída há poucos dias apenas, reunida apressadamente na região de Montcornet-Marles, conseguiu resistir durante dois dias e lançar a confusão na retaguarda das colunas inimigas, que continuam a avançar sem parar na direção Oeste.

De fato, a brecha não será fechada e a porta continua largamente aberta para a progressão rápida do exército alemão em direção ao mar.

O AVANÇO ALEMAO PARA O MAR

Durante os dias de 14 e 15, o VI exército, fortemente perseguido, teve que recuar para Anvers. Na frente dos Ingleses e do I exército francês, um violento avanço frontal pôde ser inicialmente contido. Descoberto pelo recuo do exército da Meuse, o 1.^º exército francês se transfere a 15 para a defesa do canal de Charleroi, assim como as divisões britânicas. No Norte, a situação das forças desembarcadas em Zelande torna-se crítica devido a uma progressão vigorosa dos alemães na ilha de Beveland. A 16, violentos ataques alemães à base dos carros ameaçam separar o exército britânico do general Blanchard. As divisões motorizadas francesas restabelecem repetidas vezes a situação.

De uma maneira geral, de Anvers a Charleroi a frente resiste. As unidades fortemente marteladas combatem vitoriosamente, recuando segundo um plano metódico. A 17 o grupo de exércitos do Norte se desprende e se estabelece sobre a linha Alost-Ath-Mons-Maubeuge. Neste último ponto, onde elementos se restabeleceram sobre a posição fronteira francesa, a ligação existe ainda com o IX exército. As tropas estão contudo muito fatigadas e as perdas são sérias.

O comando francês, que não cessa de recuperar divisões na Alsacia, nos Alpes, sobre a posição fortificada, visa dois fins: manter o eixo do II.^º exército entre Aisne e Meuse, para evitar o alargamento da brecha e o desbordamento do

front fortificado entre Argonne e Montmédy e tentar restabelecer a continuidade do dispositivo reunindo os exércitos do Aisne e do Norte.

Mas os avanços alemães são tão rápidos em direção a Oeste que as divisões postas à disposição do general Touchon não podem senão prolongar o front sobre o Aisne, Ailette, até Oise-de-Guise. O atacante lançando na brecha e orientando para o mar a quasi totalidade de suas divisões blindadas contenta-se em se cobrir, na face Sul, pelas unidades de infantaria. Transpõe Oise em Ribemont e Mont-d'Origny a 18 de Maio e avança para Péronne e Amiens. Saint Quentin é tomada a 18 (de manhã). Amiens encontra-se gravemente ameaçada no fim do dia.

Esta manobra ousada apresenta o perigo evidente de expôr aos golpes dos aliados um flanco de 400 quilômetros. Ela terminaria, sem dúvida, por um fracasso sério se os franco-britânicos dispusessem de reservas suficientes para proceder a uma contra ofensiva como o havia feito o Marechal Foch a 18 de Julho de 1918 em Villers-Cotterets. Mas a falta de disponibilidades, que não faria senão se acentuar, paralisará o comando francês durante todo o desenvolvimento da campanha.

O avanço alemão profundo torna necessária a organização da defesa da brecha do Oise, via utilizada em todos os tempos para a marcha sobre Paris. O general Frère é nomeado a 18 para o comando do VII.^o exército que, retirado da região de Anvers, recebe a missão de se instalar a cavalo sobre o Oise entre Coucy-le-Château e Péronne; três divisões e depois duas outras lhe são dadas para cumprir esta missão. Enquanto as tropas embarcam, a partir de 19, e se instalam sobre o canal de Ailette e o Somme, elementos territoriais pouco adaptados ao combate, organizam rapidamente a defesa do baixo Somme até o mar. A linha sobre a qual o comando francês espera deter a marcha dos alemães em direção a Paris e ao centro da França se organiza assim progressivamente da direita para a esquerda, partindo de Rethel até Abbeville, seguindo o curso do Aisne, do canal de

Ailette e do Somme. Forte à direita, em via de organização no centro, esboçada somente a Oeste, ela constitue um fraco baluarte para um ataque possível dos alemães para o Sul.

A esquerda do II.^o exército francês, por Stonne e Beumont-en-Argonne, furiosos ataques do adversário, renovados durante vários dias, são quebrados pela resistência encarniçada das tropas defendendo este eixo essencial da manobra. Os ataques alemães apresentam nessa região as características clássicas da guerra de 1918. Em particular, a aviação e os carros não representaram senão um fraco papel e as divisões de infantaria francesa, malgrado as perdas comparáveis às de Verdun em 1916, resistem vitoriosamente ao choque e mesmo, em vários pontos, rechassam as divisões alemães por contra ataques vigorosos.

(Le Temps, 14-XI-940).

(Continua)

CASA OLIVEIRA LEITE

Importação e Exportação de
Louças, Cristaes, Talheres e Utensílios
para cozinha

32 - LARGO DO ROSARIO, 32
(antigo do Largo da Sé)

151 - RUA BUENOS AIRES, 151

SEÇÃO DE ATACADO
END. TÉLEGRÁFICO VIRALEITE

EMOIDET & CIA.

Fábrica Metalúrgica Brasileira
Especialidade em Iluminação e artigos de utilidade
para presentes.

Filial e Fábrica: Rua da Carioca, 53 - TEL. 22-7570
Loja e Esc.: RUA 7 DE SETEMBRO, 75 - Tels. 23-5643 e 23-3945



LIVROS DO EXÉRCITO

AUTORES MILITARES

**História dos "Carros", Instrução Moral e Cívica,
Operações de Embarques Marítimos,
Emprégo dos Milésimos.**

Pelo 1.^o Ten. UMBERTO PEREGRINO

**Major Von H. W. Borchet — DA TORRE DE ATAQUE AO
CARRO BLÍNDADO — Organização e adaptação do
Cap. Anaurelino dos Santos Vargas e 1.^o Ten. Glimedes
do Rego Barros — P. Alegre, 1940.**

O Cap. Anaurelino dos Santos Vargas, instrutor de Armamento e Tiro na Escola das Armas, é um nome que dispensa referência. O 1.^o Ten. Glimedes do Rego Barros tem o curso do C. I. M. M. e apreciável tirocínio de tropa motorizada, já tendo servido em Unidade de Trem e Esquadrão Transportado. Atualmente dirige o Serviço Automóvel da 3.^a R. M., que organizou modelarmente. São, pois, bastante consideráveis as credenciais com que se apresenta, ao lado do Cap. Anaurelino, dando-nos o trabalho do Major Von H. W. Borchet.

O assunto é de incontrovertível atualidade. Até outro dia o "carro" era tema académico. Discutia-se exaltadamente sobre as suas possibilidades. E podia-se negá-las ou afirmá-las com argumentos igualmente definitivos... Entre nós parecia de rigoroso bom tom ser contra a moto-mezanização, com fundamento em razões que também ocorreram aos poloneses: falta de petróleo, deficiência de estradas, necessidade de aproveitamento do rebanho equino. Um belo dia veio a "blitzkrieg". Murcharam os reactionários, cessou a controvérsia, um tanto assustados todos aceitam, neste momento, o carro, o auto-metralhadora, o caminhão, a moto-cicleta... Não é essa, naturalmente, a evolução que o Maj. Von Borchart fixa. O Ten. Glinedes do Rego Barros, sim, na sua adaptação, poderia tê-la esboçado, ao menos no mesmo tom rápido e geral que o Maj. Von Borchart adotou. Em "Da Torre de Ataque ao Carro Blindado" encontrará o leitor, por assim dizer, uma reconstituição da genealogia do "carro". Conhecerá pelas características e por imagem os seus mais curiosos e extravagantes ancestrais. Nada, porém, aprenderá quem já conheça o minucioso ensaio histórico do Comandante F. J. Deygas, "Les Chars d'Assaut — Leur passé, leur avenir". Ai o carro é tomado nas suas origens mais remotas, desde os "carros de guerra" dos egípcios, de Ciro, os elefantes couraçados, o cavalo de Tróia, cujos fôros como ancestral do "carro" são, entretanto, controversos... O combatente da Idade Média, élle e sua montada recobertos de ferro, é considerado o traço de união entre o antigo carro de guerra e o moderno carro de assalto. A arma de fogo anulou toda a eficiência desse sistema, e a couraça só seria verdadeiramente restaurada com a associação do motor a explosão ao rolamento sobre lagarta. Contudo, durante a guerra do Transvaal os ingleses utilizaram trens blindados. E em 1902, o 5.º Salão de automóvel, na França, ostentava um auto-metralhadora. No ano seguinte o cap. Levavasseur apresenta o projeto de uma viatura blindada capaz de mover-se em qualquer terreno e armada com um canhão. Mandaram-no melhorar o projeto, no que consumiu dois anos, recebendo por fim a contra da Seção Técnica de Artilharia. A utilidade do seu aparelho foi tida como "fortemente contestável". De 1906 é o auto construído nas usinas Charron, Girardot et Voigt, à exceção das rodas todo protegido, com uma metralhadora instalada em torre e pois capaz de tirar em todas as direções. Transportava 3.000 cartuchos, 120 litros de gasolina, desenvolvia 40

klm. em estrada e 15 fora. O australiano M. L. E. de Mole, por volta de 1912, ofereceu ao War-Office os planos de um carro de assalto.

Não mereceu atenção, mas após a Grande Guerra um dia, recapitulando-os, verificou-se que o aparelho proposto era superior às máquinas postas em ação no Somme em 1916. Também o oficial austriaco Gunter Burstyn, citado pelo Maj. Borchet, idealizou um veículo armado e blindado que submeteu, em 1912, aos Estados-Maiores alemão e austriaco, sem que se lhe atribuisse o menor valor. No primeiro ano da guerra foram empregados alguns autos-metralhadoras de fortuna. Na verdade os franceses já haviam utilizado veículos assim desde 1908, em operações na região de Casablanca. Os russos, porém, tinham verdadeiros autos-metralhadoras, com que lograram grandes êxitos em setembro de 1915, na região da estrada de ferro de Kozoff a Tarnopol. Quando a guerra se torna de posição surge a necessidade de um engenho capaz de romper aquele equilíbrio. A imaginação de todos trabalha e eis as intenções mais bizarras. Em tal ambiente nasceu a famosa carta assinada pelo "Colonel Estienne", se propondo à "realisation de véhicules à traction mécanique, permettant de transporter, à travers tous les obstacles et sous le feu, à une vitesse supérieure à 6 kilomètres à l'heure, de l'infanterie avec armes et bagages et du canon". Paralelamente, e também em segredo, os ingleses tentavam o "tank". E antes de levarem mais longe as suas fabricações decidiram uma experiência contra o inimigo — é a ação da manhã de 15 de setembro de 1916, em que 49 "tanks" ingleses lançaram-se ao assalto. O sucesso momentâneo foi algum, mas o resultado real nulo, e os alemães adotaram prontamente uma bala perfurante, de núcleo de aço, chamada bala K. Assim, os carros Schneider se tornaram impotentes antes de qualquer utilização. Começa o próprio Estienne a substituir-lhes as couraças...

Tem muito de drama nesse itinerário obscuro, repleto de riscos e tropeços! O batismo de fogo dos Schneider em 16 de abril de 1917, na planície de Berry-au-Bac, quando dos 208 construídos sómente uma centena possuía blindagem invulnerável às balas K. Em maio, sobre 16 carros Saint-Chamond que deviam apoiar a 158.º D. I., sómente 12 chegaram até a posição de espera, na hora II, 9 conseguiram partir, 4 entraram rapidamente em pane, os restantes tomaram parte no combate, mas só um transporz a primeira trincheira alemã. A carga no contra-

-ataque de Mangin é esplêndida, mas estávamos em junho e sómente um ano depois os Renault seriam estreados, assim mesmo em pequeno número (vinte e um), não em massa como desejava Petain. Contudo, fizeram bom trabalho, e daí em diante estão em todas as batalhas. Mas era defeituosa a instrução das equipagens, por falta de material de treinamento; deplorável o recrutamento, que se fazia entre antigos feridos de todas as armas, egressos da Artilharia por incapacidade física, recuperados pelos diversos conselhos de revisão. Até que o nítido sucesso da batalha de Cambrai veiu arredar as últimas hesitações do alto comando francês. Para a ofensiva de Lorraine, a ser desencadeada em 14 de novembro de 1918, tinham sido concentrados 600 carros. O programa para as operações de 1919 pedia 6.000. O armistício impediu que se assistisse em toda a amplitude à batalha dos carros.

Airma o Maj. von H. W. Borchet que as dificuldades materiais na guerra mundial não permitiram a fabricação de grande quantidade de carros por parte dos alemães. A verdade não é essa toda nem exatamente. Sabe-se que o insucesso inicial do carro turvou o senso crítico dos alemães que concluíram formalmente contra ele e não o quiseram nunca. Apregoavam que contra os carros bastavam nervos sólidos disciplina e intrepidez. E mesmo quando mudaram de opinião procuraram os meios de neutralizá-los. Aliás, logo linhas abaixo o Maj. Borchet informa que uma das primeiras providências de Hitler, ao alcançar o poder, foi ordenar a organização da arma blindada alemã, de sorte que em pouco foram aperfeiçoados e construídos novos carros de reconhecimento e de combate. Ora, essa intervenção direta do Chefe do Estado, indica, de certo modo, que a soberania do carro ainda não estava consumada entre os responsáveis pelo exército alemão. Ou então porque é que não partiu deles a iniciativa? Seja como for, custa crer que na Grande Guerra as dificuldades fossem apenas de ordem material. Em 1918, como rejeira o Maj. Durval Magalhães Coelho, os alemães "ridicularizavam as carcassas". Acentue-se, em todo caso, que se a expressão aquele tempo já era injusta hoje seria absurda. Carcassas? É verdade, a monografia do Maj. Borchet contém apenas rápidas passagens relativas à história técnica do carro, digamos assim. Assinala o aparecimento do motor a explosão, cuja potência em relação ao peso muito superior a da máquina a vapor, veiu possibilitar a retomada

do problema do carro; assinala a invenção da lagarta e das chapas de aço-níquel ou cromo. Mas é só. Nesse particular o livro do Ten. Cel. J. Perré, "Les Chars de Combat" continua a ser o melhor documento. A evolução técnica do material, a marcha das diversas concepções e fixação das escolas, tudo isso vem nele admiravelmente.

Vê-se que o trabalho traduzido e adaptado pelo Cap. Anaurelino e Ten. Rego Barros não acrescenta nada à bibliografia do assunto. Seu maior defeito, porém, será o tom de propaganda mal disfarçado, que os adaptadores, se podaram, não conseguiram evidentemente eliminar.

Sei que este é apenas o primeiro de uma série de trabalhos do mesmo gênero que a dupla Cap. Anaurelino - Ten. Rego Barros pretende dar-nos. Devemos esperar que nos seguintes a intervenção adaptadora se exerça mais amplamente. Desta vez suponho que houve muito pouco de adaptação e quasi tudo de tradução. Mas quantas vezes um trabalho serve de pretexto a outro que o supera de muito! Quantas vezes a introdução faz a fama de um livro, as notas se avantajam ao texto! Aguardamos os próximos trabalhos com muita curiosidade e confiança.

Cap. Mario Fernandes Imbiriba — BREVIARIO DA INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA — Recife, 1940.

Não consigo me convencer de que dê resultado a instrução moral e cívica do soldado ministrada por intermédio de "breviários", em que noções da mais alta importância são apresentadas como penosas abstrações. Preferiria que se apelasse para outros recursos — a figura, o gráfico, os mapas, os jogos, o ceremonial rápido, mas rigoroso e impressionista. Um hasteamento da bandeira com banda de música, comandos vigorosos, muita rigidez e respeito, acende centelhas na alma de todos, e ensinará mais ao recruta que todas as preleções, ainda que nunca tenha ouvido falar na pátria nem na bandeira. Em fim, o que se quizer inculcar virá assim pelo impressionismo e o que seja de ensinar, propriamente, virá pela exploração sistemática da memória visual. As "Salas de Instrução", organizadas nos moldes da que existe no Esquadrão de Autos-Metralhadoras do C. I. M. M., permitem isso. A contribuição da palavra escrita será, pois, mínima. E quando ocorra há de ser sob forma especialíssima. A literatura destinada a transmitir certas noções aos soldados se aproximará, tanto pela linguagem como pela natureza,

da literatura infantil. Não há motivo para caretas. Isto é tanto mais imperativo quanto se sabe que modernamente há uma coisa chamada "idade mental", que a pedagogia leva em absoluta conta. E quem passou pelos nossos quartéis não ignora como é baixo o nível mental da massa que por ele transita. O livro do Cap. Imbiriba, de modo geral, se desliga de tais realidades. E, sinceramente, duvido que seja essa a linguagem apropriada, para penetrar um recruta do crime que é a deserção: "o uso do verdadeiro nome ser-lhe-á um pesadelo, a todo momento pende-lhe iminente o cárcere, a polícia o procura. (pág. 25). Mais precioso ainda esse período de preleção sobre a Pátria: "Sem embargo de explicações racionais ou exóticas, certo, no coração do homem germina uma afição particular pela terra do seu nascimento" (pág. 32).

Não sei, todavia, como pode suceder isso, porque os questionários, ao termo de cada preleção, são admiráveis de inteligência e precisão. De-sejar-se-ia que o livro todo afixasse por eles. Avançando, porém, na leitura retira-se apressadamente esse humilde pensamento. Surge uma conferência sobre Tiradentes, proferida numa concentração de estudantes. O "Breviário" adensa-se. Eis discussão em torno do julgamento dos nossos colonizadores, da evolução das idéias liberais, do desequilíbrio da vida da colônia devido à ruina da vultosa massa humana que se aglutinara em torno das minas.

Com pouco, na despedida de uma turma de reservistas licenciados, se nos depara, defendido com grande proficiência e compreensão, o restabllecimento das colônias militares.

E logo adiante, falando aos "casados" o Cap. Imbiriba ataca o problema da limitação da natalidade. Seria ingênuo o desembaraço com que resolve a questão se não se estivesse dirigindo a seus soldados da véspera. Mas se esta circunstância o exculta de um lado, por outro o agrava. Fica à mostra um êrro de perspectiva. Aqueles a quem aconselha são precisamente os que não precisam, porque desconhecem as práticas que lhes estão sendo desrecomendadas. Sabidamente as classes média e rica são, entre nós, as que promovem a limitação da natalidade. O pobre e as populações rurais procriam copiosamente. Nada, portanto, compete dizer-lhes. Tudo está em ampará-los, melhorar-lhes as condições de vida. Filhos multiplicam por si, sem pausa, o que não tem são meios de criá-los saudos, nutritivos e de educá-los. Em suma, o

problema existe efetivamente, apenas os seus verdadeiros termos não são os simplíssimos em que o coloca o Cap. Imbiriba.

O Gen. Lobato Filho, no Prefácio, da 1.^a edição, prevê que "o Breviário do capitão Imbiriba, nas mãos de um bom instrutor dará excelentes resultados". A intenção do autor, confessadamente, foi escrever para soldados. Entretanto, parece que o livro é excessivo para isso, assim pela forma como pelo tratamento de alguns temas. Para instrutores também não creio que se preste, pelo menos muitos se recusariam a segui-lo integralmente.

Quaisquer que sejam, todavia, as divergências e restrições que se possam fazer ao trabalho do Cap. Imbiriba, uma coisa é dominadora: a simpatia pela sua inteligência cultivada e interessada nas puras conquistas do espírito.

Cap. Eduardo Campelo — TEORIA E EMPREGO DOS MILÉSIMOS — Pap. Velho, 1940.

Cap. Eduardo Campelo — ESTUDO DAS OPERAÇÕES DE EMBARQUE E DESEMBARQUE POR VIA MARITIMA — Pap. Velho, 1940.

Diante de certos livros técnicos eu me lembro sempre da anedota.

Um sertanejo tinha morrido numa colossal enchente do rio S. Francisco. Quando chegou ao ceu foi logo cercado. Todos desejavam saber notícias da terra e sobretudo como tinha sido a enchente. Era o que o sertanejo queria e começou a falar, inflamou-se, contou o que acontecera e mais o que a imaginação lhe ditou. O espanto era geral. Sim, senhor, que enchente! Só um velho, corpulento e barbudo, mantinha-se impassível. O sertanejo, já perfeitamente senhor do ambiente, impacientou-se, julgou aquilo ofensivo. Uma hora, não podendo mais, inquiriu alguém da roda: "Amigo, escute aqui, quem é aquele velho? Ele é surdo?" — "Não senhor, pois não sabe, aquele é Noé".

Ora, em face dos assuntos técnicos o nosso estado de espírito é quasi sempre, o do homem que viu o dilúvio — não há novidades, já conhecemos tudo, já vimos melhor. Em todo caso, esse volume do Cap. Eduardo Campelo, "Teoria e Emprego dos Milésimos", tem a vantagem de reunir uma matéria que esteve sempre dispersa. E alem de reuní-la en-

cadeia-a de uma forma inteligente. O que vem sobre a bússola Peigné e o binóculo Zeiss — descrição, características, emprego, conservação — será útil a qualquer um. Entre as fontes de que se valeu o autor está Mathieu, que continua insuperado no terreno da Topografia.

O outro volume do Cap. Eduardo Campelo versa sobre um assunto que não é batido. Folheando-o adquirem-se as noções essenciais no tocante a embarques e desembarques por via marítima. Ainda aqui o mesmo objetivo, que não é abandonado nem ao ser ventilada a questão da hora mais conveniente à operação de desembarque, ponto de debate entre os sumidados, almirantes e generais. O Cap. Eduardo Campelo expõe que uns preferem a madrugada, outros a noite, arrola as vantagens e desvantagens das duas soluções e pronto. Por tudo isso o seu folheto merece elogios e será bom introdutor num assunto em geral esquecido.

Livros recebidos:

Cap. Severino Sombra — *As Duas Linhas de Nossa Evolução Política* — Zélio Valverde, livreiro-editor

Maj. A. Batista Gonçalves — *InSTRUÇÃO DA OBSERVAÇÃO nos CORPOS DA TROPA* — 1940.

Dr. Peregrino Junior — *A Alimentação das Classes Armadas* — (Conferência realizada no Centro de Estudos do Hospital Central do Exército e repetida no Hospital da Marinha) — 1940.

Maj. José Faustino Filho — *Código da Justiça Militar* — 1940.

Maj. José Faustino Filho — *Índices do C. I. M.* — 1940.

NOTA — A remessa de livros deve ser endereçada ao redator desta seção na redação de *A DEFESA NACIONAL*.

"A armadura administrativa da França, que nos parecia tão sólida, desmoronavam-se sob as bombas da aviação alemã. Porque não tinha o domínio do ar, o governo perdia o da terra..."

(Do livro "A Tragédia na França", de André Maurois).

N oticiário & L egislação

CEL. EPAMINONDAS DE LIMA E SILVA

Faleceu no dia 17 do mez passado o Cel. Lima e Silva, fundador desta Revista e um dos seu antigos Diretores.

Havendo estagiado na Alemanha, trouxe de lá o entusiasmo pela perfeição e, como principal objetivo, o de difundir, entre nós, os ensinamentos adquiridos naquele adiantado centro de cultura militar. Na realização destes sens ideais, foi um dos pioneiros mais destacados no aprimoramento da instrução da tropa e na obra de transformação e soberanimento do nosso Exército.

Como Capitão integrou a chamada "Missão Indígena", realizando no comando da Bateria da Escola Militar, uma obra notável na formação moral e profissional dos nossos oficiais. Seus discípulos de 1919 etingem presentemente os altos postos da hierarquia militar, honrando o mestre devotado.

Posteriormente, como oficial superior, deixou o traço de sua inteligência brilhante e de sua ação eficiente no comando do 1.^o G.A.Mh., na chefia do E. M. da 2.^o Região Militar, no comando da 9.^o Região Militar, na Sub-chefia do Estado Maior do Exército e em todos os cargos que exerceu, servindo ao Exército e à Pátria.

Acatado e respeitado pelo saber e pela austeridade de suas atitudes, foi um Chefe sempre cercado pela admiração dos subordinados e pela confiança dos superiores.

Com ele desaparece um digno e um justo.

* * *

Entre os traços da sua forte personalidade, havia um, conhecido apenas daqueles que tiveram a ventura de servir ao seu lado: — era a bondade, a grandeza de coração.

A seriedade, a retidão e a severidade com que pautava todos os seus atos, não permitiam que o observador superficial sentisse aflorar esta qualidade marcante de seu caráter.

Porem, com a convivência maior, quando se o conhecia de perto e quando se desvendava mais as linhas de sua alma, descobria-se toda a grandeza do coração deste oficial exemplar, que foi o Cel. Epaminondas de Lima e Silva.

* * *

"A Defesa Nacional", consignando, com pesar, o passamento do seu fundador e antigo Diretor, apresenta à Exma. Família Lima e Silva as suas sentidas e respeitosas homenagens.

RELAÇÃO DOS SOCIOS DA "A DEFESA NACIONAL"

Cap. Aluizio Miranda Mendes
 Cap. Aleyr d'Avila Mello
 Maj. Armando Villanova Pereira de Vasconcellos
 Cel. Alexandre Zacharias de Assumpção
 Cel. Antonio José Ozorio
 Cel. Anôr Teixeira dos Santos
 Maj. Archimedes de Araujo Doria
 Maj. Antonio José Coelho dos Reis
 Maj. Armando Baptista Gonçalves
 Maj. Alexandre José Gomes da Silva Chaves
 Maj. Antonio de Alencastro Guimarães
 Ten.-Cel. Antonio José de Lima Camara
 Maj. Aurelio da Silva Tavares
 Cap. Aymar de Lima.
 Cap. Aluizio Pinheiro Ferreira
 Gen. Bertholdo Klinger
 Maj. Benjamin Rodrigues Galhardo
 Ten.-Cel. Carlos Pfaltzgraff Brasil
 Maj. Cyro do Espírito Santo Cardoso
 Maj. Djaima Dias Ribeiro
 Maj. Descartes Cunha
 Maj. Deodoro Sarmento
 Cap. Eduardo Regis Vieira
 Maj. Emilio Rodrigues Ribas
 Maj. Eduardo Faustino da Silva
 Cel. Euclides Zenobio da Costa
 Gen. Estevão Leitão de Carvalho
 Cel. Everaldino Alcestes da Fonseca
 Cap. Enock Marques
 Ten.-Cel. Flávio Mario Bezerra Cavalcanti
 Gen. Francisco José Pinto
 Maj. Floriano de Lima Brayner
 Maj. Fernando Pires Besouchet
 Maj. Godofredo Vidal
 1.º Ten. Guilherme E. dos Santos

Cap. Geraldo Lemos do Amaral
 Gen. Heitor Augusto Borges
 Maj. Humberto de Alencar Castelo Branco
 Cel. Heitor Bustamante
 Maj. Ilidio Romulo Colonia
 Maj. Ignacio de Freitas Rolim
 Maj. Inimá de Siqueira
 Ten.-Cel. José de Lima Figueiredo
 Ten.-Cel. José Faustino da Silva Filho
 Ten.-Cel. João Vicente Sayão Cardoso
 Cap. José Salles
 Maj. Joaquim Soares Ascenção
 Cel. João Baptista de Magalhães
 Maj. João Baptista de Mattos
 Gen. João Marcelino Ferreira e Silva
 Maj. José Teófilo de Arruda
 Maj. João Dias Campos Junior
 Maj. João Ururahy Magalhães
 Maj. Jair Dantas Ribeiro
 Cap. José Luiz Jansen de Mello
 1º Ten. Lauro Reblo Ferreira da Silva
 Cap. Luiz Gomes Pinheiro
 Ten.-Cel. Luiz Augusto da Silveira
 Cap. Moziul Moreira Lima
 Maj. Marcos Mesquita de Azambuja
 Gen. Miguel da Costa Ayres
 Cap. Miguel Archanjo de Souza Aguiar
 Ten.-Cel. Octavio da Silva Paranhos
 Maj. Odylio Denys
 Cel. Orozimbo Martins Pereira
 Maj. Olopercio de Almeida Daemon
 Gen. Pedro Aurelio de Gois Monteiro
 Gen. Pantaleão da Silva Pessôa
 Cap. Pedro Geraldo de Almeida
 Cel. Raul Silveira de Melo
 Cel. Renato Baptista Nunes
 Maj. Renato Rodrigues Ribas

Maj. Renato Bittencourt Brigido
 Maj. Samuel da Silva Pires
 Maj. Scipião da Silva Carvalho
 Cap. Sebastião Valeriano de Moraes
 Cel. Tristão de Alencar Araripe
 Maj. Walter de Souza Daemon



ORAÇÃO PRONUNCIADA, EM CURITIBA, PELO SR. VALENTIM F. BOUÇAS

Por ocasião da inauguração da Quinta Conferência Regional de Legislação Tributária, o Sr. Valentim F. Bouças, secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, pronunciou o seguinte discurso:

Sr. Interventor.

Srs. Delegados.

Meus Senhores.

Estamos completando, nesta última reunião preliminar, o circuito do Brasil. Percorremos o Norte e o Nordeste, fomos ao Centro e penetrarmos no coração da Pátria. No Maranhão, na Baía, no Espírito Santo e em Goiaz, vimos sempre o mesmo Brasil que vemos aqui, no Paraná.

Vinte dias dura essa peregrinação que, não obstante seus objetivos técnicos, tem seu sentido cívico. A constante vibração patriótica, em que vem vivendo nosso espirito, confunde-se com a trepidação dos motores dos aviões militares e civis que, pelo litoral e pelo interior, nos tem conduzido através estes céos. Sob os nossos olhos maravilhados perpassaram em tão curto espaço de tempo as mais diferentes topografias que formam, em seu conjunto, este imenso continente que se chama Brasil.

Vimos o Norte profundo e misterioso, onde tudo é incomensurável e onde se anela o próprio senso das proporções, até no esplendor de sua natureza ou mesmo no empobrecimento de seu povo. Vimos o Nordeste castigado pelas inclemências da sua natureza e cujos filhos possuem a tenacidade e a coragem dos povos das terras calcinadas. Vimos o Centro litorâneo, onde os homens já atingiram um apreciável grau de eficiência, graças a condições propícias nascidas do solo e dos recursos ali acumulados historicamente. E vimos o Centro mediterrâneo, onde o homem é o pioneiro de uma nova civilização, e a terra é a terra da promissão da nossa epopeia do século XX, que é a "marcha para o oeste".

Reportando-nos ao inicio da vida nacional, aos recuados séculos da nossa formação, do nosso desenvolvimento e da fixação da atual fisionomia política do Brasil, nós vamos constatar as extraordinárias mutações por que passámos.

O Norte e o Centro mediterrâneo são regiões que permanecem ainda na fase extractiva primária, embora ambas tenham tido suas éras de abastança: aquela, com a borracha, na transição do século último para o atual e, a segunda, com a mineração, durante o regimen colonial. Ambas dominaram o mundo nas respectivas produções, porem nenhuma soube conservar o cetro exatamente por falta de evolução nos seus processos de trabalho.

O mesmo fenômeno vamos encontrar no Nordeste que, tendo por dois séculos abastecido o mundo de açúcar e algodão, acabou perdendo essa hegemonia por indeclinável apego à monocultura e ao empirismo de seus métodos.

Com o Centro litorâneo, entretanto, já não se deu o mesmo, e essa é a razão por que o venios tão distante das outras três regiões. Ali, um trabalho agrícola mais bem orientado e uma tendência constante para o beneficiamento industrial das matérias primas, determinaram o ciclo de prosperidade em que vive e que o faz sobressair de maneira avantajada.

Nós sabemos que foi o café o principal fator desse progresso que enriqueceu o Centro, influindo até certo ponto, no empobrecimento do Nordeste. Mas também não devemos esquecer que, se este se houvesse afastado da monocultura oportunista por que se orientava, e tivesse ainda se adaptado à técnica que nos países concorrentes determinou a racionalização da produção açucareira e da algodoiera, não teria sofrido tanto com a migração das massas negras, libertadas em 1888, e dos capitais que as seguiram rumo ao Sul.

Eis um panorama que justifica plenamente aquela figura esboçada pelo Sr. Presidente da República a respeito da economia brasileira e segundo a qual o nosso país se assemelha a um arquipélago, entre cujas ilhas nada existe, como na superficie do mar.

Entre as ilhas económicas avulta a que constitue os três Estados desta região. Como as demais, a sua posição, relativamente ao conjunto, tem expressão própria. Acontece, porem, que, aqui, essa expressão mais se aproxima da do Centro litorâneo, pela fase agro-industrial em que se encontra e pelo contingente de sangue europeu que lhe emprestou um caráter exclusivo no Brasil.

O panorama nacional, no terreno económico, sofre os reflexos das características regionais. Hoje, que o Brasil se encontra em sua oportunidade histórica, temos de considerar essas peculiaridades para, convertendo em favoráveis os fatores adversos, ir sucessivamente atenuando os desniveis que apresenta. A realidade atual deve ser encarada à luz

da experiência do passado, assim de não incorrermos nos mesmos erros e podermos tirar partido daqueles ensinamentos e desta oportunidade que a História nos oferece.

Aquela experiência, devemos hoje, o conhecimento que possuímos das alternativas por que passou o Brasil, que em cada século de sua vida dominou, no concerto das nações, um determinado setor da atividade humana. Assim, fomos sucessivamente os maiores produtores de ouro, prata e pedras preciosas, de açúcar, de algodão, de borracha e de café. De todos esses produtos, com exceção do último, perdemos o domínio dos mercados internacionais, em consequência do empirismo e do espírito oportunista que reinava entre os nossos homens daquela época. Isso quanto a nós, porque outros fatores também pesavam, e o mais importante de todos — precisamos reconhecer francamente — foi a constante exploração a que nos submeteu a finança internacional, desde o momento em que assinarmos certos tratados e contraímos determinados empréstimos para garantir e custear a proclamação da nossa independência política, que assim se transformou em dependência econômica.

Temos, entretanto, outras evidências para comprovar o estranho paradoxo que acabo de mencionar. Quero me referir à Defesa Nacional.

Quem percorrer o Brasil inteiro ha de encontrar, por toda a orla litorânea e por todas as fronteiras terrestres, os velhos fortões construídos no período colonial. Muitos estão reduzidos a escombros, outros ainda são utilizados, mas, úteis ou não, eles são o símbolo do poderio de uma época longínqua, e foi com eles que garantimos a existência nacional desde o começo.

Depois, áfora uma ou outra realização, nunca mais tivemos recursos para prosseguir, em matéria de defesa nacional, no mesmo ritmo evolutivo que se observa na maioria dos setores fundamentais da vida brasileira.

Em determinada época do século passado, fomos também a maior potência naval do continente. Mas foi só naquela determinada época porque dai em diante, não um, mas vários países norte e sul-americanos ultrapassaram o nosso poderio marítimo, embora conservássemos a posição de maior potência econômica da América Latina.

E' que, convenhamos, a causa não reside apenas na responsabilidade dos brasileiros, mas particularmente na exploração imperialista a que estivemos submetidos, em caráter de semi-colônia, até 1930. Foi este, sem dúvida, o marco da nossa emancipação econômica, como o ano de 1822 foi o da independência política.

Desde 1930 que tomámos o caminho acertado, e à medida que por ele avançamos, mais energia se tornava necessária, porque foi durante o seu percurso que podemos observar os incomensuráveis prejuizos

trazidos à Nação brasileira pela política de empréstimos externos, que fora o principal instrumento daquela secular exploração.

Desde Mauá que a história nacional pode ser estudada através dos imensos esforços do povo brasileiro em busca da sua industrialização. Mas como considerar-se industrial um país sem reserva, um país cuja balança comercial nunca chegaria a equilibrar a balança de pagamentos e que, para a cobertura de seus *deficits*, fazia sempre novos apêlos ao recurso estrangeiro? Como considerar-se industrial um país sem indústria pesada, um país que, para beneficiar primariamente suas matérias primas, precisava adquirir no exterior os maquinismos necessários? Um país industrial é somente aquele que fabrica suas próprias máquinas e Mauá já dizia que "a indústria que beneficia o ferro é a mãe das outras".

E o caso de perguntarmos aqui, se com o problema da dívida externa, conforme se encontrava, poderíamos, hoje, assistir à epopéia de Volta Redonda, o surto de racionalização que vai desde a agricultura até à administração pública, o progresso constante, o surpreendente desenvolvimento da economia brasileira e do aparelhamento da defesa nacional. Poderíamos nós dispôr dos recursos que hoje contribuem para a aceleração de todas as nossas atividades, públicas e particulares?

Enquanto as grandes potências da terra se destróem mutuamente, acarretando com essa destruição, a destruição da velha civilização de que se originou a nossa, nas Américas e, particularmente no Brasil, encontramos as massas humanas entregues aos seus afazeres da paz.

Uma situação nova surgiu em consequência da guerra, e a nós cabe tirar dela o maior partido possível. Estamos quasi que isolados do mundo. Dos outros países ou continentes com que mantínhamos intercâmbio, poucos se conservam ao nosso alcance. Restam-nos, portanto, os das Américas e a esses devemos dedicar o máximo de nossa atenção, porque é aqui que vamos encontrar a nossa oportunidade.

Esses países irmãos distinguem-se, para nós, em industriais e agrários. Aqueles, ou melhor, aquele, pois se trata de um apenas, precisa de nossas matérias primas e até mesmo de alguns produtos da nossa indústria de transformação. Os outros, e são todos os demais, o que necessitam de nós é manufaturas, porque as nossas manufaturas são boas, de tráfego garantido e a preços conformes ao seu *standard*, standard próprio dos povos de economia elementar.

Em compensação, do princípio recebemos máquinas para as nossas indústrias, inclusive a pesada, ora em organização, e algumas manufaturas que o nosso parque industrial relativamente incipiente — em consequência justamente da falta da grande siderurgia — ainda não pode produzir. E dos outros, produtos agrícolas e matérias primas.

Calculam os economistas que a relação entre o valor dos produtos industriais e os agrícolas é de uma por 8 horas de trabalho. Considere-

rando-se, no caso presente, êsses valores, teremos a justa medida da maravilhosa perspectiva que se abriu ao nosso país e que só tende a desenvolver-se com o transcorrer do tempo.

Quanto às relações interestaduais, o fenômeno é semelhante, desde que o Brasil, pela diversidade de seu clima e de sua topografia, constitue por si só um continente. Temos Estados que se adeantaram aos demais em seu progresso. Por conseguinte, temos dentro do Brasil certas diferenças que precisam ser corrigidas, sob pena de agravarmos a clássica injustiça dos Estados ricos e Estados pobres, que tantos argumentos políticos forneceu à demagogia.

Eis aí a realidade, e a nós cabe, hoje que vivemos uma fase essencialmente nacional, encontrar os meios com que modificá-la. Assim, o fenômeno atual do mercado pan-americano tem consideráveis semelhanças com o do nosso mercado interno. O desenvolvimento de ambos, portanto, deve ser paralelo.

Deve ser paralelo até certo ponto, convenhamos, porque também é nosso dever cuidar da melhoria econômica dos Estados em situação desfavorável. O Sr. Presidente Getúlio Vargas disse que "o sentido do nosso imperialismo é crescer dentro de nós mesmos, levando as fronteiras econômicas até o limite das fronteiras políticas" e disse também que "para o Estado Nacional não há mais Estados grandes e nem Estados pequenos, porque grande só é o Brasil".

Com efeito, quanto mais alto for o nível de vida das massas populares que permanecem em regimen agrário, maior necessariamente será seu poder aquisitivo, e isso corresponde a uma intensificação da produção das populações agro-industriais.

Vários são os elementos capazes de influir nessa política, que é a melhor política econômica a ser seguida pelo nosso Governo. Entre outros, porém, avultam a tributação e a aplicação de rendas.

Desejo tratar em primeiro lugar do segundo fator. Não me vou referir às rendas fiscais, porque estas se vinculam intimamente com a tributação mesma. Quero referir-me à questão da previdência social, a qual, orientada em sentido econômico, pode converter-se num dos mais eficientes fatores de progresso para o nosso país.

O capital de um povo não se avalia pelas reservas metálicas de que possa dispôr, mas principalmente pelo valor do trabalho de seus filhos. No caso particular do Brasil, que não é país detentor de ouro, a capacidade de trabalho dos brasileiros, somada aos recursos naturais da terra e aos meios disponíveis, vale, por um grande capital.

Ora, os institutos e caixas de aposentadoria e pensões recolhem, de todos os recantos do Brasil, mais de meio milhão de contos anualmente. Com exceção de um, todos os demais recolhem a sua arrecadação aos principais centros, quando não a concentram na Capital da República. Agravam-se, assim, os problemas da falta de recursos fi-

nanceiros em que se debatem as regiões menos desenvolvidas. Além do pouco que possuem, seus parcos recursos lhes são retirados em favor daquelas que já apresentam certa concentração de capital.

Felizmente, a orientação do Governo se encaminha para a aplicação daquele meio milhão de contos recolhido anualmente, em iniciativas de caráter econômico. Teremos, é bem possível, muito breve uma entidade para aplicação de reservas, a qual deverá fomentar a economia de cada Estado no que ela tem de mais típico, como sejam energia, transportes, usinas para a industrialização em alta escala das matérias primas locais.

Em países como o nosso, onde a iniciativa particular se ressentiria da exiguidade de capitais, compete ao Governo determinados empreendimentos que venham a se converter em riqueza nacional. E os projetos do nosso Governo, nesse sentido e a respeito dos recursos obtidos através da previdência social, evidentemente que se adaptam às mais imediatas necessidades do nosso desenvolvimento econômico e do aparelhamento da defesa nacional.

Se no passado, o Governo brasileiro deu garantia de juros aos capitais estrangeiros aqui invertidos, por que não fazer o atual a mesma coisa, com os recursos nacionais especialmente em que se tratando de um patrimônio social dos brasileiros? Com isso, entre muitas consequências do maior alcance, estaremos fomentando o desenvolvimento econômico nacional e assegurando simultaneamente, o conjunto das obrigações da previdência, com uma garantia de rentabilidade que ainda não teve e que tem sido, até agora, o seu único ponto fraco.

Precisamos ter sempre em vista o que se está passando pelo mundo, a fim de que nos preocupemos permanentemente com a nossa defesa. Hoje em dia a guerra afeta um povo por inteiro, e não mais como antigamente, apenas os exércitos em ação. Todos os cidadãos, portanto, têm o dever de participar da defesa, trabalhando no abastecimento ou empunhando as armas. Devem, por conseguinte, enquanto é tempo, dar às suas classes armadas os recursos com que aperfeiçoar sua técnica e melhorar seu material. A nação é um todo, e quando uma Nação está corroída pelas dissensões internas, seu aparelhamento bélico se resente, torna-se fraco e ela vulnerável, como já tivemos ocasião de assistir na atual conflagração.

No Brasil, para fortuna nossa, estamos mais unidos do que nunca. O que precisamos é de recursos materiais para completar a obra de unidade moral cívica já realizada e, assim, poder garantir nosso território como nossos antepassados o fizeram no testemunho eloquente das fortalezas que por ai estão, qual símbolo do seu sacrifício e qual chamamento à nossa responsabilidade.

O Brasil, de 1937 para cá, está recuperando o século que perdeu em razão do domínio imperialista. Seu progresso marcha com velo-

cidade fantástica. Todos os setores da vida nacional adquirem o ritmo dos novos tempos. O Brasil como que sacudiu a poeira do marasmo e está enveredando resolutamente pelo caminho da sua organização e do seu desenvolvimento.

Se fossemos fazer aqui, um balanço do quanto já foi feito de 1930 a 37, e desse ano histórico aos dias de hoje, verícaríamos uma soma espantosa de medidas, algumas das quais já o martir da Inconfidência reclamara e depois dele muitos nomes ilustres que a História conserva em destaque. Pensamos que Mauá, se vivo fosse, encontraria a felicidade na concretização de muitas de suas aspirações, inclusive no ressurgimento do espírito de associação que ele tanto pregou e até encarnou, ressurgimento que devemos não só às necessidades do nosso expansionismo como, também, às leis que o propiciaram e protegeram.

Como Nação vamos enriquecendo pelo nosso trabalho e pelo nosso trabalho à era de prosperidade efetiva que precisamos atingir para a nossa Pátria, porque só assim poderemos fortalecer-la ao ponto de que deixe de ser uma presa cobiçada e se torne, por si só, motivo do mais profundo respeito para quantos sentirem as palpitações da ambição.

Ora, um país que vai nessa marcha e que vê seus filhos forjarem pelo próprio esforço uma riqueza nova, não pode permanecer com suas finanças moldadas à feição antiga. Precisa também racionalizar seu aparelhamento administrativo, a fim de que o governo não se torne um entrave às atividades particulares, mas ao contrário, uma lídima síntese dessas atividades. Exemplos não nos faltam. Basta ver que os países mais desenvolvidos economicamente são aqueles que mais bem administrados se apresentam. O Estado, hoje, deve ser dirigido como uma empresa comercial e os métodos utilizados por esta podem ser aplicados às suas atividades.

Esse, senhores, o grande e profundo significado do Estado Nacional. Sua instituição corresponde a organização e a eficiência, isto é, o progresso.

Os Estados e Municípios, pela Carta Constitucional, tinham suas rendas discriminadas, porém foi a Conferência dos Secretários de Fazenda, em 1938, que deu sentido prático a essa discriminação. Cada Estado e cada Município tinham um orçamento a seu modo e algumas comunas nunca haviam apresentado um balanço do seu exercício financeiro. As Conferências de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários deve-se a padronização nos orçamentos e dos balanços estaduais e municipais, através das normas financeiras, orçamentárias e de contabilidade, convertidas em lei.

Se do ponto de vista financeiro-administrativo tanto se alcançou, do ponto de vista econômico-administrativo não menores foram os resultados obtidos. A Conferência Nacional de Economia e Administração, cujas preliminares foram realizadas no Rio de Janeiro em 1939

e, logo após, em 1940, nas cinco Regiões Geo-Econômicas deu aos Srs. Interventores uma idéia de conjunto de forma que cada um sentiu que os problemas de seu Estado eram problemas do Brasil e que os problemas dos demais Estados eram seus próprios problemas.

Eis ai as principais atividades nacionais de que o Conselho Técnico de Economia e Finanças participou, animado sempre do entusiasmo jovem que tão bem sabe incutir no espírito daqueles que trabalham sob suas vistas o Sr. Presidente Getúlio Vargas.

Foram muitos, portanto, os domínios econômico-financeiro-administrativos atingidos pela ação governamental. Outros menos ou mais importantes, haviam ficado para ulterior providênciia. Entre estes, como dos maiores do país, o da legislação tributária por que se orientam os Estados e os Municípios. Verificou-se aqui uma estranha alternativa: — enquanto a técnica moderna, trazida ao país pelo Estado Novo, rejuvenescia a economia nacional e a administração pública, a arrecadação fiscal permanecia, com leves alterações a mesma que um remoto passado nos legara.

A propósito, o Sr. Presidente Getúlio Vargas assim falou:

"Nas circunstâncias particulares que atravessamos o fortalecimento do mercado interno deve constituir objetivo constante e só o poderemos atingir reformando o sistema tributário por um lado, e melhorando a rede de transportes, por outro. Reforma de tamanho alcance deverá, afinal, compensar-se, num código capaz de resolver a maior parte das dificuldades, dando-lhe orientação segura e uniforme".

porque — e é ainda S. Ex. quem o diz — "é tempo de reconhecermos e proclamarmos o princípio segundo o qual todo o imposto que dificulta a livre circulação interna das mercadorias resulta anti-econômico e deve ser abolido".

Os decretos-leis presidenciais que convocaram a Conferência Nacional de Legislação Tributária tem ai a sua explicação, bem como no artigo 25 da Constituição, que veda tanto aos Estados quanto aos Municípios cobrar, sob qualquer denominação, impostos inter-estaduais, inter-municipais, de viação ou de transporte, que gravem ou perturbem a livre circulação de bens ou de pessoas e dos veículos que os transportaram, isso porque "o território nacional constituirá uma unidade do ponto de vista alfandegário, econômico e comercial".

Em cumprimento a mais essa honrosa incumbência dos altos poderes da República, procedeu a Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças aos trabalhos preparatórios, baseando-se para tanto na legislação tributária dos Estados e Municípios e nos dados de caráter financeiro, extraídos das arrecadações de 1936 à 1939 e da previsão orçamentária de 1940.

Com o material colhido, embora deficiente até certo ponto, levantamos em duas séries de quadros analíticos e estatísticos um panorama da realidade brasileira e as primeiras conclusões aqui estão, nesta plenária de incongruências: impostos que se enquadram rigorosamente dentro da classificação de anti-econômico de que falou o Sr. Presidente da República; impostos que obstruem a circulação das riquezas entre os Estados, entre os Municípios e para o estrangeiro, e que gravam a produção na própria fonte, estrangulando-a portanto, e, o que é mais grave, impostos desse tipo cobrados por municípios; impostos cujas taxas variam de Estado para Estado, de Município para Município, em proporções absurdas; impostos aparentemente diretos que gravam ainda mais a circulação das riquezas; multiplicidade de pequenos impostos; arrecadação cara e ineficiente; enfim, confusão, disparidade, multas, prejuízos, sonegações, etc.

No regimen atual, em consequência da multiplicidade de tributos, a arrecadação é dificilíma e, na maioria dos Estados e Municípios, não se baseia mais na realidade brasileira. Isso implica uma série de problemas correlatos, como sejam, encarecimento dos serviços de arrecadação, maior evasão de rendas, com consequente e injusta agravamento daqueles que pagam regularmente; surge a animosidade entre o fisco e o contribuinte, a intensificação das multas, os prejuízos de toda a ordem, em suma, um mal estar geral. Uma situação dessas, convenhamos, do ponto de vista econômico, não satisfaz ao governo nem ao povo, e muito menos ao país. Perturba gravemente a distribuição da riqueza e tem como resultado o encarecimento da vida. Ha, portanto, que buscar-lhe uma solução adequada, equitativa, que abra pelo menos a possibilidade de, com o tempo, aproximar-nos do ideal que deve constituir a nossa principal preocupação nesse terreno.

Assim, é pensamento da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças que o atual sistema tributário dos Estados e Municípios deva ser racionalizado de acordo com as necessidades imperiosas do desenvolvimento econômico e do aparelhamento da defesa nacional e que a arrecadação seja aperfeiçoada em função do nível econômico do povo brasileiro.

E' evidente que, quaisquer que sejam as resoluções a adotar, nunca devemos perder de vista que as receitas, tanto dos Estados quanto dos Municípios, não podem ser alteradas sem maior exame, para menos nem para mais, pois é preciso não esquecer os compromissos assumidos pelos poderes públicos perante as respectivas populações.

Aquilo que chamamos de racionalização do sistema tributário pode ser sintetizado no seguinte: eliminação da duplidade de impostos, incorporando-se suas taxas às das demais, de acordo com as respectivas bases.

O critério em que nos baseamos para chegar a essas conclusões parte do princípio de que é absolutamente necessária a simplificação dos tributos, não só para maior facilidade do contribuinte, como para menor despesa dos serviços fiscais.

Desde que a Conferência Nacional de Legislação Tributária visa sobretudo o desenvolvimento econômico do País em bases sólidas e bem dirigidas, consideramos a eficiência da cobrança fator que se impõe por sua maior exequibilidade. Assim, tendo em vista o não ser elevada a capacidade financeira do povo brasileiro, recomendamos a adopção por todos os Estados e Municípios, de um método tanto quanto possível uniforme de arrecadação, parceladamente e de acordo com uma subdivisão prática do exercício financeiro.

Iremos legislar, mais tarde, para o País, pois para isso todos os Estados e seus Municípios comparecerão, por seus representantes, à Conferência Nacional de Legislação Tributária, em absoluto igualdade de condições. Como é imprescindível em circunstâncias como esta em que nos encontramos, devemos cuidar desde já das bases da condição a que se referiu o Sr. Presidente da República.

Precisamos, portanto, analisar os exemplos de que o presente é fértil. O que está em jogo é o interesse nacional. Ele se sobrepõe a todos os interesses regionais ou pessoais. A Nação é um todo, e como tal, deve ser encarada por quantos exercem uma missão neste ou naquele setor, em certas e determinadas atribuições. E' o conjunto desses interesses que deve prevalecer, e não parte deles, por sobre a soma dos demais, porque, do contrário, incorreríamos nos velhos erros do passado, e isto seria retrogradar.

A defesa nacional e a própria felicidade do Brasil assim o exigem de nós, que somos elementos de progresso, isto é, de disciplina, de organização, de eficiência. E' preciso, por isso, deixar de lado a mentalidade puramente orçamentária que, se de um lado se justifica até determinado limite, do ponto de vista das necessidades momentâneas, é muitas vezes um entrave aos empreendimentos econômicos de maior envergadura.

Discutindo os problemas de cada Estado ou de cada Município, tendo os olhos fitos no Brasil, facilmente sobrelevaremos as dificuldades, e estou certo de que limitaremos o seu alcance e a sua complexidade.

Se nós, percorrendo o Brasil, vamos encontrar, em todos os seus quadrantes, a mesma língua, a mesma farda, a mesma bandeira, por que não havemos de encontrar a mesma unidade de progresso econômico?

Se já conseguimos, graças a certames como o que nos reúne neste momento, falar a mesma linguagem contábil, o mesmo idioma dos organismos e balanços padronizados, por que não havemos de crear uma

unidade para a nossa tributação fundamentando-a na técnica científica e racional inspirada aos interesses superiores do Brasil?

As condições económicas variam de região para região, é verdade; mas será isto impecilho à racionalização do nosso sistema fiscal? Temos certeza de que poderemos dar-lhe flexibilidade idêntica a dos sistemas de molas que nos proporcionam a comodidade dos meios de condução modernos, sabiamente construídos para compensar todos os desniveis do caminho. Graças a eles, já não temos de suportar a insegurança e desconforto dos rígidos e duros golpes a que nos sujeitavam os antigos meios de transporte.

E' precisamente isso o de que necessita nosso sistema tributário: adaptação e compensação para os desniveis e flutuações oriundas da natureza mutável dos fenômenos económicos. Há que buscar-lhe, pois, bases mais solidas e compatíveis com a situação que atravessamos e com as diretrizes que vem traçando o Estado Nacional.

Por isso, o empirismo tributário em que vivemos deve ser corrigido, sob pena de vermos agravar-se um mal cuja tendência é converter-se em obstáculo sempre maior à prosperidade do Brasil, na razão inversa à amplificação dessa mesma prosperidade.

Precisamos, em consequência e em primeiro logar ter presentes, durante a tarefa que vamos empreender, determinados princípios que se ligam intimamente ao nosso objetivo maior, isto é, a flexibilidade tributária como fator de expansão económica.

Até o presente conservamos uma política fiscal cuja essência vem de séculos e a evolução que ela sofreu, não acompanhou o ritmo geral da evolução brasileira. As modificações que lhe introduziram aqui e ali, justamente por serem parceladas, não correspondem às necessidades nacionais. Se trouxeram melhorias num ou outro Estado, deixaram os outros, que são a quasi totalidade e precisamente os mais despidos de recursos, na mesma situação de sempre. Só uma reforma de carácter nacional poderá surtir o efeito almejado e inteligente, capaz de converter o critério empírico que o passado nos legou, no critério económico de que precisa urgentemente o Brasil de hoje, que é também o Brasil de amanhã.

Meus Senhores,

Aqui, neste Paraná tão belo vemos encerrar o ciclo das nossas preliminares regionais. E' de coração confortado que empreendemos a última etapa da nossa peregrinação. Bendizemos a missão que nos foi confiada, embora os sacrifícios de uma viagem tão longa pelo imenso território da Pátria não seja pequeno.

Constatam os psicólogos que a última imagem de uma sucessão é a que guardamos na memória. Creio que, se assim fosse, nós levaríamos para o silêncio dos nossos gabinetes de trabalho a agradável lembrança de um Brasil generoso e poético, coberto de pinheirais. Entretanto, além

de homens cuja alma se emociona do meio-ambiente, somos também técnicos a quem se confiou uma missão da mais alta responsabilidade. Por isso temos de combater a tendência íntima de regosijar-nos pelas coisas belas, vendo e cuidando daquilo que é objetivo e que está a exigir do coração inteira submissão ao cérebro.

E é este que nos diz que devemos raciocinar, aqui, como em todas as reuniões a que já comparecemos, em função dos interesses do Brasil, das suas necessidades e das suas possibilidades. Estes imperativos da nossa missão se ligam estreitamente à economia e à defesa nacional, isto é, ao bem estar e à tranquilidade de todos os brasileiros.

Somos forçados, portanto, a fechar os olhos da emotividade ante as belezas que esta terra privilegiada nos depara, e pensar que há milhões de brasileiros dignos de melhor sorte, e que podemos, com o nosso trabalho, não só minorar-lhes as penas, como fazemo-los participar do conforto em que vivem os outros.

Também nesta região a defesa nacional não é palavra vazia, expressão abstrata. É algo de concreto que ao Brasil inteiro interessa, e devo testemunhar-vos da atenção compreensiva que todos os participantes das demais reuniões a elle dispensaram.

E' portanto, desse intercâmbio de interesses em torno de problemas que as longas distâncias poderiam esmaecer, que reside a parte mais brilhante e profunda do espírito de unidade nacional. O extremo norte e o extremo sul têm problemas inteiramente distintos, porém, a-pesar das distâncias que os separam, aquele sente os dêste com tal intensidade como se fossem seus, e vice-versa.

E' o Brasil, este Brasil universal, amigo de todos, inimigo de ninguém, que tivemos diante dos olhos, tanto no Maranhão quanto na Baía, no Espírito Santo, em Goiás e agora temos no Paraná.

Aqui, meus senhores, nós encontramos terras, árvores e homens que podem não se parecer às terras, às árvores e aos homens das demais regiões mas se penetrarmos no âmago das imagens, verificaremos que em tudo isto e em toda a parte pulsa um só coração e vive uma só alma, que é a Pátria Brasileira.

Sr. Interventor Federal:

Ao escolher Curitiba para sede da preliminar da IV Região Geográfica, quizeram os governos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e quiz o Conselho Técnico de Economia e Finanças testemunhar a V. Ex. o aprêço que lhes merecem o povo e o governo do Paraná. Aceitai, portanto, as nossas homenagens e faii certo de que daqui partirá mais uma grande contribuição à prosperidade do Brasil e à felicidade de seus filhos.

BILAC NO C. P. O. R.

Pelo Cap. ANIBAL GONÇALVES DOS SANTOS

Há uma fase da campanha do Serviço Militar feita em todo o país por Bilac, que vale a pena aqui recordar.

Em Curitiba, lá pelo ano de 1917, quando, após fazer-se ouvir no anfiteatro do Ginásio Paranaense sobre a missão que o trazia ao nosso Estado, foi ele surpreendido pelo talento som par de Dario Veloso, pregoeiro do ideal de fraternidade humana, inteligência cintilante que durante trinta anos ilustrou a cátedra de História, que, da tribuna, saudando-o, lamentou o poeta a concluir os brasileiros para a lida das armas, ao envez do artista em busca de louros para a sua lira.

Muito embora bem argumentasse o seu ponto-de-vista contra o constraintamento legal da medida que se ia pôr em prática em todo o território, buscando exemplo na Guerra do Paraguai que vencemos firmados no devotamento dos nossos Voluntários, e não justificasse a atitude do Príncipe dos Poetas Brasileiros colocando o prestígio de seu nome na propaganda direta do Serviço Militar, encontrou o mestre insigne a contradita de Blac que, com delicada firmeza, então lhe disse: "Outros são os tempos".

De fato, uma nova época se iniciava ali, a incompreensão do Mestre marcando o limite entre duas mentalidades e o inicio da concepção dum pensamento de permanente vigilância, ainda agora bem frizado no memorável discurso do Exmo. Sr. General Góes Monteiro, destes últimos dias.

Por isso, honrando a memória de Bilac, digamos:

Feliz o poeta que restando a trajetória brilhante de Castro Alves, libertador espiritual dos escravos, soube também encontrar, na "Tarde" melancólica de sua existência, um alto motivo para se integrar definitivamente em nossa história política.

Feliz o poeta que cantando a beleza de Frínea e louvando a decisão dos juizes de Atenas, após mergulhada a imaginação na augusta magnificência daqueles tempos imorredouros, também não esqueceu que naquela Grécia Antiga o Cidadão só alcançava ambicionado renome e tinha assegurada sua carreira na vida pública, si, a par do brilho de espírito e luminosidade da inteligência, não lhe faltasse a fibra do lutador e o tino militar; e que sua ascendência na vida da sociedade de então correspondia a um posto de comando junto as falanges, e, dessa forma, o ardor nas lutas guerreiras e o desprendimento na defesa da davam a medida do interesse público que capacitava o Cidadão para as posições mais brilhantes.

* * *

Senhores: Não há tarefa mais difícil que mobilizar espíritos em torno de uma nova idéia.

Só os indivíduos de tempera conseguem despertar a consciência de um povo para os movimentos de caráter coletivo.

Essa, a glória do poeta.

Como um Cidadão antigo trocou a lira de cantor pela palavra de fé nos destinos de nossa pátria e conclamou todos os Brasileiros para o Serviço Militar e consequente formação das nossas Reservas. Quer isto dizer que o Poeta tomou sobre seus ombros a missão dificílima que é a formação moral do soldado, operando a transformação do cidadão no

ilitar capaz de em qualquer tempo ser mobilizável. E realizou essa obra pelo brilho de sua palavra, pela irradiação de sua inteligência, com o fulgor de sua fama, e, antes de tudo, firmado no mais alto sentimento de patriotismo.

Fez, portanto, obra de soldado, e, do maior vulto.

* * *

Inaugurando no C. P. O. R. mais este retrato temos resgatada a nossa dívida de gratidão aos precursores desta Instituição: Bilac e Corrêa Lima.

Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, com o seu verbo magnífico, alertou os espiritos para as necessidades da DEFESA NACIONAL.

Corrêa Lima, mais tarde, com sua ação irredutível, concretizou o ideal de dar ao nosso país as Reservas de que o mesmo carece em Oficiais.

À Bilac, portanto, igualmente cabe o meritório título de GUIA ESPIRITUAL DOS C. P. O. R.

Colaboram neste número:

Cel. João Baptista Magalhães
Cel. Orozimbo Martins Pereira
Cel. A. J. Pamplona
Ten. Cel. J. de Lima Figueiredo
Maj. José Dentay Ribeiro
Maj. Nilo Guerreiro Lima
Cap. João de Deus Menck Barreto
Cap. Letito de Freitas
Cap. José Campos de Araújo
1º Ten. Umberto Peregrino
1º Ten. Hugo de Andrade Abreu
1º Ten. Moacyr Potiguar
2º Ten. Francisco Ruiz Santos
2º Ten. Walter dos Santos Meyer
Dr. Lindolpho Barbosa Lima

